

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VICTOR AURÉLIO SANTANA NASCIMENTO

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO
PARA A ATUAÇÃO DO(A) PSICÓLOGO(A) NO CAMPO**

Goiânia

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

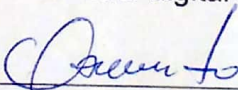
Nome completo do autor: Victor Aurélio Santana Nascimento

Título do trabalho: Contribuições da Psicologia da Libertação para a atuação do(a) psicólogo(a) no campo.

3. Informações de acesso ao documento:

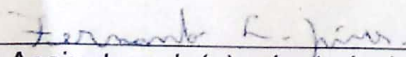
Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 17 / 06 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

VICTOR AURÉLIO SANTANA NASCIMENTO

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO PARA A
ATUAÇÃO DO(A) PSICÓLOGO(A) NO CAMPO**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Bases históricas, teóricas e políticas da Psicologia

Orientador: Dr. Fernando Lacerda Jr.

Goiânia

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nascimento, Victor Aurélio Santana

Contribuições da Psicologia da Libertação para a Psicologia Rural no
Brasil. [manuscrito] / Victor Aurélio Santana Nascimento. - 2019.
CLII, 152 f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2019.

Bibliografia.

1. Psicologia da Libertação. 2. Questão agrária. 3. Psicologia Rural.
4. Capitalismo. I. Lacerda Júnior, Fernando , orient. II. Título.

CDU 159.9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário – Goiânia/GO – CEP: 74605-050

Fones: 3209-6215 / www.ppgp.fe.ufg.br / Email ppgpufg@gmail.com



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
VICTOR AURÉLIO SANTANA NASCIMENTO**

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezenove (01/04/2019), às 01:41 horas reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Fernando Lacerda Júnior**, doutor em **Psicologia** pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Profa. Dra. **Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira** doutora em **Psicologia Clínica** pela Universidade de São Paulo, Prof. Dr. **Hugo Leonardo Fonseca da Silva**, doutor em **Educação** pela Universidade Estadual de Campinas para, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: “**As contribuições da Psicologia da Libertação para a atuação do(a) psicólogo(a) no campo**”, em nível de Mestrado, área de concentração em **Psicologia**, de autoria de **Victor Aurélio Santana Nascimento**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. **Fernando Lacerda Júnior** que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-lo **aprovado**. Os trabalhos foram até às 11:50 horas e eu, **Naraiana de Oliveira Tavares**, Vice Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFG, lavrei a presente ata que assino acompanhado dos membros da Banca Examinadora. Goiânia, ao primeiro dia do mês de abril ano de dois mil e dezenove.

Fernando L. Júnior

Prof. Dr. **Fernando Lacerda Júnior** (Orient.)

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira

Profa. Dra. **Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira**

Hugo Leonardo Fonseca da Silva

Prof. Dr. **Hugo Leonardo Fonseca da Silva**

Naraiana de O. Tavares

Profa. Dra. **Naraiana de Oliveira Tavares** (Vice Coordenadora do PPGP)

Profa. Dra. Naraiana de Oliveira Tavares
Vice-Coordenadora do PPGP/UFG
Matrícula: 2683604

Dedico este trabalho aos assentados e assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que residem nos assentamentos de reforma agrária: Normandia, Irmã Dorothy e Macambira Borba; aos camponeses e camponesas que residem nas vilas Rafael, Cachoeira Seca, Lajes e Malhada de Barreiras Queimadas, no município de Caruaru, Pernambuco. Por vezes, foram as lembranças do convívio com vocês que me puseram de pé e mostraram pelo que vale a pena continuar a jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida mãe, Deusdete Santos de Santana, pelo seu grande amor, pelo cuidado dedicado, pelas renúncias; por sua crença nos meus passos, pelo seu sorriso acolhedor e por ter me ensinado a conversar com árvores e flores. Toda primavera faz lembrar o seu nome, mãe. Ao meu querido pai, Everaldo Moreira Nascimento, pelos passos que não deu para que os desse, pelo seu inegável amor, atenção e amparo incondicional; por sempre incentivar que eu fosse adiante e, quando fosse, mesmo longe, ter deixado claro que eu sempre teria um abraço para onde voltar. Amo vocês!

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Pernambuco, por me ensinar concretamente, em sua mística, solidariedade e no sorriso dos sem-terrinhas, que é possível endurecer sem perder a ternura; e que só a luta coletiva transforma a vida.

Aos envolvidos na criação e desenvolvimento da Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase no Campo, agradeço por sonharem, pela coragem de juntos construírem, pela ousadia e esforço cotidiano. Esse trabalho não existiria sem vocês.

Por entender que esse mestrado encerra uma jornada iniciada em 2015, quando ainda era um residente em Saúde da Família do Campo, a minha profunda gratidão aos meus amigos e amigas que tive a felicidade de conhecer nas andanças pelos estados de Pernambuco e Goiás. Vocês tornaram os dias mais leves, com presença, sorrisos, frevo e “uns rolês top”.

Aos mestres, obrigado por me ensinaram que a produção de conhecimento de muito pouco vale quando não se orienta para a construção de um mundo melhor. Ao meu orientador, Fernando Lacerda, gratidão por sempre respeitar o meu espaço na construção desse trabalho e, sobretudo, por ser um exemplo nas lutas travadas dentro e fora da universidade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG/Capes) que financiou parte dessa pesquisa.

A proposta de pensar a questão da libertação só tem validade quando a análise da realidade se associa com uma busca de alternativas a ela (Lacerda Jr. & Guzzo, 2011, p.16).

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	IX
RESUMO	X
RESUMEN	XII
 Apresentação	 14
Introdução	16
 CAPÍTULO I	 21
 1. QUESTÃO AGRÁRIA	 21
1.1 Questão Agrária e condições de vida no campo brasileiro	21
1.2 Por que Marx?	25
1.2.1 O debate sobre a Questão Agrária em Marx e seus desdobramentos imediatos	30
1.2.2 Contribuições de Kautsky para o debate sobre Questão Agrária	35
1.2.3 Contribuições de Lenin para o debate sobre Questão Agrária	38
1.3 Questão agrária no Brasil: capitalismo e concentração de terra	43
1.4 Luta camponesa e Reforma Agrária no Brasil	54
 2. CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE NO CAMPO	 58
2.1 Considerações sobre o desenvolvimento do Ser Social em Marx	59
2.2 Fundamentos materiais para uma vida saudável	63
2.3 Condições de vida e Determinação Social da Saúde das populações do campo	66
 CAPÍTULO II	 74
 3. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....	 74

3.1 El Salvador	74
3.2 Martín-Baró e a Psicologia da Libertação	82
4. PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	83
4.1 Teologia da Libertação	83
4.2 Conscientização e Paulo Freire	87
4.3 Dimensão Histórica do ser humano	90
4.4 A Psicologia da Libertação	92
CAPÍTULO III	106
5. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO PARA PSICOLOGIA RURAL NO BRASIL	106
5.1 A Psicologia Rural: uma breve apresentação	106
5.2 Perfil psicossocial do camponês salvadorenho, fatalismo e práxis libertadora.....	111
5.3 As duas tarefas essenciais para a Psicologia Rural no Brasil	116
5.4 Processos psicossociais: crítica e superação	119
5.5 Pesquisas e práticas educacionais na ação desideologizadora	124
5.6 Ideologia e crítica ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)	126
5.7 Psicologia Rural e MST na luta por Reforma Agrária	128
5.8 Atenção e cuidados em Saúde Mental nos cenários de conflito por terra	134
Considerações finais	139
Referências bibliográficas	143

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Vítimas da repressão política em El Salvador no período entre 1980-1981 por mês e ocupação	80
---	----

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do projeto ético-político produzido por Ignacio Martín-Baró – a Psicologia da Libertação – para a atuação do(a) psicólogo(a) no campo brasileiro. Para tanto, assumimos o materialismo histórico-dialético como ferramenta metodológica de análise, pondo sob suas lentes: (1) a realidade agrária brasileira em sua relação com a estrutura sócio-político-econômica do país, partindo do pressuposto de que não há como discutir e construir saberes efetivos para a prática psicológica no campo sem compreendermos as especificidades sociais e históricas do território de atuação; (2) as condições materiais sobre as quais emergiu a Psicologia da Libertação, seus princípios teórico-práticos e (3) de que modo pode ser desenvolvida na realidade concreta do campo brasileiro. O primeiro capítulo desse trabalho está dividido em duas partes. Na primeira delas, aborda-se a questão agrária no Brasil, destacando a configuração histórica do campo brasileiro a partir da expansão do modo de produção capitalista e as consequências históricas dessa expansão para as condições de vida da população camponesa. Na segunda parte, discute-se o conceito de Determinação Social da Saúde (DSS), o qual articula a saúde da população camponesa com as desigualdades sociais que marcam o campo brasileiro. Nesse ponto, recorreremos a autores da epidemiologia crítica latino-americana que, em diálogo com a tradição do pensamento marxista, estudam a dimensão da saúde destacando a relação indivíduo-sociedade, sua dinâmica e facetas circunscritas ao modo de produção capitalista. No segundo capítulo, serão apresentadas características do cenário onde Martín-Baró propôs a Psicologia da Libertação, assim como os princípios, fundamentos e perspectivas do seu projeto ético-político para a Psicologia. Por fim, no terceiro capítulo, partindo de uma historicização do campo brasileiro e da Psicologia da Libertação, serão indicadas algumas possibilidades de atuação no campo brasileiro à luz dos escritos de Martín-Baró.

Palavras-chave: Psicologia da Libertação; Capitalismo; Questão Agrária; Psicologia Rural.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar las contribuciones del proyecto ético-político producido por Ignacio Martín-Baró - la Psicología de la Liberación - para la actuación del psicólogo (a) en el campo brasileño. Por lo tanto, asumimos que el materialismo histórico y dialéctico como una herramienta metodológica de análisis, poner en sus lentes: (1) la realidad agraria brasileña en su relación con la estructura socio-político-económica del país, en el supuesto de que no hay discusión y construir saberes efectivos para la práctica psicológica en el campo sin comprender las especificidades sociales e históricas del territorio de actuación; (2) las condiciones materiales sobre las cuales surgió la Psicología de la Liberación, sus principios teórico-prácticos y (3) de qué modo puede ser desarrollada en la realidad concreta del campo brasileño. El primer capítulo de este trabajo está dividido en dos partes. En la primera de ellas se aborda la cuestión agraria en Brasil, destacando la configuración histórica del campo brasileño a partir de la expansión del modo de producción capitalista y las consecuencias históricas de esa expansión hacia las condiciones de vida de la población campesina. En la segunda parte, se discute el concepto de Determinación Social de la Salud (DSS), el cual articula la salud de la población campesina con las desigualdades sociales que marcan el campo brasileño. En ese punto, recurriremos a autores de la epidemiología crítica latinoamericana que, en diálogo con la tradición del pensamiento marxista, estudian la dimensión de la salud destacando la relación individuo-sociedad, su dinámica y facetas circunscritas al modo de producción capitalista. En el segundo capítulo, se presentarán características del escenario donde Martín-Baró propuso la Psicología de la Liberación, así como los principios, fundamentos y perspectivas de su proyecto ético-político para la Psicología. Por último, en el tercer capítulo, partiendo de una historización del campo brasileño y de la Psicología de la Liberación, se indicarán algunas posibilidades de actuación en el campo brasileño a la luz de los escritos de Martín-Baró.

Palabras clave: Psicología de la Liberación; Capitalismo; Cuestión Agraria; Psicología Rural.

APRESENTAÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo central analisar as contribuições do projeto ético-político produzido por Ignacio Martín-Baró – a Psicologia da Libertação – para a atuação do(a) psicólogo(a) no campo brasileiro. Para tanto, consideramos fundamental realizarmos, num primeiro momento, uma digressão histórica sobre o desenvolvimento sociopolítico e econômico desse território, dando relevo aos efeitos da concentração fundiária capitalista sobre as condições concretas de vida das maiorias populares camponesas; e, em um segundo momento, discutirmos os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da Psicologia da Libertação, a fim de articularmos seus pressupostos básicos à possibilidade de uma práxis atenta aos problemas estruturais vivenciados por essa população.

Este estudo resulta de inquietações germinadas durante a minha experiência profissional como psicólogo em bolsões de pobreza do Agreste Pernambucano, entre 2015 e 2017, quando ainda era vinculado à Residência Multiprofissional de Saúde da Família com Ênfase no Campo (RMSC).

A RMSC é um programa de especialização *lato senso*, cujo processo de ensino-aprendizagem se dá, majoritariamente, em serviço. Resultou de uma articulação entre a Universidade de Pernambuco (UPE), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), comunidades quilombolas do estado de Pernambuco, o Coletivo Grão de Saúde do Campo e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), com o intuito de formar especialistas em saúde sensíveis às demandas e especificidades das populações camponesas. Entre 2015 e 2017, esse processo se deu a partir da imersão de diferentes categorias profissionais em vilas rurais e assentamentos de Reforma Agrária do município de Caruaru/PE, bem como, em comunidades quilombolas localizadas no município de Garanhuns/PE. Além da atuação profissional desenvolvida na Atenção Primária do Sistema Único de Saúde (SUS), a formação contou com estudos sistemáticos sobre os aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais que circunscrevem o campo brasileiro, fazendo dessa perspectiva ampliada o ponto de partida para pensarmos sobre a especificidade do cuidado e a efetividade dos modelos de atenção e cuidado em saúde vigentes¹.

¹ Maiores informações sobre a RMSC podem ser encontradas no artigo: A Formação de Psicólogas (os) para a Atuação nos Contextos Rurais: a experiência da Residência Multiprofissional em Saúde do Campo (Nascimento, Rotolo, Knierim, Andrade, Santos & Alciole, 2015).

Aos profissionais de Psicologia inseridos no Programa, cabiam responder às seguintes perguntas: de que modo a Psicologia, uma ciência e profissão historicamente urbana e elitista, pode contribuir para a prevenção e promoção de saúde num cenário secularmente marcado pelas por desigualdades sociais? De quais esquemas teóricos e práticos poderia o profissional de Psicologia valer-se para promover saúde mental frente a uma população privada de elementos básicos para a sobrevivência? Bastaria a clínica individualizada? Seria ético intervir restritamente em busca da remissão de sintomas em nível individual, mantendo intacta uma realidade adoecedora? E, se compreendida a necessidade de atuar sobre determinantes e condicionantes estruturais da saúde, como poderia a Psicologia contribuir nesse pleito?

As interrogações e posteriores movimentações rumo a uma ruptura com a Psicologia hegemônica se aprofundaram com o entendimento de que tanto os acúmulos teóricos e práticos oriundos da graduação, quanto os estreitos caminhos oferecidos pelo Estado burguês brasileiro para a atuação do psicólogo no serviço público, não davam conta de atacar efetivamente os elementos que produziam adoecimento nas comunidades onde atuava.

O descontentamento com uma prática pouco resolutiva e limitada do ponto de vista dos processos de transformação social, alimentaram a busca por outras formas de práxis em Psicologia, levando-me ao estudo das formulações de Ignacio Martín-Baró, seu compromisso declarado com a causa dos mais pobres e, por fim, à pergunta que norteou essa pesquisa: quais as contribuições da Psicologia da Libertação para a atuação do(a) psicólogo(a) no campo?

Estou certo de que a Psicologia da Libertação é extremamente potente para pensarmos a prática no campo brasileiro, haja vista indique a necessidade de rupturas com uma prática de costas para a realidade e a de construção de uma nova ética estruturada no compromisso com a superação das relações opressoras, contrariando uma ética que contenta-se com a mera constatação e descrição positivista da realidade (Guareschi, 2011).

INTRODUÇÃO

A crescente compreensão de que o desenvolvimento das ciências humanas não se dá apartada da realidade material, dos processos políticos, econômicos e sociais nela contidos, tem provocado reorientações importantes nos rumos de pesquisas que se propõem a reconstruir a história da Psicologia (Patto, 2009). Nesse esforço por uma historiografia crítica, algumas das perguntas que amparam a caminhada são: qual o lugar ocupado pela Psicologia nas relações de poder existentes numa sociedade de classes? Quais são os seus compromissos? Quais instrumentos utiliza para operacionalizar seus interesses?

Revisitando o percurso da Psicologia na história do Brasil, não se pode negar que, mesmo antes de sua institucionalização como ciência independente, seus passos estiveram orientados para o atendimento dos interesses de estratos sociais hegemônicos. Por exemplo, quando da vinda da família Real no século XIX, saberes psicológicos foram instrumentais para esforços moralizantes investidos nos aparelhos educacionais do Estado brasileiro. Da mesma forma, discursos e técnicas psicológicos foram usados nos processos de higienização material e moral da sociedade brasileira que gradativamente se erguia urbanizada e requeria processos tanto disciplinares quanto de ocultação das diferenças. As ideias psicológicas contribuíram, também, para práticas tayloristas de gestão do trabalho, selecionando e categorizando trabalhadores e trabalhadoras entre os mais e menos aptos para o desenvolvimento de atividades laborais (Patto, 2009). A Psicologia atuou, ainda, na consolidação de discursos excludentes e que sustentam o poder da classe dominante em processos de discriminação étnico-racial e heteronormativa (Camino, Pinto & Ismael, 2011). O que se observa é que:

A maioria dos pesquisadores e profissionais da Psicologia, na medida em que o pensamento humano se desenvolve no vai e vem dos debates ideológicos, participam na arena das disputas sociais – com maior ou menor grau de consciência – do lado das ideias dominantes que mantem o *status quo* na sociedade atual. É com base nesse âmbito das disputas sociais, que constitui a própria Psicologia, que se pode afirmar que ela colaborou em grande medida, por intermédio de suas concepções dominantes, na justificação dos processos de exclusão social. (Camino, et.al, 2011).

Só muito recentemente novos olhares foram se estruturando em oposição às correntes de pensamento hegemônicas. Essa oposição vai para além das contribuições de base marxiana e teve forte influência da pluralização de caminhos fomentada pelo questionamento pós-moderno. A relativização dos cânones científicos já consolidados e utilizados como ferramentas a serviço de grupos hegemônicos, abriu trilhas para a construção de novas interpretações e

metodologias de acesso ao mundo, estimulou a formulação de verdades submetidas ao crivo de realidades materiais distintas – como, por exemplo, os esforços por uma Psicologia que se atentasse para as especificidades do espaço rural. Não obstante esse benefício, o esgarçamento das verdades constituídas e a desmedida relativização das referências favoreceu processos de desagregação que tanto atualizaram quanto permitiram a formulação de novas teorias e práticas individualizantes (Silva, 2009). Assim, a construção de uma Psicologia Social Crítica² na atualidade conta não só com o desafio de ensaiar novas perspectivas teóricas e práticas, mas também de, nesse processo, não se deixar eclipsar por formulações que desconsideram as raízes sócio-históricas dos problemas experienciados pelos sujeitos em sociedade.

Tais considerações são de grande relevância quando nos propomos a pensar a prática do profissional de Psicologia no contexto rural. Isso porque, em seu bojo, essa é uma inclinação contra-hegemônica e que, portanto, demanda dos seus interessados responder ao desafio de construir uma práxis que atenda, ao contrário da tradição urbana e burguesa, às demandas anunciadas pela população camponesa, recorte historicamente invisibilizado. Trata-se de um movimento de reorientação e de crítica epistemológica que não se põe em curso sem esbarrar nos gargalos burocráticos e em âncoras político-ideológicas.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas na construção de uma Psicologia Rural e para assegurar a inserção do profissional de Psicologia no campo, aproximações têm sido feitas tanto no cenário brasileiro, quanto noutros países da América Latina. No Brasil, a maior parte dessa aproximação tem se dado por pesquisas acadêmicas voltadas para os movimentos sociais de luta pela terra (Long, 2015; Cristina & Vasquez, 2009) e de política públicas de assistência social e saúde que viabilizam programas como, por exemplo, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), uma estratégia do Ministério da Saúde que, desde 2008, existe com o fim de contribuir na consolidação da Atenção Básica no país (Brasil, 2014).

Um outro elemento notável que tem estimulado os passos em direção ao contexto rural é a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Florestas e Águas (PNSIPCFA), uma conquista da classe trabalhadora. Ela está em vigor desde 2011, com o objetivo central de: “garantir o direito e o acesso à saúde por meio do Sistema Único de Saúde

² A Psicologia Social Crítica resulta da crise vivenciada pela Psicologia Social hegemônica nas décadas de 1960 e 1970, impulsionada pela estruturação de correntes sociológicas na disciplina. O questionamento sistemático aos esforços por homogeneização das diferenças, a crítica ao positivismo científico, à fragmentação dos saberes na produção do pensamento; a crítica à dicotomia entre indivíduo e sociedade e a defesa do ser humano enquanto sujeito histórico, são características estruturantes da Psicologia Crítica (Gruda, 2016). Segundo Ibáñez (2011), outras três características dessa tendência são: o olhar atento para a realidade social imediata, o apelo reflexivo e o horizonte emancipatório.

(SUS), além de contribuir para a concretização dos seus princípios de equidade, universalidade e integralidade” (Brasil, 2008, p.9).

Na América Latina, de modo geral, a atenção às populações do campo entra na corrente de uma pauta maior que é a de resgate cultural e de defesa das minorias oprimidas latino-americanas. Nesse esforço, a Psicologia da Libertação tem se constituído como uma ferramenta fundamental, tanto por problematizar as estruturas internas da Psicologia, quanto por propor caminhos contra-hegemônicos de atuação para seus profissionais. Seu alinhamento com a causa dos despossuídos e dos marginalizados pelo capital, assim com o compromisso com a construção de alternativas concretas faz dela uma referência teórico-prática importante para pensarmos o desenvolvimento da Psicologia Rural no Brasil.

A possibilidade de articulação entre os pressupostos da Psicologia da Libertação e a Psicologia Rural é pertinente e estimulada por autores como Landini (2015). Ao deparar-se com o dado de que a extrema pobreza analisada em escala mundial era 27% maior nos territórios rurais, o autor fomentou algumas articulações dentro da Psicologia capazes de formular respostas consistentes para lidar com essa conjuntura. Uma delas é a convergência entre a Psicologia da Libertação e a Psicologia Rural: “se a Psicologia Comunitária e a Psicologia da Libertação querem realmente trabalhar com os segmentos excluídos da sociedade, então, têm que prestar atenção particular aos problemas dos contextos rurais” (Landini, 2015, p. 24). No entanto, para compreender as possibilidades de contribuição da Psicologia da Libertação para a Psicologia Rural e consequente atuação do psicólogo e da psicóloga junto à população camponesa, é preciso realizar um estudo sistemático do contexto rural brasileiro e, a partir de uma visão crítica desse cenário, pensar os modos de inserção desse profissional no campo – o que, neste trabalho, será feito a partir das formulações teóricas e práticas de Ignacio Martín-Baró.

Analisar as contribuições do projeto ético-político da Psicologia da Libertação para a Psicologia Rural e para a prática do profissional de Psicologia no campo brasileiro é o objetivo principal deste trabalho. Para tanto, pretende-se assumir o materialismo histórico-dialético como ferramenta metodológica de análise, pondo sob suas lentes: (1) a realidade agrária brasileira em sua relação com a estrutura sócio-político-econômica do país, partindo do pressuposto de que não há como discutir e construir saberes efetivos para a prática psicológica no campo sem compreendermos as especificidades sociais e históricas do território de atuação; (2) as condições materiais sobre as quais emergiu a Psicologia da Libertação, seus princípios

teórico-práticos e de que modo pode ser desenvolvida na realidade concreta do campo brasileiro.

Nesse sentido, o primeiro capítulo desse trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, aborda-se a questão agrária no Brasil, destacando a configuração histórica do campo brasileiro a partir da expansão do modo de produção capitalista e as consequências históricas dessa expansão para as condições de vida da população camponesa. Para viabilizar essa discussão, recorreremos a clássicos do debate sobre questão agrária. Entre eles, Karl Marx, Vladimir Lenin, Karl Kautsky, Caio Prado Júnior e Samir Vergopoulos, autores que destacam a relação terra-capital e nos oferecem elementos para uma análise crítica sobre a estrutura fundiária no capitalismo.

Na segunda parte do primeiro capítulo, discute-se o conceito de Determinação Social da Saúde (DSS), o qual articula a saúde da população camponesa com as desigualdades sociais que marcam o campo brasileiro. Nesse ponto, recorreremos a autores da epidemiologia crítica latino-americana que, em diálogo com a tradição do pensamento marxista, estudam a dimensão da saúde destacando a relação indivíduo-sociedade, sua dinâmica e facetas circunscritas ao modo de produção capitalista.

No segundo capítulo, serão apresentadas características do cenário onde Martín-Baró propôs a Psicologia da Libertação, assim como os princípios, fundamentos e perspectivas do seu projeto ético-político para a Psicologia. Adiante, no terceiro capítulo, partindo de uma historicização tanto do campo brasileiro e da relação existente entre suas características socio-políticas e econômicas com o processo saúde-doença das populações que nele habitam; quanto da Psicologia da Libertação, serão tratadas, especificamente, algumas contribuições da Psicologia da Libertação para a Psicologia Rural no Brasil, considerando algumas possibilidades de atuação no campo à luz dos escritos de Martín-Baró. Com esse propósito, serão consultados os escritos de Ignacio Martín-Baró e de outros autores que desenvolveram estudos a partir das formulações do salvadorenho. Entre eles estão: Fernando Lacerda Jr., Maurício Gaborit, Eliete Ávila Wolff e Luis de la Corte Ibáñez.

Por fim, esperamos que este trabalho contribua para o estreitamento das relações entre a Psicologia e o campo brasileiro, estimulando o desenvolvimento de saberes e práticas atentas aos problemas históricos vivenciados pelas maiorias populares camponesas. À esta população, há séculos explorada e oprimida, interessa uma práxis que some aos processos de transformação social e de ruptura como uma realidade desigual, degradada e adoecedora. Estamos certos de

que o estudo atento às especificidades históricas do cenário camponês e o mergulho comprometido na obra de Martín-Baró poderão nos ajudar nessa tarefa emancipatória.

CAPÍTULO I

1 QUESTÃO AGRÁRIA

1.1 Questão agrária e condições de vida no campo brasileiro

Polissêmico, o termo *questão agrária* porta distintas definições e possibilidades interpretativas de acordo com o recorte que se quer fazer da realidade agrária – vide o tratamento dado a esse termo pela Sociologia, Geografia, Agronomia, história, etc. (Stédile, 2011). Com o fim de garantir uma noção de partida, consideraremos como questão agrária o conjunto complexo de relações que se constroem em torno da terra, sua propriedade e seu uso, em determinadas condições de desenvolvimento das forças produtivas em uma sociedade.

Esse horizonte nos alinha com um dos grandes pensadores brasileiros que, sobretudo na década de 1960, produziu obras consistentes acerca da estrutura fundiária do país e que indicou caminhos para viabilizar melhores condições de vida para milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais: Caio Prado Júnior. O autor, ao tratar especificamente do contexto nacional, afirmou que questão agrária é a “relação entre causa e efeito entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (Prado Jr., 1979, p. 18).

Interessa-nos, nos limites desse capítulo, pensar sobre a questão agrária sublinhando como a categoria se refere aos problemas resultantes da histórica concentração da propriedade da terra no Brasil e seu imbricamento com o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Segundo Stédile (2011), os debates mais amplos sobre a concentração fundiária no Brasil remontam à década de 1960 – embora o primeiro estudo mais sistemático do tema tenha sido produzido já na década de 1930³. No entanto, só a partir da década de 1970, uma bibliografia mais extensa foi produzida, considerando em seu corpo textual as nuances referentes à posse, propriedade e uso da terra, num recorte temporal que vai da colonização aos dias atuais.

É vasta a literatura que demonstra que a monopolização da terra no Brasil remonta aos processos de invasão e colonização portuguesa (Andrade, 1979; Farias, 2014; Prado Jr., 1960, 1979; Stedile, 2011). Das capitanias hereditárias e do sistema sesmarial decorreram tanto a

³ Estudo realizado por Roberto Simonsen, intitulado *A história econômica do Brasil – 1500-1820*, publicado pela primeira vez em 1937, pela Companhia Editora Nacional. Trata-se de um compêndio das suas aulas de História na Universidade de São Paulo (USP), onde tratava da evolução da questão agrária no Brasil. Outras elaborações sobre o tema foram produzidas na década de 1950 por Celso Furtado e Caio Prado Junior.

espoliação e a exploração das populações aborígenes, quanto o fracionamento e a distribuição de grandes porções de terra para que portugueses mais abastados desenvolvessem monoculturas e, assim, atendessem às demandas do capitalismo no mercado europeu (Vinhas, 2013). As posteriores modificações na organização territorial e institucional do Brasil – como, a passagem da colônia ao império e à república; o crescimento demográfico, dos fluxos migratórios e da ocupação integrada do território; a criação da Lei de Terras⁴, o desenvolvimento do setor industrial e o nascimento de um mercado interno – não modificaram estruturalmente a dinâmica das relações de produção e tampouco expressaram esforços para alterar a estrutura fundiária nacional. Ainda hoje, é flagrante a concentração fundiária no território brasileiro (Oliveira, 2003; Oliveira et al., 2005) e parte significativa da economia do país gira em torno da produção agrícola para o mercado externo (Germer, 1990; Texeira, 2011). Como ressalta Prado Jr.:

Da colônia para o Brasil de hoje decorreu sem dúvida um longo período histórico que trouxe grandes modificações à primitiva e rudimentar organização colonial. (...) Mas essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira, apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, não logrou ainda superar inteiramente esse passado, e ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária que daí resulta. A saber, a grande exploração agromercantil voltada para a produção de gêneros demandados por mercados excêntricos. (Prado Jr., 1970, p. 49).

Essa configuração não passa sem produzir duras consequências às massas populares dependentes de terra para produzir e reproduzir a vida (Vinhas, 2013). Em 1956, em pesquisa realizada pela Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), foi indicado que mais de 80% dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sobreviviam em condições de flagrante vulnerabilidade social. Enquanto aqueles vivem em insegurança alimentar e más condições de moradia, os grandes proprietários de terras desfrutavam das riquezas produzidas pela classe trabalhadora. Contemporaneamente, há uma larga produção que discute as condições de vida da população camponesa, suas implicações sobre a saúde, qualidade de vida, e a centralidade da reforma agrária como caminho efetivo para superação desse cenário secular (Dimenstein et al., 2016; Leite et al., 2013; Sampaio, 2002; Sauer, 2013).

⁴ A Lei nº 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras, foi o marco jurídico que implantou no Brasil a propriedade privada da terra. Antes dessa lei, as terras brasileiras pertenciam à Coroa Portuguesa, podendo ser cedidas para uso conforme interesse do Rei. O estabelecimento desse marco tornava possível que a terra concedida se tornasse propriedade privada através da compra e venda, fato que, impedia futuros ex-trabalhadores e ex-trabalhadoras escravizadas se tornassem camponeses e pequenos proprietários de terras, pois, não possuíam recursos para pagar pelas terras da Coroa. Assim, teriam que permanecer submetidos aos grandes fazendeiros, como assalariados (Stedile, 2011).

Resultam desse cenário de desigualdade social os conflitos históricos entre, de um lado, uma maioria sem-terra ou com pouca terra, que luta pela superação dos problemas reais gerados pela monopolização agrária e demais consequência da dinâmica capitalista no campo e, de outro, o absurdamente pequeno contingente de latifundiários e associados que exploram inescrupulosamente homens, mulheres e o meio ambiente para manterem suas divisas de lucro e poder. Para os últimos, a terra é estritamente mercantil e sua utilização é um negócio como tantos outros possíveis; para os primeiros, a terra e seu uso é a única possibilidade de existência no campo (Prado Jr., 1960; 1979).

Os embates que se manifestam tanto na dimensão discursiva, quanto na disputa concreta atestam a atualidade da *questão agrária* no Brasil. As populações que têm no campo, florestas e águas os recursos cruciais para promoção e reprodução da própria vida, reivindicam, diariamente, a pertinência da reforma agrária por expressar não apenas a possibilidade de desenvolvimento econômico equilibrado e socialmente justo (Sampaio, 2013), mas, também, a possibilidade de existência e afirmação indenitária (Sauer, 2013).

Apesar disso, há esforços que buscam um completo esvaziamento do debate sobre a questão agrária conduzindo à conclusão de que a reforma agrária é uma política obsoleta. Esta tem sido uma estratégia corriqueira entre os entusiastas do agronegócio que habitam os círculos políticos e acadêmicos mais elitistas. Via de regra, recorrem à negação da tese que afirma que os problemas atuais enfrentados pelo campesinato brasileiro são decorrentes da histórica concentração fundiária no país (Sampaio, 2013). Teóricos como Francisco Graziano Netto, Ricardo Abramovay e Zander Navarro defendem veementemente a inexistência da desigualdade social no campo, posicionamento que é acompanhado pela contestação interessada da pauta da reforma agrária (Eidam, 2015).

No entanto, de acordo com Sauer (2013), a consulta atenta aos dados estatísticos e à agenda de problemas cruciais dos países subdesenvolvidos nos últimos 10 anos, revela que os embates sobre a questão agrária e sua resolução pela reforma agrária estão longe de serem temas caducos. Em realidade, os problemas centrais da questão agrária têm sido recolocados na ordem do dia e redimensionados pelas configurações sociopolíticas e econômicas atuais. Nesse sentido, unem-se à clássica oposição latifúndio-minifúndio: a demanda crescente por alimentos, uma pauta fundamentalmente vinculada ao uso da terra; o aumento populacional; mudanças climáticas e escassez de água; a corrida mercadológica pela produção progressiva de biocombustíveis e de *commodities* agrícolas e não-agrícolas; as lutas pela demarcação de terras indígenas e quilombolas; disputas no âmbito legislativo pela alteração de códigos que garantem

a não exploração de unidades de reserva ambiental; o crescente interesse do setor financeiro por aquisição de terras, etc. Todos esses elementos, atualizam a questão agrária no cenário brasileiro e garantem seu lugar no campo da política nacional e internacional.

Longe de buscarmos esgotar todos os pontos de debate aqui, pretende-se apenas destacar o processo de concentração fundiária e seus efeitos. Recorreremos a estudos contemporâneos e, principalmente, alguns clássicos da tradição marxista que abordam a questão agrária. Entendemos que os clássicos podem nos dizer muito, sobretudo, por apresentarem uma perspectiva sobre a totalidade social ao analisarem a questão agrária. Obras de autores como Karl Marx, Vladimir Ilitch Lenin e Karl Kautsky, podem elucidar processos que, com maquiagens diferentes, resistiram ao tempo e ainda mostram seus efeitos na vida de milhares de camponeses e camponesas.

Assumimos, desde já, a importância de um debate mais amplo, engrossado por intelectuais que, em alguma medida, ofereceram novos acúmulos nas discussões sobre camponato. No entanto, pretendemos aqui destacar elementos mais centrais sobre a questão agrária apreendidos por Marx, Lenin e Kautsky para analisar o desenvolvimento do capitalismo e a concentração fundiária na agricultura brasileira. Para tanto, a análise dos clássicos será enriquecida pela contribuição de autores como Caio Prado Junior e José Graziano da Silva, Pedro Stédile e Plínio Arruda Sampaio.

Assim, o presente capítulo discute, num primeiro momento, os elementos que justificam a escolha da tradição do pensamento marxista como fundamento para o estudo da questão agrária no Brasil. Seguimos expondo algumas contribuições de Karl Marx para o debate da questão agrária, seus avanços em relação aos acúmulos de David Ricardo, Adam Smith e Thomas Malthus. Em seguida, apresentamos o modo como a discussão se desenvolveu nas obras de Karl Kautsky e Vladimir Ilyich Ulyanov, amplamente conhecido como Lenin. Então, abordamos a questão agrária no Brasil dando relevo à histórica concentração de terras, seu vínculo com as péssimas condições de vida camponesa e a sua flagrante associação com desenvolvimento do modo de produção capitalista em cenário nacional e internacional. Por fim, destacamos a reforma agrária como horizonte emancipatório e a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) como sujeito político coletivo fundamental nesse processo.

1.2 Por que Marx?

Antes de adentrarmos nas discussões sobre questão agrária, é importante destacar porque escolhemos a tradição marxista como lente para abordar o tema. Enquanto movimento intelectual, o marxismo foi uma das maiores contribuições para o pensamento do século XX, influenciando um conjunto heterogêneo de saberes que se estende desde a filosofia até a literatura, passando pela sociologia, história e outras áreas. Sua densidade e pertinência ainda fazem deste referencial “o esforço mais constante até agora para pensar historicamente o presente e para uma compreensão reflexiva do próprio pensamento dentro de um contexto sócio-histórico” (Boucher, 2012, p.13).

Uma das grandes contribuições do pensamento marxiano é o entendimento de que não se pode estudar um objeto negligenciando suas múltiplas determinações e mediações históricas, isto é, abordá-lo fora da totalidade. Esse pressuposto básico de historicidade consubstancia o materialismo histórico e dialético – método marxiano de análise da realidade – que permite a apreensão histórica das produções humanas e que, enquanto método orientado para o entendimento das determinações e mediações dos fenômenos sociais, aponta para possibilidades de intervenção e transformação da realidade.

Munido desses pressupostos, Marx empreendeu uma profunda análise e crítica do modo de produção capitalista, formulando categorias essenciais para compreendermos sua gênese histórica e lei geral de acumulação, processos estritamente vinculados às relações que se constroem em torno do uso e da propriedade da terra.

Segundo Marx (1994), a acumulação de terras possui uma função essencial para o desenvolvimento do capitalismo: com a expropriação de terras, sua concentração e a expulsão de milhares de camponeses e camponesas do campo, foram criados excedentes populacionais que, privados dos meios produtivos, submeteram sua força de trabalho à exploração burguesa. Isto é, há uma relação direta entre os fundamentos do capitalismo e a redução das possibilidades de sobrevivência do camponês e da camponesa no campo, relação cristalizada na tendência de acumulação capitalista. Dessa tendência advém o conjunto complexo de relações e conflitos associados ao uso e a propriedade da terra: a questão agrária.

Sendo assim, considerando as características da produção teórico-metodológica marxiana e sua compreensão dos usos e configurações históricas da propriedade fundiária no modo de produção capitalista, entendemos que a tradição de pensamento marxista é a ferramenta mais adequada para nos debruçarmos sobre a questão agrária brasileira, dando conta

de apreendê-la em seu movimento histórico e de lançar bases para a discussão sobre a práxis psicológica no campo brasileiro.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII foi-se acumulando uma quantidade significativa de conhecimentos que, no século XIX, constituíram o campo da Economia Política Clássica: um corpo teórico heterogêneo, interessado em compreender e explicar a vida social que, na época, transitava do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Seus fundamentos para análise da realidade estavam afinados com as concepções do jusnaturalismo moderno, que, entre outras coisas, fazia a defesa da natureza eterna e invariável de categorias e instituições econômicas - como dinheiro, capital, lucro, mercado, salário. Essa concepção não estava à deriva nos círculos intelectuais da época. Pelo contrário, constava dentro do quadro maior da “cultura ilustrada” (ideias iluministas), a qual, por sua vez, tinha uma concepção de racionalidade e um projeto de emancipação (Netto & Braz, 2006).

O conjunto de ideias iluministas – sintetizadas no lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – deu substância aos interesses da burguesia revolucionária que amargava sob as correntes do regime feudal. As bandeiras iluministas corroboravam os esforços práticos de uma classe sedenta por melhores condições de desenvolvimento. No entanto, após triunfar sobre o Antigo Regime, a classe burguesa, que antes encorajava e construía frentes de luta por emancipação, restringiu seus anseios à emancipação política, isto é, às reformas restritas ao campo jurídico-político (Netto & Braz, 2006).

Essa reorientação estratégica nos anseios burgueses não se deu sem motivo aparente: a luta por emancipação implicava no ataque direto aos fundamentos do capitalismo, já que o desenvolvimento desse modo de produção tem como condição inalienável a manutenção da desigualdade socioeconômica. Nesse sentido, embrenhar-se na luta por emancipação humana e ir além da igualdade formal para produzir igualdade real significaria atacar diretamente os próprios fundamentos da sociedade burguesa (Netto & Braz, 2006).

É nesse movimento de ascensão conservadora da burguesia que se dá a crise e dissolução da Economia Política Clássica⁵. Os conteúdos mais avançados e emancipatórios da cultura ilustrada, outrora usados por uma burguesia revolucionária em busca de desatar-se dos nós feudais, eram incompatíveis com os interesses da burguesia conservadora interessada em

⁵A crise da Economia Clássica está relacionada às profundas mudanças sofridas na relação entre a burguesia, outrora revolucionária, e a *cultura ilustrada*, entre 1825/1830 e 1848. O horizonte de emancipação humana que marcou o pensamento iluminista e exerceu influência sobre a Economia Clássica, fora abandonado gradualmente pelos burgueses que, ao conquistarem hegemonia, restringiram a luta às margens dos seus interesses de classe. Isto é, a ascensão e hegemonia da classe burguesa acompanhou a deterioração da Economia Clássica (Netto & Braz, 2006).

manter-se hegemônica. Agora, mesmo em uma conjuntura desfavorável⁶, as camadas e classes sociais que, em um primeiro momento, encamparam junto à burguesia revolucionária a luta contra o Antigo Regime, retomavam o horizonte de emancipação humana, adequando-o aos interesses do proletariado (Netto & Braz, 2006).

Daí, desenvolveram-se duas linhas de produção teórica na Economia Política: a primeira delas encabeçada pelos intelectuais da burguesia, que restringiam as preocupações históricas, políticas e sociais, sem qualquer compromisso com o entendimento do conjunto complexo da vida social; a segunda, protagonizada por Karl Marx em seu esforço crítico de historicizar a sociedade burguesa, indicando seu caráter transitório e as contradições endêmicas que possibilitam a sua superação (Netto & Braz, 2006).

Em sua crítica, Marx elabora a teoria do valor-trabalho⁷ e problematiza a forma como a riqueza é produzida e distribuída no capitalismo demonstrando a centralidade do trabalho e do proletariado nesse processo (Lopes da Silva, 2012). Suas formulações foram fundamentais para lançar luzes sobre as leis de movimento do capital, suas condições de desenvolvimento e crise. Para além disso, estimulou a compreensão, por parte da classe trabalhadora, tanto do seu lugar no modo de produção que se erguia, quanto do papel central que ela desempenha na transformação das relações de produção.

Uma das grandes contribuições do pensamento marxiano é o entendimento de que não se pode estudar um objeto fora da totalidade. Portanto, o estudo sobre a questão agrária, sobre os usos e configurações históricas da propriedade fundiária, requer que consideremos a totalidade concreta, isto é, demanda considerar os marcos do modo de produção capitalista.

De acordo com Kautsky (1972), o modo de produção capitalista tende a subordinar aos seus interesses todo segmento produtivo em determinada sociedade. Sua busca por valorizar-se via apropriação de trabalho não-pago (mais-valia) não está restrita à indústria urbana, mas, estende-se também à agricultura. Ao debruçar-se em estudo sobre a propriedade fundiária, Marx afirma:

A forma de propriedade fundiária por nós examinada é uma forma histórica específica, a forma transmutada, por influência do capital e do modo de produção capitalista, seja da propriedade fundiária feudal, seja da agricultura de subsistência do camponês, na qual a posse da terra aparece como uma das condições de produção para o produtor direto e a propriedade da terra como condição mais vantajosa, como condição de

⁶ Na França, por exemplo, em 1791 a burguesia aboliu o direito dos trabalhadores se associarem e deliberarem enquanto classe ou categoria, por considerarem esse ato um atentado à liberdade dos empresários e à declaração dos direitos humanos (Marx, 1994).

⁷ Trata-se da teoria que apresenta o trabalho como medida e fonte de valor no processo produtivo (Bottomore, 2001).

florescimento de seu modo de produção. Se o modo de produção capitalista pressupõe, de maneira geral, a expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, da mesma forma, na agricultura, a expropriação dos trabalhadores rurais do solo e subordinação destes a um capitalista, que exerce a agricultura para obter lucro. (Marx, 1986, p.123).

Esse é um ponto central na crítica marxiana ao capitalismo: sua existência pressupõe uma separação entre produtores diretos – como camponeses e camponesas que produzem para subsistência, troca simples ou mesmo venda no mercado – e meios de produção, convertendo os primeiros em assalariados submetidos à classe que detém os últimos (Marx, 1994).

Nos fins do século XIV, com o gradativo desaparecimento da servidão na Inglaterra, a maioria da população era formada por camponeses proprietários de terras que desenvolviam pecuária, agricultura, extração de lenha, combustível, etc. A expropriação das terras camponesas e demais meios de produção foi a base para o desenvolvimento capitalista, uma vez que, essa violência viabilizou a concentração de terras, a ruína da indústria doméstica camponesa e criou uma classe de proletariados sem direitos. Esse processo foi chamado por Marx (1994, p. 830) de “acumulação primitiva⁸”.

Lavouras camponesas foram transformadas em pastos para ovelhas; casas, celeiros e estábulos foram demolidos, desabrigando milhares que ficaram impossibilitados de assegurar seu próprio sustento. Cercamentos sistemáticos de terras e mesmo o roubo de terras da Coroa contribuíram para a formação, no século XVIII, das conhecidas fazendas de capital ou fazendas de comércio (Marx, 1994).

O roubo dos bens da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras para o capital, e proporcionaram às indústrias das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos. (Marx, 1994, p. 850).

Processos históricos como esses indicam que o capitalismo, desde o seu germe, se escorou na expropriação e concentração fundiária como modo fundamental de garantir seu desenvolvimento.

⁸Trata-se do processo de dissociação do trabalhador da propriedade dos seus meios de produção, “processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados produtores diretos” (Marx, 1994, p. 830). Esse processo não decorre do modo de produção capitalista, mas, constitui as bases sobre as quais ele se estrutura e a condição sem a qual o capitalismo não se realiza. O adjetivo “primitiva” é usado por Marx (1994) para situar esse fenômeno na pré-história do capital e do modo de produção capitalista.

Realizada a separação entre produtores e meios de produção, segue-se a proletarianização camponesa – fenômeno destacado por Marx e amplamente discutido por Lenin (1982). Nas palavras do pensador:

Os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados por um capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa esfera específica da produção. Esse capitalista-arrendatário paga ao proprietário da terra, ao proprietário do solo explorado por ele, em prazos determinados, por exemplo anualmente, uma soma em dinheiro fixada contratualmente (assim como o prestatário paga juros determinados pelo capital monetário) pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico de produção. (Marx, 1986, p. 125-126).

Essa soma em dinheiro paga ao então proprietário da terra é chamada de renda fundiária. “A renda fundiária é aqui, portanto, a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza” (Marx, 1986, p. 126). Ao abordar a finalidade da propriedade fundiária a partir do exame das relações de produção e da circulação de mercadorias e capital na agricultura, Marx analisa a renda fundiária a partir do acúmulo significativo desenvolvido pelas grandes referências da Economia Clássica: Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus (Cairo & Buzanello, 1986).

É considerando a riqueza dessa produção crítica e historicizada sobre o capitalismo e suas relações com o campo que entendemos como adequado o uso da tradição marxista para referenciar as discussões sobre questão agrária. Embora as sociedades capitalistas tenham sofrido mudanças significativas desde o período em que Marx desenvolveu suas análises, a vitalidade das suas contribuições para a análise e compreensão de processos sociopolíticos e econômicos atuais se justifica por um fato: as nossas sociedades, ainda que com performances diferentes, continuam sujeitadas às leis do capital. Logo, a crítica marxiana ainda constitui um caminho para entender o desenvolvimento capitalista e seus desdobramentos para a realidade camponesa.

Para além disso, cumpre assinalar que Marx nos oferece um método de análise da realidade capaz de apreender os aspectos mais variados de processos complexos como a questão agrária: o materialismo histórico e dialético. Partindo de uma inversão do modelo dialético hegeliano⁹, Marx indica que são as relações materiais estabelecidas entre os sujeitos em sociedade que resultam na formulação das ideias, da consciência e das consequentes

⁹Ao contrário das proposições marxianas, os círculos de intelectuais hegelianos da Alemanha preocupavam-se em explicar o mundo considerando as ideias como estruturantes da realidade objetiva (Marx & Engels, 2009).

movimentações sociopolíticas (Marx & Engels, 2009). Seu método de análise compreende um esforço para identificar as múltiplas determinações de uma realidade ou de um fenômeno nela contido (Netto, 2011). Nesse sentido, mostra-se pertinente enquanto meio para a análise dos fatores concretos que condicionaram mudanças históricas no campo.

1.2.1 O debate sobre a questão agrária em Marx e seus desdobramentos imediatos

Já foi mencionada a atenção dada por Marx à acumulação primitiva e seu papel histórico na construção das bases para o desenvolvimento capitalista. Seu trabalho denunciou os cercamentos de terras realizados na Grã-Bretanha, a expulsão de milhares de camponeses de suas terras e expôs os modos pelos quais as leis da sua época legitimaram atrocidades para que camponeses e camponesas expropriadas se adequassem às novas relações de produção (Marx, 1994). Mencionamos também a incursão feita por Marx no debate sobre a renda fundiária.

A renda fundiária é o ganho ou excedente que se obtém a partir de determinadas relações sociais de produção, relações estas que funcionam a partir da distinção concreta entre aqueles que são proprietários de terra e aqueles que vendem sua força de trabalho para seu manejo e geração da renda. Noutra formulação, a renda fundiária é a riqueza gerada em torno da terra, suas condições de posse e uso. Ela é apropriada de forma particular pelo proprietário sem que este tenha, necessariamente, trabalhado (Marx, 1986; Graziano da Silva, 1996; Nabarro & Suzuki, 2010).

O conceito de renda fundiária adquiriu modelações diferentes na caneta dos economistas. Smith – considerado o primeiro autor a discutir o conceito – define a renda fundiária como o preço pago ao proprietário da terra por seu uso. Malthus, por sua vez, entendia a renda fundiária como a parcela da produção apropriada pelo proprietário da terra depois de quitados os custos de produção (Nabarro & Suzuki, 2010). Em Ricardo, a renda fundiária foi entendida como a consequência da raridade de recursos da terra: dentre a diversidade dos solos existentes, alguns deles contam com recursos capazes de potencializar a produção (alta fertilidade, umidade adequada para o plantio, proximidade de estradas por onde escoar a produção, etc.)¹⁰. No entanto, uma outra parte não dispõe do mesmo privilégio, fazendo da renda fundiária uma exceção (Bottomore, 2001).

¹⁰Trata-se da renda diferencial, categoria que posteriormente será ampliada por Marx, ao dividi-la em renda diferencial I e II.

Não obstante as contribuições de Smith, Malthus e Ricardo para a construção da teoria da renda da terra, Marx avançou no debate empenhando esforços para entender as condições sociais que possibilitavam a existência da renda fundiária. De acordo com Marx, o solo enquanto mercadoria, a propriedade fundiária e sua concentração, são criações da modernidade capitalista. Portanto, entender a renda fundiária passa, necessariamente, por entender o contexto no qual ela se constitui, ou seja, trata-se de decifrar o caráter social da renda, a partir da sua inserção no modo de produção capitalista (Amim & Vergopoulos, 1977).

Em Marx, a renda fundiária expressa como as classes sociais se relacionam com a terra (Bottomore, 2001). Sua manifestação foi sistematizada pelo autor em variações pré-capitalistas (renda em trabalho, em produto e em dinheiro) e variações capitalistas (renda diferencial I e II, absoluta e monopólio) (Nabarro & Suzuki, 2010).

No conjunto das rendas fundiárias pré-capitalistas, a renda advém: (a) do pagamento pelo uso da terra ao proprietário na forma de trabalho, que consiste na dedicação de parte do tempo do trabalhador para cultivar as parcelas do proprietário gratuitamente; (b) do pagamento pela destinação de uma parcela da produção para o proprietário da terra¹¹; e, (c) da renda em dinheiro – também conhecida como arrendamento –, onde o produtor direto paga em dinheiro pelo uso da terra¹². Essas três formas de renda fundiária constituem a gênese da renda fundiária capitalista (Marx, 1986).

No conjunto das rendas fundiárias capitalistas, a Renda Diferencial, enquanto categoria econômica, não foi formulada originalmente por Marx. Sua definição foi cunhada por Ricardo (1821 apud Marx, 1986, p. 147), nos seguintes termos: “Renda é sempre a diferença entre o produto que se obtém por meio do emprego de duas quantidades iguais de capital e trabalho”. Ou seja, sua existência é determinada pela diferença entre o rendimento do capital investido em um solo com piores condições de produção e um solo com melhores condições de produção.

Segundo Marx (1986), constam entre os fatores que caracterizam essa diferença: a) o fundo de fertilidade do solo; b) sua localização e facilidade de acesso aos centros comerciais; c) a distribuição de impostos territoriais; d) as desigualdades decorrentes dos diferentes desenvolvimentos da agricultura no país; e) a desigualdade de distribuição de capitais entre arrendatários que investem na terra (Marx, 1986).

¹¹ Semelhança com a perspectiva malthusiana.

¹² Semelhança com a perspectiva de Adam Smith.

Embora concorde, nesse aspecto, com Ricardo, Marx (1986) estende a discussão sobre a renda diferencial e propõe aquilo que veio chamar de “renda diferencial II”: a renda que advém de sucessivos investimentos de capital no mesmo solo. Cairo e Buzanello acrescentam:

Deriva da utilização de métodos mais eficientes no tratamento com a terra, da inserção de máquinas e equipamentos, fertilizantes, etc., e na medida em que aumenta a produção agrícola em relação aos cultivos dos terrenos piores, cria-se a possibilidade do surgimento do lucro extraordinário, advindo da diferença entre o preço individual de produção e o preço social de produção. (Cairo & Buzanello, 1986, p. 38).

A partir das categorias de Renda Diferencial I e II, vemos que as características naturais da terra ou alcançadas graças ao investimento de capital, criam e diferenciam a quantidade de renda paga por ela ao seu proprietário. Logo, partindo desse pressuposto, a inexistência de elementos que a tornem mais lucrativas que outras, extinguiria as possibilidades de renda. Esse é um ponto sobre o qual se constitui uma das críticas teóricas de Marx a Ricardo, pois, de acordo com o primeiro, toda terra apropriada no modo de produção capitalista, e não apenas aquelas terras que apresentam melhor qualidade, gera um lucro suplementar de tipo particular que é apropriado pelos seus respectivos proprietários. Mesmo não havendo exploração produtiva da terra – circunstância na qual as características que diferenciam os solos seriam fundamentais para pensarmos a renda fundiária –, o seu monopólio, por si só, já gera uma renda: a Renda Absoluta.

O proprietário de terras, por exercer monopólio sobre elas, pode arbitrar sobre o seu uso ou desuso, isto é, sobre a circulação ou bloqueio de capital no solo.

A mera propriedade jurídica do solo não gera nenhuma renda fundiária para o proprietário. Entretanto, lhe dá o poder de subtrair suas terras à exploração até que as condições econômicas permitam uma valorização que lhe proporcione um excedente, seja o solo destinado à agricultura propriamente dita, seja a outros fins de produção, como construções etc. Ele não pode aumentar ou diminuir a quantidade absoluta desse campo de ocupação, mas sua quantidade presente no mercado. (Marx, 1986, p. 225).

O controle do fluxo de investimentos e produção de mercadorias exerce influência direta sobre a oferta e a demanda, o que, por sua vez, atua sobre os preços dos produtos agrícolas no mercado, gerando condições para um sobrelucro.

Aqui, a propriedade fundiária é a barreira que não permite nenhum novo investimento de capital em um solo até então não cultivado ou não arrendado sem pretender um tributo, isto é, sem exigir renda, (...) devido à barreira que a propriedade fundiária coloca, o preço de mercado tem de subir até o ponto em que o solo pague um excedente acima do preço de produção, isto é, uma renda. (Marx, 1986, p. 228).

Se o preço de mercado sobe e gera uma renda por conta da barreira do monopólio, logo, é o monopólio que gera a renda. Nas palavras de Marx:

(...) se o tipo pior de solo A não pode ser cultivado — embora seu cultivo proporcionasse o preço de produção — enquanto não produzir um excedente acima desse preço de produção, uma renda, então a propriedade fundiária é a causa geradora dessa elevação de preço. A propriedade fundiária mesma gerou renda. (Marx, 1986, p. 224).

Sendo assim, Marx avança no debate de sua época por se preocupar em explicar não apenas a existência de rendas diferentes em terras distintas, mas por explicar porque o monopólio de terras, por si só, gera renda ao seu proprietário. Essa preocupação fortalece a ideia de autores como Silva (1981, p. 57), para quem “o estudo da renda da terra, da renda capitalista da terra, não é outra coisa senão o estudo das relações entre o capital e o monopólio capitalista da terra”.

Partindo do exposto, pode-se afirmar que a propriedade privada do solo cria condições para a existência de um sobrelucro associado ao manejo produtivo da terra ou à mera propriedade (Cario & Buzanelo, 1986). Essa convergência para a acumulação e o enriquecimento particular via renda fundiária fortalece a máxima capitalista de monopolização das forças produtivas – o que inclui o processo de concentração de terras. Por isso, nos marcos da sociedade burguesa atual, há resistências históricas contrárias às tentativas de redistribuição de terras. Resultam dessas obstruções à desconcentração, os conflitos que permeiam o campo, protagonizados pelos trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terra. São esses embates que compõem o círculo de debates sobre a questão agrária.

Diferente de Marx, que reservou em sua crítica econômica um espaço para as discussões fundiárias enquanto tema elementar para a compreensão das tramas sociais no capitalismo, os teóricos da social-democracia alemã (a principal força política que difundiu o pensamento marxiano após a sua morte) marginalizaram esse debate. De acordo com Kautsky (1972, p. 18), “a social-democracia, inicialmente, preocupou-se pouco com o camponês”, centrando toda a sua atenção na organização do proletariado urbano e sustentando a crença de que o desenvolvimento econômico e consequente proletarização das massas criariam as condições necessárias para agregar o campesinato na luta proletária.

Para Kautsky (1972), a questão agrária nos estudos marxistas deve esquadriñar as mais distintas transformações experimentadas pela agricultura a partir do seu imbricamento com o modo de produção capitalista. Foi partindo desse entendimento e da experiência com a crise

econômica mundial de 1873-1896, a qual atingiu violentamente as atividades agrícolas, que a questão agrária passou gradativamente a ser um eixo em torno do qual o movimento socialista revolucionário agregou discussões importantes e polêmicas (Netto, 1979).

Algumas das tensões que acompanharam o debate foram fortalecidas em razão da publicação do terceiro livro de “O Capital” só ter ocorrido em 1894. Essa é a obra na qual Marx¹³ dedicou significativo espaço para tratar dos aspectos elementares da questão agrária. No período de publicação do terceiro livro, as discussões acerca do proletariado urbano e suas tarefas revolucionárias já tinham hegemonia nos círculos da social-democracia alemã. Além disso, Engels, um dos maiores responsáveis por dar continuidade à produção marxista, pouco se dedicou à escrita sobre a questão agrária. Todavia, segundo Netto (1979), na mesma década em que a obra de Marx foi publicada:

(...) o crescimento gradual, regular e intenso dos partidos social-democratas, a sua emergência ponderável na vida institucional de vários países da Europa Ocidental obrigaram o movimento socialista revolucionário à análise do problema, uma vez que esta era a via indispensável para o estabelecimento de uma programática que viabilizasse uma estratégia capaz de aliar as opções partidário-eleitorais da população dos campos avançados da classe operária urbana. (Netto, 1979, p.VII).

A urgência de debates sobre a questão agrária encontrou um primeiro alento no círculo socialista francês e, em seguida, se capilarizou de forma acentuada entre os congressos da Internacional Socialista¹⁴ realizados em Zurique, Bélgica e Vandervelde (Netto, 1979). Foi no partido social-democrata alemão onde o tema obteve maior adensamento teórico, culminando,

¹³ Karl Marx morreu em 1883, tendo publicado apenas o primeiro volume de O capital em duas edições alemãs (1867 e 1872/1873). Ao mencionarmos aqui o terceiro livro, é importante pontuarmos que foi Engels quem, a partir dos manuscritos deixados por Marx, dedicou-se à edição e publicação do Livro 2 e Livro 3 de O Capital, em 1885 e 1894, respectivamente. O tratamento editorial dado por Engels à obra de Marx é um ponto em torno do qual gravitam tensões, principalmente por se saber ao certo até que ponto Marx tinha avançado na elaboração do terceiro livro, e, quais as implicações de conteúdo teriam ocorrido a partir da intervenção de Engels no manuscrito original (Heinrich, 2016). De todo modo, seguimos em análise precavidos pelo próprio Engels, que nos diz: “Eu a limitei ao mínimo necessário; procurei manter, sempre que a inteligibilidade o permitia, o mais possível, o caráter de primeiro esboço [...]. Onde minhas alterações ou acréscimos ultrapassam os limites da editoração, ou onde eu tive de reelaborar os dados fornecidos por Marx, tirando conclusões próprias – ainda que, o mais possível, no espírito de Marx –, toda a passagem está colocada entre colchetes e assinalada com minhas iniciais” (Marx, 1984b, p.6 *apud* Heinrich, 2016).

¹⁴ As internacionais socialistas foram federações internacionais que reuniram, entre 1848 e 1943, organizações da classe trabalhadora de vários países do mundo com a finalidade geral de garantir uma ação coordenada internacionalmente para o alcance do comunismo. A Primeira Internacional se deu entre os anos de 1864-1876; a Segunda durou de 1889 a 1914, quando eclodiu a I Guerra Mundial; a Terceira, também chamada de Internacional Comunista ou *Comintern*, teve início em março de 1919, em Moscou, após a vitória da Revolução de Outubro na Rússia, e foi dissolvida em 1941. A quarta delas, em oposição a Segunda e Terceira Internacionais, foi fundada em 1938 por Trotski e pequenos grupos de dissidentes, alegando serem as demais “contra revolucionárias” (Bottomore, 2001).

em 1899, na publicação de “A Questão Agrária”, um estudo sistemático produzido por Karl Kautsky (1972). No trabalho, o autor destaca o processo de industrialização capitalista da agricultura, as formas pelas quais o capital se apropria e esgarça os modelos vigentes de agricultura e as reconfigurações na estrutura fundiária necessárias para o atendimento das exigências do mercado.

Entendida a sua importância, a empreitada na elaboração de estudos sobre a questão agrária, calcada na tradição marxista do século XIX, não foi uma tarefa realizada apenas por Kautsky. Em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, publicado também em 1899, Lenin apresenta uma análise apurada sobre as condições e dinâmicas do mercado capitalista na Rússia, indicando os desdobramentos desse processo para a agricultura e as relações de produção.

Ainda que de forma não exaustiva, a seguir tratemos pontos centrais das contribuições de Kautsky e Lenin em razão tanto da sua influência para a continuidade do debate sobre questão agrária no campo marxista, quanto pelos elementos por eles abordados capazes de nos ajudar a pensar as diferenças e aproximações entre o desenvolvimento capitalistas e a questão agrária no cenário brasileiro.

1.2.2 Contribuições de Kautsky para o debate sobre Questão Agrária

A centralidade da agricultura e seus atravessamentos pelo capital na obra de Kautsky (1972) não é aleatória. O autor publicou sua obra num contexto de amplas discussões sobre os processos de transformação social e sobre o papel da agricultura e do campesinato nesse cenário (Almeida & Paulino, 2000). Além disso, o fim do século XIX experimentava os efeitos da primeira Revolução Industrial com mudanças significativas na produção.

Em algumas dezenas de anos, a agricultura – outrora a mais conservadora de todas as formas de exploração, que durante mil anos quase não fizera progressos e que, durante todo esse tempo, permaneceu por vezes séculos sem realizar nenhum – tornou-se uma das mais revolucionárias, senão a mais revolucionária, das formas de exploração moderna. (Kautsky, 1972, p. 81).

A Europa vivia reorientações significativas em um modo secular de produzir a vida e isto trouxe múltiplas repercussões. De acordo com Kautsky (1972), as mudanças operadas pelo capital na indústria camponesa não atingiram só a dimensão técnica da produção da vida. Seus desdobramentos atingiram progressivamente o modo como o camponês se relacionava com a vida, com a terra, com os vínculos interpessoais comunitários, etc.

Em linhas gerais, o autor afirma que o desenvolvimento tecnológico na indústria urbana e o fortalecimento de um mercado competitivo esfacelaram a tradicional indústria doméstica camponesa que antes estava centrada no atendimento de necessidades básicas das comunidades. Após a penetração do capital, a produção voltara-se para a transformação dos produtos em mercadorias, isto é, houve uma subordinação da produção agrícola às demandas do mercado, à concorrência, às mediações monetárias e à modernização da produção. O horizonte hegemônico tornou-se o de produzir os gêneros mais procurados e que fossem mais viáveis de acordo com a fertilidade do solo e a possibilidade de escoamento para os centros mercantis. Noutra formulação, produzia-se o que mais facilmente poderia ser vendido, viabilizando a acumulação de capital à revelia daquilo que poderia garantir subsistência da família camponesa (Kautsky, 1972). Assim,

Quanto mais o camponês caía sob a dependência do mercado, quanto mais necessidade tinha de dinheiro, quanto maior era, portanto, o excedente de gêneros que devia produzir e vender, mais necessidade de terra, em proporção com o tamanho da sua família para, nas mesmas condições de produção, cobrir as suas necessidades. (Kautsky, 1972, p. 29).

A integração entre agricultura e indústria estabeleceu condições para o incremento da produtividade e da concorrência no mercado. Isto demandava um capital inicial que os pequenos camponeses, ao contrário dos grandes proprietários de terra, nem sempre dispunham. Aqui se esboça uma nova forma de submissão do camponês ao capital: a abertura de crédito para investimentos na produção (Kautsky, 1972).

Segundo Kautsky (1972), o cenário de concorrência contribuiu para que camponeses e camponesas perdessem suas terras, fosse pelo endividamento advindo: (1) do uso de crédito pessoal para conseguir capital móvel como adubos, sementes, salários, etc.; (2) do crédito hipotecário usado para adquirir capital fixo; ou, ainda, (3) pela venda direta da propriedade. Não possuindo condições de concorrer no mercado, o pequeno camponês e camponesa endividavam-se para investir na exploração das terras que lhe restava. Quando não havia predominância do arrendamento, a hipoteca era a principal forma do agricultor obter dinheiro. Essas alternativas só encontravam páreo na venda da força de trabalho para o grande proprietário fundiário ou para o empresário na cidade. De todo modo, o endividamento e a tendência à perda da propriedade fundiária passam a ser elementos cotidianos na vida dos camponeses e camponesas.

Um destaque do qual não se pode prescindir, é o da existência de um fenômeno que, segundo Kautsky (1972), acompanhou a centralidade da produção de mercadorias na agricultura: a transformação da própria terra, “o mais considerável de todos os meios de

produção” (Kautsky, 1972, p.21), em mercadoria. Era na mercadoria terra que residia o fundo de fertilidade necessário para a produção de outras mercadorias. Na terra residia a possibilidade de desenvolver a pecuária em larga escala, extrair madeira para aquecer o forno das indústrias e construir casas e novos estabelecimentos nas cidades que cresciam vertiginosamente. Essas características, portanto, faziam da terra algo extremamente desejado.

Na medida em que a indústria e o comércio se desenvolveram e a terra foi tomada como meio de produção elementar para a acumulação de capital, observou-se, para camponeses e camponesas, uma limitação crescente da posse da terra para lavoura, pastagem, florestas e rios. Esses elementos, fundamentais para a reprodução da vida camponesa, passaram a ser expropriados por grandes proprietários que buscavam aprofundar a exploração e a acumulação de riquezas¹⁵.

Sabemos, pelas descrições do Capital de Marx, com que brutalidade uma classe que não tinha necessidade de poupar dinheiro e que achava ridículo poupar homens expropriou, na Escócia, os agricultores de vastos domínios para os substituir, primeiro, por carneiros, e depois, por veados. (Kautsky, 1972, p. 86).

Com o desenvolvimento capitalista e sua abrangência na agricultura, novas demandas foram criadas. Nesse contexto, aparece a grande propriedade rural, incorporando instrumentos de ponta, empregando trabalhadores e trabalhadoras em regime de assalariamento para aumentar a produção, construindo agroindústrias, comprando e roubando terras para garantir um maior estoque de matéria-prima, viabilizando o escoamento da produção com a abertura de estradas, etc. O pequeno camponês, pelo contrário, sem bases concretas para individualmente firmar-se e resistir ao novo modelo de produção e de vida, vislumbrou diante de si dois caminhos: (1) a proletarianização, vendendo sua força de trabalho para a emergente burguesia rural e urbana; ou, (2) organizar-se em cooperativas com outros pequenos agricultores para qualificar a produção, disputar em melhores condições no mercado e, assim, garantir as condições mínimas de permanência no campo (Kautsky, 1972).

O que se depreende do trabalho realizado por Kautsky (1972) é a existência de uma subordinação progressiva do campesinato à dinâmica do mercado resultante do desenvolvimento capitalista no campo. Esse movimento de subordinação também pode ser identificado em outros cenários em que o modo de produção capitalista se consolidou,

¹⁵ Esse foi um movimento intenso na Europa do século XVI, quando o fundo de fertilidade das terras agricultáveis se via comprometido e os capitalistas viam na apropriação arbitrária da terra uma saída para expandir suas divisas, fosse no próprio continente ou no ultramar.

esfacelando a pequena propriedade, mercantilizando as relações de produção e empurrando o camponês e camponesa para a indústria urbana.

Todos esses elementos trazidos por Kautsky (1976) contribuíram para que o autor advogasse a inviabilidade da agricultura camponesa e a consolidação progressiva da grande propriedade capitalista¹⁶. Contudo, o autor também enxergava vantagens nesse processo. Graças ao número crescente de migrações de camponeses e camponesas em busca de trabalho na indústria urbana, cresciam as possibilidades de aprendizado sobre organização coletiva, indispensável para a construção de uma sociedade socialista¹⁷ (Almeida & Paulino, 2000).

O pressuposto de superioridade inevitável da grande propriedade na relação mercadológica, unida à oportunidade de organização proletária para revolução socialista foram fundamentais para que o autor tomasse para si, como tarefa política, o papel de expor as fragilidades da agricultura camponesa, abreviando sua dissolução e a emergência do proletariado revolucionário (Almeida & Paulino, 2000).

1.2.3 Contribuições de Lenin para o debate sobre Questão Agrária

Diferente da Alemanha de Kautsky, a Rússia foi o último Estado europeu a abolir a servidão. Esse processo se inicia com as reformas promulgadas por Alexandre II, na segunda metade do século XIX. Segundo Silva a reforma iniciada por Alexandre II previa:

Que os senhores venderiam aos camponeses as parcelas de terras que eles já ocupavam. Por sua vez, o Estado pagaria aos senhores uma quantia a pretexto de indenização pelas terras “perdidas” com a venda aos camponeses. Quanto ao estatuto destes, estabeleceu-se um estágio transitório: não adquiririam o direito de propriedade privada sobre a terra comprada, permanecendo como membros de uma comuna e de um grupo doméstico. A comuna continuava responsável pela distribuição da terra aos grupos domésticos e seus integrantes. Os membros da comuna pagariam um imposto coletivo (“responsabilidade coletiva”) e ninguém poderia renunciar às obrigações de sua comuna, mesmo estando incluído na minoria que conseguia permissão para residir em outro lugar. Entre as outras

¹⁶ É de suma importância que o prognóstico feito por Kautsky (1976) seja considerado a partir dos marcos temporais em que escreve. É possível fazermos contrastes a partir de outros cenários onde a agricultura camponesa, embora não conte com a mesma infraestrutura, condições de competição e incentivos governamentais, tenha um papel crucial na garantia de segurança alimentar de todo um país – como é o caso do Brasil, no século XXI, onde cerca de 70% dos alimentos que ocupam a mesa dos brasileiros é produzido pela agricultura familiar. Sua importância, portanto, faz dela um elemento essencial e não substituível pelas grandes propriedades cujo escopo é o de produção para atendimento das demandas do mercado externo.

¹⁷ A superioridade numérica dos camponeses e camponesas, bem como a sua associação política ora com a burguesia, ora com o proletariado alemão, faziam do campesinato uma incógnita nas lutas políticas que se pretendiam realizar na Alemanha. Para Kautsky, migrar para cidade e se organizar politicamente era, portanto, estratégico no fortalecimento do horizonte revolucionário de sua época (Almeida & Paulino, 2000). Cenários como o do Brasil, nos séculos XX e XXI, demonstram a possibilidade de organização e luta no campo, sem o artifício do êxodo e consequente fortalecimento do latifúndio.

obrigações mantidas pela comuna, estava assegurar o pagamento do débito contraído com o Estado pelas terras adquiridas dos senhores. Este estágio transitório, que deveria ser breve, perdurou por muito mais tempo que o previsto. (Silva, 2012, p. 112),

Além do descontentamento com a dívida por terras que, pelo uso e posse, já eram dos camponeses e camponesas, a ruptura com a servidão provocou também a expropriação de uma parte significativa das terras do campesinato russo que foi transferida, junto com florestas e terras comunais, para os tradicionais senhores feudais. Tal expropriação teve como objetivo criar uma situação que forçava camponeses e camponesas a recorrerem ao arrendamento ou ao trabalho assalariado para complementar a renda familiar. Cerca de 40% das famílias camponesas – isto é, metade da população russa – passaram a vender a sua força de trabalho e estimularam, assim, a formação de um mercado interno necessário para o desenvolvimento do capitalismo (Silva, 2012).

É nesse contexto que Lenin avalia os efeitos concretos da reforma, critica a medida governamental e faz oposição à crença da esquerda populista na sobrevivência do modo de produção camponês diante do desenvolvimento capitalista. Por meio de uma análise criteriosa e sistemática, Lenin demonstrou, entre outras coisas, como a vida camponesa vinha sendo subjugada pelas tendências capitalistas no país, expressas nas contradições da concorrência, na monopolização da terra, na proletarianização camponesa e sua exploração por uma minoria (Silva, 2012).

Não obstante as diferenças entre os cenários sociais da Alemanha e da Rússia, Lenin (1982), em esforço semelhante ao de Kautsky (1972), descreve os efeitos do capitalismo no modo de vida camponesa e destaca alguns elementos que se repetiam nos dois países: (1) a progressiva divisão do trabalho no campo e seus desdobramentos no processo produtivo em virtude da ascendente mecanização; (2) a proletarianização do camponês e da camponesa expropriada, que passam a buscar na indústria urbana novos modos de garantir a sobrevivência; e, (3) o assalariamento do camponês que, mantendo-se na pequena propriedade, vende sua força de trabalho para o grande proprietário de terras, contra quem não consegue competir no mercado¹⁸.

Os três aspectos são elementos constitutivos daquilo que Lenin chamou de desintegração do campesinato. Ao contrário de Kautsky, quem apostava na sobrevivência do campesinato frente à grande propriedade pela organização em cooperativas, Lenin foi

¹⁸ Segundo Bottomore (1998), o movimento de desintegração do campesinato russo, descrito por Lenin em *O Desenvolvimento*, pode ser visto como um exemplo de aplicação da teoria marxiana da acumulação primitiva sobre o contexto pré-revolucionária Rússia, dada a presença dos processos de espoliação, expulsão e proletarianização camponesa.

categórico ao indicar que, com o desenvolvimento e a articulação do capitalismo com a agricultura:

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos modos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados. (Lenin, 1982, p. 114).

Segundo o autor, a progressiva aproximação entre o campo e a cidade ocorre, entre outros elementos estruturantes do modo de produção capitalista, graças ao crescimento do comércio e a abertura de crédito como estímulo a adaptação às demandas desse mercado, conduzindo o campesinato a uma desintegração profunda.

Para dar consistência à sua tese, Lenin (1982) recorreu à análise de dados estatísticos dos *zemstvos*¹⁹ que demonstravam que a desintegração era um “fato consumado” e que o campesinato russo se fragmentou completamente em grupos opostos. O que se observava na Alemanha e na Rússia era uma dependência progressiva em todas as esferas de produção da vida, inclusive da atividade agrícola, à economia mercantil. Assim, foi flagrante a alteração de processos de trabalho, objetivos e rumos da produção agrícola, além da crescente expropriação dos meios de trabalho do pequeno camponês, limitando-o a mais uma força de trabalho disponível para o pequeno-burguês.

Todas as mudanças apontadas por Lenin comportam uma variedade de contradições próprias da economia mercantil: a concorrência; a ruptura com os modos tradicionais de produzir a vida como condição para garantir renda; a crescente concentração fundiária por uma minoria e a progressiva proletarização e espoliação camponesa por quem detém os meios de produção; o açambarcamento da terra; a migração das províncias agrícolas para os centros urbanos; a destruição dos pequenos mercados rurais. Esses são exemplos de fenômenos que, segundo Lenin, implicavam “na destruição radical do antigo campesinato e na criação de novos tipos de população rural” (Lenin, 1982, p. 113).

Essa, por sinal, é uma das observações centrais feitas por Lenin (1982) ao discorrer sobre o processo de “descamponização”: o desenvolvimento de grupos extremos no campo. Segundo o autor, apareceram “dois tipos novos de população rural”.

¹⁹ Criados em 1864, tratavam-se de espaços administrados de forma local pelos governadores e ministério do Interior da Rússia czarista, dando conta de questões como, administração de hospitais, construção de estrados, pesquisas estatísticas e seguros (Lenin, 1982, p.35).

Em primeiro lugar, a burguesia rural, isto é, o campesinato rico, “cultivadores independentes, os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, de empresas comerciais etc.” (Lenin, 1982, p. 115). Sua característica é a associação entre agricultura comercial e empresas industriais, bem como, com as chamadas “oficinas”.

Numericamente, a burguesia camponesa representa uma pequena minoria do campesinato (certamente não mais que 1/5 dos estabelecimentos, cerca de 3/10 da população), sendo que essa proporção varia muito conforme a região. No entanto, considerando o papel que ela exerce no conjunto da economia camponesa, a parte dos meios de produção que detém e a parte dos produtos agrícolas que fornece, ela exerce uma predominância absoluta no campo: atualmente, ela é o seu verdadeiro senhor. (Lenin, 1982.p.116).

Paralelamente, de modo indispensável para a consolidação do primeiro e minoritário grupo, se formou o contingente de operários agrícolas, um misto de assalariados, diaristas, peões, operários de construção civil, entre outros, que possuía um minúsculo lote de terra em que residiam com suas famílias, mas que não dependiam da exploração da terra para garantir subsistência. O citado contingente vende sua força de trabalho e sobrevive em condições por vezes piores que os trabalhadores sem-terra. Esse outro grupo de população rural Lenin (1982) chama de proletariado rural.

O autor ainda destaca a existência do campesinato médio enquanto grupo intermediário que oscila entre a burguesia rural e o proletariado rural. Graças às forças de desenvolvimento do grande capital, o campesinato médio é empurrado para o grupo dos proletários, mantendo a configuração de dois extremos no campo. Há uma movimentação crucial para o desenvolvimento e a acumulação de capital, pois o capitalismo depende da existência de operários dispostos, pelas condições materiais em que se encontram, a se submeter às relações e condições precarizadas de trabalho (Lenin, 1982).

Sobre as mudanças decorrentes da desintegração do modo de vida camponês é possível recorrer à análise do impacto da inserção de máquinas na agricultura para o campesinato médio. De acordo com Lenin (1982), todo o impulso para aperfeiçoamento da técnica agrícola iniciado no desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo, incorreu na substituição do instrumento primitivo do camponês pelo maquinário do latifundiário. Desde então, o camponês médio, que sobrevivia dos pagamentos em trabalho para os grandes proprietários de terra, já não atuava como antes, uma vez que estes possuíam os seus próprios instrumentos. Com a obsolescência dos instrumentos de trabalho do camponês, restou a pura venda da força de trabalho num esquema de assalariamento.

O suprimento de economias de propriedade privada com instrumentos aperfeiçoados significa a transformação do camponês-servo (“independente”, segundo a terminologia populista) em operário assalariado (...). O emprego sistemático de máquinas na agricultura elimina o camponês médio patriarcal tão inexoravelmente, como o tear a vapor elimina o artesão que trabalha com a roca. (Lenin, 1982, p.147-148).

Do maior emprego de máquinas e da substituição de operários na agricultura surgiu um exército de reserva²⁰ capitalista, uma baixa absurda nos salários do proletariado rural e a consequente precarização das condições de vida no campo, efeitos que compõem as bases de um conflito de classes antes reservado ao cenário urbano.

Tão importante quanto as observações realizadas por Lenin, foram as implicações políticas retiradas de suas teses. Seus estudos exerceram influência direta na formulação do Programa²¹ do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR) de 1899, o qual expressou a defesa de que a solução para os problemas econômicos vividos na Rússia, inclusive pelo seu campesinato, passaria diretamente pela luta favorável à socialização da terra e dos demais meios de produção. Lenin defendeu a orientação da luta camponesa contra os resquícios feudais e contra os capitalistas agrários, propondo assim uma saída revolucionária para o campesinato, rejeitando quaisquer anseios por conciliação (Silva, 2012).

Poucos anos depois, o programa agrário da social-democracia, aprovado no congresso do POS DR, em 1903, trouxe como ponto central a necessidade de restituir aos camponeses as terras que foram expropriadas pela abolição da servidão. A concentração fundiária resultante desse processo, ao passo que aumentava exponencialmente a riqueza de uma minoria, acentuou a opressão vivenciada pelo campesinato russo (Silva, 2012).

As considerações feitas por Lenin e Kautsky sobre proletarianização, empobrecimento e desintegração do campesinato, assim como sobre mecanização do processo de trabalho e a tendência crescente à concentração de terras como resultados da penetração do capitalismo no campo demonstram vitalidade para a análise de problemas agrários do século XXI. Ao nos debruçarmos sobre a história da formação do campo brasileiro e suas vicissitudes a partir do desenvolvimento capitalista, observamos que as teses dos autores sobre concentração de terras, expropriação, empobrecimento e proletarianização do campesinato também se confirmaram no Brasil.

²⁰ Trata-se de uma reserva de força de trabalho desempregada ou parcialmente desempregada, também chamada por Marx de “exército industrial de reserva”. Sua existência é inerente ao modo de produção capitalista, resultante do processo de acumulação do capital (Bottomore, 2001).

²¹ Consiste em diretrizes para a organização da luta unificada do proletariado, cuja finalidade é a construção da sociedade socialista.

Dito isso, caminharemos agora para uma análise mais específica da questão agrária no Brasil, nos valendo, para tanto, de uma análise histórica das configurações territoriais aqui engendradas e do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira.

1.3 Questão agrária no Brasil: capitalismo e concentração de terra

Segundo Amin e Vergopoulos (1977, p. 21), “as relações de produção capitalistas aparecem inicialmente na vida rural, mas limitadas pela resistência do modo de produção feudal”. Contudo, essas relações ganharam espaço e se acomodaram definitivamente na indústria urbana. Durante todo o século XIX, a indústria capitalista desenvolveu-se excepcionalmente, enquanto a agricultura manteve técnicas parcialmente primitivas de agenciamento do solo, o que resultava de um desenvolvimento relativamente lento. Somente com a subordinação dos diferentes modos de produção à lógica mercantil, o capitalismo se capilarizou nos mais distintos segmentos sociais, transformando profundamente a agricultura.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista no cenário rural, embora encontre sua mola propulsora na Revolução Industrial do século XVIII, já possuía suas bases nas relações de mercado estabelecidas no século XVI. As metas de produtividade, circulação de mercadorias e acumulação de capital, não eram horizontes estranhos para parte do ocidente europeu que, com o fim de ampliar domínios e divisas de lucro no mercado, escancarou as portas dos mares numa corrida por melhores condições de exploração de homens, mulheres e recursos naturais disponíveis (Andrade, 1979).

As invasões realizadas na África e na América, fruto da articulação entre a ascendente burguesia europeia e as coroas dos seus respectivos Estados nacionais, levaram instituições e condutas que já compunham a Europa para as colônias. Exemplo disso foi o fatiamento do território brasileiro em Sesmarias – medida agrária instituída pela coroa portuguesa, pela qual se distribuía grandes porções de terra entre os mais próximos da realeza, com o intuito de torná-las produtivas – e a escravização de trabalhadores e trabalhadoras negras, comercializados como mercadorias na costa do continente africano (Andrade, 1979).

No Brasil, a tentativa foi de transformar o país em mero produtor de mercadorias para exportação, atendendo às demandas de expansão do mercado europeu (Prado Jr., 1979). Para

tanto, os invasores não abdicaram do uso da violência, o que incluía a progressiva expropriação de terras nativas comunais para concentrá-las nas mãos de portugueses²² (Martinez, 1996).

Segundo Andrade (1979), o longo e violento processo de colonização no Brasil assumiu, desde o início, um propósito claro: a produção de mercadorias tropicais voltadas à satisfação de necessidades do mercado europeu e garantir à coroa portuguesa uma hegemonia econômica no Ocidente. Prado Jr. acrescenta elementos semelhantes que adensam a interpretação histórica do período:

Vieram os portugueses como empresários e dirigentes do negócio; incorporaram a ele, na qualidade de trabalhadores, as populações indígenas que foi possível subjugar e domesticar; e supriu-se a insuficiência qualitativa e quantitativa dessa mão-de-obra indígena, com a imposição de escravos africanos. Estruturou-se assim a sociedade colonial brasileira e o “negócio” para que se destinava – a produção de objetos de comércio demandados pelos mercados europeus –, somando-se nessa organização e atividade mercantil, as reservas naturais de um território praticamente inexplorado e virgem, com a força de trabalho de uma população escrava, e a ação empreendedora e dirigente do povoador e colono português. (Prado Jr., 1979, p. 48).

Embora os segmentos mercantis portugueses tenham buscado, prioritariamente, metais e pedras preciosas na costa do Novo Mundo, foi com a agricultura – primeiramente canavieira e, posteriormente, culturas de café, algodão e cacau – que a metrópole aqueceu o processo de acumulação capitalista. Foi constituído um sistema de produção voltado para a monocultura, vitalmente imbricado com o latifúndio e forjado sobre uma estratificação classista vinculada com a segregação étnica (Andrade, 1979).

Para que esse processo se colocasse em curso, a coroa portuguesa não economizou esforços na retaliação do território brasileiro – já ocupado por distintas e numerosas etnias – em extensos lotes de terra chamados de Capitanias Hereditárias. Essa configuração, unida à organização fundiária em Sesmarias, lançou as bases para a concentração de terras ainda existente no Brasil (Andrade, 1979).

Para produzir em grande escala o açúcar e, posteriormente, o fumo, o café, o arroz, o algodão etc., tornava-se necessário uma produção em grande volume, que demandava a formação de unidades de grande escala e em que a autoridade do proprietário se fizesse sobre grande número de trabalhadores. Daí a extensão das sesmarias e a formação de latifúndios. (Andrade, 1979, p. 55).

²² Notem os pontos de semelhança entre o que se deu no século XVI, no Brasil invadido, e o processo estudado e nomeado por Marx (1998, p.828) de acumulação primitiva, ocorrido na Europa. A expropriação de terras e expulsão dos povos originais como modo de garantir a concentração dos meios de produção, constituíram o lançamento das bases para desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil.

Tal arranjo demarcou algumas diferenças que mereceram destaque na obra de Prado Jr. (1979), quem sublinhou as diferenças entre a estrutura econômica brasileira e as estruturas alemã e russa, largamente analisadas por Kautsky e Lenin. A estrutura econômica europeia compunha-se de uma “estrutura econômica e social de pequenos agricultores individuais constituída de unidades familiares voltadas essencialmente para a produção de subsistência e onde o mercado representava papel secundário e subsidiário” (Prado Jr., 1979, p. 169). De modo distinto, no Brasil, a economia agrária não se desenvolveu alicerçada na produção individual ou familiar, como na Europa ou na Rússia czarista. Como afirmado, ela foi estruturada a partir da exploração mercantil de base territorial extensa, forjando grandes unidades de produção de mercadorias para exportação. Dessa forma: “não se constituiu assim uma economia e classe camponesa, a não ser em restritos setores de importância secundária” (Prado Jr., 1979, p. 170).

No “Novo Mundo”, a produção das mercadorias para exportação era realizada por força de trabalho escravizada. Enquanto o modo de produção capitalista se desenvolvia com maior fôlego na Europa – principalmente a partir da Revolução Industrial, no século XVIII – via-se na colônia portuguesa a aplicação da exploração escravista, modelo que se esgotou progressivamente com o crescimento demográfico, as insurgências da população escravizada, o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente exigência por mais especialização na realização das atividades econômicas (Andrade, 1979).

O preço do escravo, em face do esgotamento das fontes de suprimento, foi-se elevando consideravelmente a cada década; com o desenvolvimento do tráfico as tribos africanas do interior foram ficando desfalcadas de seus melhores elementos e tornaram-se cada vez mais resistentes aos traficantes de escravos. Ao mesmo tempo, a população pobre, que não dispunha de terras e de recursos financeiros, foi aumentando na colônia, levando os proprietários a usarem mão-de-obra livre em trabalhos de maior qualificação e na cultura das terras mais distantes do centro das propriedades. (Andrade, 1979, p. 21).

Somente então, se formou no campo brasileiro uma classe de baixa renda, não escrava, composta por foreiros²³, trabalhadores e trabalhadoras que não possuíam terras, mas que cultivavam parcelas alugadas em grandes propriedades, entre outros arranjos precários que viabilizassem a exploração da terra (Andrade, 1979). Essa parcela se erguia no cenário brasileiro amargando condições precárias de vida, sem qualquer direito a voz (Martinez, 1996).

A formação, ainda rudimentar, desse extrato foi concomitante com o desenvolvimento e a diversificação de práticas capitalistas que resultaram na expansão de formas de pagamento,

²³ Trata-se de uma pessoa que, através de um contrato, adquire direitos sobre uma determinada quantidade de terra ou imóvel, mas, não é dono dele.

crescimento das cidades e das “pequenas lavouras” – zonas dedicadas ao abastecimento da crescente população urbana implicada em serviços distintos da produção de alimentos. Nessa esteira de mudanças, uma das transformações mais significativas sofridas no campo brasileiro, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, foi a proletarianização do trabalhador rural, caracterizada pelo fato do trabalhador “tornar-se um assalariado que vende a sua força de trabalho e recebe uma remuneração em dinheiro” (Andrade, 1979, p. 60). Esse processo acentuou o conjunto de práticas capitalistas no campo, tendência que Lenin (1982) e Kautsky (1972) caracterizaram bem ao tratarem, respectivamente, do desenvolvimento capitalista na Rússia e na Alemanha.

Corroborando as observações da tradição marxista, Ianni, ao escrever sobre a formação do proletariado agrícola brasileiro, afirma:

Do ponto de vista da economia, a origem do proletariado rural depende da efetiva transformação do camponês em trabalhador livre assalariado, ou seja, em vendedor de força de trabalho. Em outras palavras, do ponto de vista da economia, a origem do proletariado rural depende da efetiva separação entre o produtor (o camponês) e a propriedade dos meios de produção. (Ianni, 1971, p. 132).

Todo esse processo de desenvolvimento do proletariado agrícola brasileiro – que envolve a progressiva anexação dos espaços usados para produção da subsistência de camponeses não escravizados e trabalhadores sem-terra ao latifúndio – foi demarcado por dois dispositivos legais: a lei do “Ventre Livre”, de 1871, que estabelecia liberdade jurídica para os filhos de mães escravas e, assim, garantia o incremento quantitativo da oferta de força de trabalho assalariada; e o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que estabeleceu as diretrizes contratuais do trabalho assalariado e para a organização em sindicatos no campo. No intervalo de quase um século, trabalhadoras e trabalhadores escravizados, colonos, meeiros e assalariados enfrentaram processos de repressão a toda tentativa de liberdade e melhoria nas condições de vida. As Ligas Camponesas²⁴, o cangaço²⁵, as lutas messiânicas²⁶ e as organizações sindicais

²⁴ Organização de luta camponesa que surgiu na década de 1950 como contraponto às barbáries históricas existente no campo brasileiro. A existência das Ligas é devedora de outras organizações como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, entre 1945 e 1947, atuou fortemente com o intuito de mobilizar e organizar trabalhadores agrícolas em diferentes estados do país. Para maiores informações sobre esse marco popular na história política do Brasil, consultar o livro organizado por João Pedro Stedile, “A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964”.

²⁵ Movimento de luta popular armada, no sertão nordestino, século XX. Resulta das condições de opressão às quais estavam submetidas as populações mais pobres. Segundo Iokoi (2015), o Cangaço representava o enfrentamento aos coronéis, proprietários de vastas porções de terra, que exploravam a população sertaneja.

²⁶ Movimentos camponeses com plano de fundo religioso, que fizeram frente à ordem coronelista e latifundiária no Brasil. A Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916) são exemplos clássicos desses movimentos no país (Fernandes, 2001).

constituíram o conjunto de lutas que forjou, a duras penas, o trabalhador e a trabalhadora agrícola brasileira, assim como, agitou a correlação de forças na desigual estrutura fundiária desse país (Ianni, 1971).

Trata-se, portanto, de um movimento dialético em que, desde o Brasil-Colonial, as práticas capitalistas foram germinando no campo. Esse processo implicou na ampliação absurda da concentração de terras nos séculos XVII e XVIII, na formação de uma classe de trabalhadoras e trabalhadores agrícolas expropriados no século XIX; e na formação de processos de luta e resistência no cenário camponês que se estendem até os dias atuais.

A expansão capitalista no campo brasileiro também foi potencializada pelo amparo financeiro destinado aos grandes proprietários de terra para acelerar a inovação tecnológica e a reestruturação do espaço produtivo. “Os órgãos governamentais estimularam a modernização da agricultura, dando aos proprietários médios e grandes uma série de vantagens e de facilidades, deixando marginalizados os pequenos proprietários e os trabalhadores sem terra”. (Andrade, 1979, p. 10).

Mecanismos de crédito, assistência agrônômica e organização do comércio foram ofertados aos médios e grandes proprietários de terras para potencializarem suas explorações agrícolas. Para os banqueiros e as agências de financiamento vinculadas à gestão, é mais seguro emprestar altas quantias para aqueles cujas posses garantem o pagamento do empréstimo, do que para o pequeno agricultor, despossuído dessa retaguarda. Daí resulta o favorecimento de alguns em detrimento de outros (Andrade, 1979).

A modernização desigual, possível graças aos investimentos majoritários nas grandes explorações, provocou a migração de milhares de famílias – sobretudo das regiões Nordeste e Sul – para o Norte e Centro-Oeste do país. Os incentivos financeiros ao latifúndio viabilizaram também o incremento da concentração de terras (Oxfam Brasil, 2016).

Parte desses incentivos esteve atrelado às convulsões sociais, políticas e econômicas engendradas pelo golpe militar que executou a transição do Império para a República em 1889. Esse marco histórico favoreceu a abertura da economia para diferentes capitais estrangeiros nas diferentes linhas de produção para o mercado externo: inglês, alemão, francês, norte-americano, entre outros²⁷.

²⁷ Segundo Prado Jr. (1976), a grande soma de empréstimos realizada por países como a Inglaterra ao Brasil tinha um escopo político estratégico: contribuir para a consolidação da recém-nascida república, assegurando o desenvolvimento e o estabelecimento de parcerias comerciais com o mercado inglês. A descentralização política que a República proporcionava às unidades federativas e para os setores emergentes da burguesia nacional garantia a possibilidade de transação direta em diferentes níveis de negociação.

(...) a ação progressiva dos interesses financeiros internacionais alastrando-se e se infiltrando ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até colocá-la inteiramente a seu serviço. A produção cafeeira, em particular, a grande atividade econômica do país, será naturalmente logo atingida. (Prado Jr., 1976, p. 156).

Nesse sentido, aqueles que já detinham muitas riquezas e terras legadas pelo sistema sesmarial brasileiro, além de contarem com um crescente fluxo de força de trabalho, tinham acesso privilegiado a créditos suntuosos que viabilizavam acumulação ainda mais intensa de riqueza, enquanto à população mais pobre restava a proletarização e submissão às demandas dos latifundiários (Andrade, 1979). Noutra formulação, “o desenvolvimento capitalista se fez gerando profundas riquezas, concentrando riquezas e concentrando, do outro lado, miséria” (Graziano Silva, 1988, p. 165).

Graças aos incentivos nacionais e internacionais supracitados, a produção extensiva e de larga escala de gêneros tropicais e matérias-primas para o mercado externo vivenciou um crescimento significativo nas primeiras décadas da República. À produção de café, juntara-se, com vigor, a produção de borracha, cacau, mate e fumo (Prado Jr., 1976). Logo, ampliaram-se as demandas do latifúndio por maiores porções de terra, restando àqueles que viviam do trabalho no campo – camponeses, trabalhadores assalariados, arrendatários, posseiros, etc. – resistirem à violência secularmente conhecida no processo de acumulação de capital e concentração de terras²⁸.

Ainda sobre as primeiras décadas da República, com o advento da II Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil obteve uma grande demanda internacional por gêneros alimentícios e matérias-primas. Tal demanda resultava das necessidades dos países em guerra. Paralelamente, esse período foi marcado por uma queda das importações negociadas com países europeus e mesmo com os Estados Unidos. Parcialmente isolado do abastecimento externo, o mercado nacional precisou recorrer aos setores produtivos do país, ampliando, assim, as perspectivas do setor agrícola e das atividades industriais do país (Prado Jr., 1970).

Não obstante o maior equilíbrio econômico experienciado graças ao aumento das exportações e a redução das importações, quem realmente enriqueceu graças às circunstâncias excepcionais da II Guerra Mundial foi a classe possuidora dos meios produtivos, enquanto

²⁸ Pode-se mencionar aqui como símbolos de resistência a Guerrilha de Porecatu, em 1950, no limite entre São Paulo e Paraná; a Revolta de Dona Noca, em 1951, no interior do Maranhão, onde camponeses armados fizeram frente à posse de Eugênio de Barros, representante do coronelismo maranhense, eleito após uma ação fraudulenta junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE); no estado de Goiás, a luta de Formoso, quando posseiros, sob a liderança de José Porfírio, entraram em conflito com latifundiários entre o Rio Tocantins e o Rio Formoso. Cumpre mencionar ainda As Ligas Camponesas (1955-1964), uma frente de luta camponesa por terra que cumpriu um papel fundamental na construção da consciência em favor da Reforma Agrária (Morais, 1997).

trabalhadores e trabalhadoras rurais experimentavam um aprofundamento ainda maior da sua vulnerabilidade. A crescente demanda por artigos alimentares resultou também na intensificação da busca por regiões mais fecundas e com condições satisfatórias para produção a baixo custo, ou seja, a busca por maior renda diferencial (Marx, 1986), o que, consequentemente, resultou em um processo crescente de agregação de terras.

A maior parte da produção agrícola brasileira provinha das regiões recém ocupadas. Entre 1940 e 1967, as pastagens tiveram um aumento de aproximadamente 35 milhões de hectares, enquanto a quantidade de gado teve um aumento de mais de 100% (Prado Jr, 1970).

Assim, tanto a expansão das fronteiras agrícolas quanto o crescimento significativo da pecuária resultaram em um despovoamento notório do campo, expulsando a população camponesa para outras regiões:

Em muitos lugares, o gado vem literalmente expulsando a população local que já não encontra meios suficientes de subsistência que antes tirava da agricultura, substituída agora, progressivamente, por pastagens. Para os grandes proprietários que senhoriavam a maior parte e quase totalidade das terras naquelas extensas regiões, a pecuária, com os elevados preços do gado de corte, é comercialmente muito mais interessante que a agricultura de meação praticada por miseráveis lavradores nos melhores solos de tais regiões. E assim esses solos vão sendo progressivamente entregues ao gado. É difícil avaliar, assim de longe, o drama social que se abriga por detrás desse fato, aparentemente simples e aliás já bastante grave como fenômeno econômico. Representa ele a pauperização total de milhares de famílias cujo único recurso está na emigração, sempre difícil e muitas vezes nem mesmo possível. Uma boa parte dessa população flutuante que se aglomera em todos os centros urbanos de maior importância do Nordeste, e que oscila entre a mendicância e ocupações precárias e esporádicas, tem sua origem naquele fato que assinalamos. E é somente uma parcela mais feliz daqueles agricultores expulsos pelo gado que consegue emigrar para mais longe, em busca de terras novas e pioneiras onde há lugar para suas atividades e possibilidade de subsistência, de ínfimo padrão embora. (Prado Jr., 1970, p. 339).

Assim, segundo Oliveira (1989), em 1940, 1,5% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com mais de mil hectares ocupavam 48% do total de terras, enquanto 86% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com menos de cem hectares ocupavam menos de 19% das terras, demonstrando que a estrutura fundiária brasileira continuou sendo determinada pela concentração de terra.

A partir da década de 1950, os estímulos financeiros do governo federal para os grandes proprietários de terra garantiram o início de uma relação mais estreita entre as oligarquias agrárias e a crescente burguesia industrial, através da aquisição de inovações tecnológicas²⁹.

²⁹ Ao contrário do que se deu, em meados do século XIX, nos EUA e no Japão, no Brasil, a burguesia industrial não se opôs às elites agrárias e seus latifúndios, entendendo-os como impecílio para o desenvolvimento do

Esse já conhecido cenário de privilégios para o latifúndio fomentou, entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, a organização combativa de diferentes segmentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e movimentos sociais como as Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro. A contestação à concentração fundiária e desigualdade social realizada por essas militâncias encontrou abrigo no Governo de João Goulart, presidente que entendia que a plena modernização estava estreitamente vinculada à realização de uma reforma agrária (Miralha, 2006).

(...) o grande e principal momento histórico para a realização da reforma agrária no Brasil foi no início da década de 1960, pois se conjugou vários movimentos sociais e militâncias de trabalhadores rurais organizados no sentido de pressionar e reivindicar a realização da reforma agrária e finalmente, em toda a história brasileira o governo (na figura do Presidente João Goulart) estava realmente interessado em promover a reforma agrária. (Miralha, 2006, p.156).

Durante o governo de João Goulart, em resposta às ameaças das reformas de base aos interesses do capital nacional e estrangeiro³⁰, a burguesia, sob tutela militar, deflagrou um golpe de Estado que minou as expectativas de mudanças mais incisivas em distintos segmentos do cenário brasileiro. Em detrimento de uma reforma na configuração fundiária e instauração das bases para a modernização econômica e social, as forças dirigentes – agrárias e industriais – garantiram, por meio do Golpe de 1964, a manutenção da desigual estrutura fundiária e uma posterior modernização tecnológica nas grandes propriedades (Miralha, 2006).

Concretizado o golpe em 1964, sob o comando do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, entrou em vigor o Estatuto da Terra (Lei nº 4504) que, embora previsse a distribuição de terras, nunca saiu efetivamente do papel e manteve em altos níveis a concentração fundiária no país (Alcantara Filho & Fontes, 2009). O que se observou foram

capitalismo e modernização do país. Pelo contrário: foi estabelecido uma espécie de “compromisso político” (Martins, 1997, p. 20) que resultou – principalmente a partir da década de 1970 – na construção de um grande complexo agroindustrial, favorecendo, dessa forma, as velhas e novas elites do país. Assim, a perspectiva de uma reforma agrária que viabilizasse o desenvolvimento nacional pela desconcentração fundiária e consequente circulação mais capilarizada de capital foi suplantada pelo pacto oligarco-burguês (Miralha, 2006).

³⁰ Na década de 1960 o mundo vivia uma polarização entre as forças capitalistas e as forças socialistas, historicamente conhecida como Guerra Fria. Protagonizada pelos Estados Unidos da América e a União Soviética, a disputa pela conquista de aliados se dava tanto no nível dos embates concretos – como na Guerra do Vietnã –, quanto no terreno ideológico, via propaganda intensa dos diferentes modelos de desenvolvimento econômico. Nesse cenário, a simpatia por medidas mais progressistas e os anseios populares vinham sendo bem acolhidos no governo brasileiro de João Goulart (Jango), que vislumbrou a possibilidade de reformas de base profundas nos setores da educação, saúde, agrário, tributário, etc. Medidas como essas ameaçavam, em nível nacional, os interesses das elites rurais e industriais que viam emergindo graças às reformulações neodesenvolvimentistas, e, em escala mundial, as forças capitalistas em intenso confronto com as frentes socialistas.

algumas desapropriações em áreas de conflito e projetos de colonização em zonas de fronteira para amenizar temporariamente as demandas sociais por terra.

Contrariando as tentativas de minimização dos conflitos, os projetos de colonização estimularam o êxodo de milhares de camponeses e camponesas nordestinas e sulistas para as regiões Centro-Oeste e Norte, a grilagem e o avanço sobre terras de populações tradicionais, fazendo surgir mais conflitos e violência no campo (Sauer, 2010).

Por outro lado, o governo militar favoreceu a articulação entre o grande capital industrial, o sistema de crédito público (com a construção do Sistema Nacional de Crédito Rural) e a propriedade fundiária, para engendrar uma estratégia política e econômica de modernização conservadora da agricultura (Delgado, 2012). Esse processo se deu através da implementação do pacote modernizador da “Revolução Verde”, que estimulou o escoamento de:

Grandes somas de recursos, a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, possibilitando investimentos pesados em máquinas e insumos modernos (uso intensivo de máquinas e insumos como sementes híbridas, adubos químicos, inseticidas, pesticidas) para monocultivos extensivos. Além de crédito subsidiado, o “pacote” foi implantado pela oferta de assistência técnica (criação de rede pública de assistência técnica e extensão rural), pesquisa (instalação e destinação de recursos para a rede pública de pesquisa) e preparação de profissionais (ensino universitário ou técnico). (Sauer, 2016, p. 47).

Advém desse processo, a construção, na década de 1970, dos Complexos Agroindustriais, integrando intersetorialmente “as indústrias que produziam para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras” (Graziano da Silva, 1996, p.31).

Segundo Miralha (2006), se, por um lado, a modernização conservadora, isto é, o incremento tecnológico no latifúndio sem desconcentração de terras, proporcionou efeitos positivos nos planos econômico³¹, social, cultural, espacial e ambiental, por outro, essa medida gerou efeitos extremamente prejudiciais para as maiorias populares oprimidas no campo. O autor destaca: a intensificação do êxodo rural, graças à expropriação e expulsão de grande parte dos pequenos produtores rurais, marginalizados sem qualquer forma de incentivo; a contaminação de solos, águas, plantas e animais pelo uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e biocidas, comprovadamente prejudiciais àqueles que os consomem direta ou indiretamente

³¹De acordo com Miralha (2006), no que tange ao plano econômico, esse processo gerou alguns efeitos positivos no país. Entre eles constam as melhorias nas bases técnicas de produção; o aumento médio da produtividade em razão do uso de insumos modernos; e o aumento das exportações de artigos agrícolas, graças ao aumento da produção agropecuária.

(Dossiê ABRASCO, 2015); e a ampliação da concentração fundiária e das desigualdades sociais.

De acordo com Germer (1990, p.327), em 1985, quando já se tinha uma maior exploração das regiões Norte e Centro-oeste do país, menos de 0,9% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com mais de mil hectares ocupavam 44% do total das terras, enquanto mais de 90% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com menos de cem hectares ocupavam apenas 21% do total de terras. Nessa década, enquanto o segmento empresarial da agricultura foi o setor que mais cresceu na economia brasileira, expandindo suas fronteiras agropecuárias, sua estrutura produtiva e produção, “a massa dos pequenos agricultores, embora numericamente majoritária, caminhava em sentido inverso, submetida às tendências concentradoras inerentes à economia capitalista” e progredindo em sua rota de empobrecimento e proletarização.

Quando a ditadura militar imposta pelo Golpe de 1964 chegou ao fim em 1988, dando início à fase de redemocratização do país, as esperanças por reforma agrária foram atualizadas. Os movimentos de luta pela terra, sindicatos, igrejas e partidos políticos tinham ali uma abertura para pressionar os governos democráticos à realização de um fato histórico: a desconcentração do secular latifúndio e a implementação de políticas de desenvolvimento rural para as pequenas propriedades.

Embora o horizonte fosse animador, a década de 1990 não foi palco de grandes transformações na estrutura fundiária. Aproximadamente 92% dos imóveis rurais com área menor que 200 hectares – minifúndios e pequenas propriedades – ocupavam, em 1992, 26,59% da área total de imóveis; 24,29%, em 1998; e 28,42%, em 2003. Os latifúndios que, por sua vez, correspondiam a 1,5% dos imóveis rurais, ocupavam nesse mesmo período entre 46% e 53% da área total, dados que denunciam a manutenção da concentração histórica de terras no Brasil (Oliveira et al., 2005).

Merece destaque, como pontua Germer (1990), o papel dirigente exercido por grandes empresários agroindustriais articulados em aliança com distintos segmentos produtivos. Ao final da década de 1990, o Brasil viveu uma crise cambial que estimulou a criação de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola. Esse projeto se estruturou no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e seu escopo central foi o de suprir o déficit da produção nacional pela geração de saldos no comércio exterior. Para tanto, os setores de exportação de produtos primários voltaram a ser prioridade na política macroeconômica do país, o que fez do agronegócio um expoente econômico nacional. A mudança na política

cambial tornara o agronegócio mais competitivo no mercado exterior e, como consequência interna, a década de 2000 foi um período de valorização fundiária significativa no Brasil, implicando a elevação da renda fundiária e alteração dos preços de terra e arrendamentos (Delgado, 2012).

Como destaca Texeira (2011, p. 92), a estratégia para superávit implementada no Brasil contou com um “expressivo reforço às políticas de estímulos creditícios, tributários e fiscais para a agricultura produtivista; os incentivos para a atração de capital externo para segmentos nobres do agronegócio; e os estímulos para a criação de empresas brasileiras de “classe mundial”.

O autor destaca, ainda, a presença de medidas institucionais nas esferas fundiárias e ambientais que tiveram como objetivo a redução ou mesmo a eliminação de barreiras que impediam a expansão das fronteiras agrícolas. Em decorrência desse processo, como assinala Oliveira (2003, p.145), em 2003, “enquanto mais de 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupavam 6% da área (26,7 milhões de ha), menos de 70 mil imóveis (1,7%) ocupavam uma área igual a pouco menos que a metade da área cadastrada no Incra, mais de 183 milhões de ha (43,8%)”. Em 2010, através das Estatísticas Cadastrais, o Incra indicou um agravamento desse quadro, mostrando que as grandes propriedades passaram a deter 56,1% da área total dos imóveis (Texeira, 2011).

Com base nos dados destacados anteriormente, pode-se afirmar que, ao longo dos cinco séculos de história do Brasil, muito pouco da estrutura fundiária legada das capitanias hereditárias e do regime sesmario foi alterado. Os processos de anexação de terras indígenas, grilagem, incorporação de terras devolutas³², etc., só aumentaram a concentração de terra nas mãos de poucos em detrimento de uma maioria que se encontra em situação de pobreza (Oliveira, 2003). A organização das atividades produtivas por grandes empresas do setor agroindustrial, sustentadas pelo controle progressivo de grandes porções de terra, exploração de força de trabalho barateada e produção de monoculturas em larga escala, mantém o latifúndio e a exploração dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais intocados (Sampaio Jr., 2013).

³²Terras que pertencem às unidades federativas ou à União.

1.4 Luta camponesa e reforma agrária no Brasil

Segundo Sampaio Jr. (2013), no final da década 2000, dos 30 milhões de pessoas que habitavam o campo brasileiro, 17 milhões encontravam-se em situação de pobreza. Esse cenário de precariedade está associado ao modo como a atividade produtiva tem sido organizada secularmente no Brasil: concentração e controle de terras nas mãos de uma minoria e exploração do trabalho de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse diagnóstico histórico, ao passo que indica uma causalidade estrutural, também aponta os rumos de resolução: a realização de uma reforma agrária que produza desconcentração fundiária e estimule políticas que fortaleçam um novo modelo de desenvolvimento agrário.

Segundo Graziano da Silva (1984), a reforma agrária constitui a reivindicação mais geral dos pequenos proprietários, parceiros, posseiros e arrendatários, isto é, categorias que compõem a maioria dos trabalhadores rurais no Brasil. Esse pleito histórico não está restrito ao fatiamento do latifúndio e a distribuição de lotes. Significa, sobretudo, a busca, concomitante, por mudanças sociopolíticas no campo, de modo a garantir redistribuição de renda, poder e direitos. Esse entendimento é compartilhado por Prado Jr. (1979), para quem a reforma agrária não é uma modernização da exploração agrária. Para o autor, o ponto nevrálgico de uma reforma agrária é: “a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida” (p. 88).

A partir de dados concretos e de sua experiência pessoal, Prado Jr. deparou-se com uma população rural submetida a um nível alarmante de miséria. Esses fatores contribuíram de forma fundamental para a formulação da defesa de uma reforma agrária que considere, essencialmente, a modificação das condições de vida da população camponesa, elevando seus padrões de vida. Para tanto, o autor indicou a necessidade de serem fortalecidas duas frentes de luta: (1) aquela que prioriza a modificação da estrutura da propriedade fundiária rural; e (2) a construção de garantias trabalhistas legais que proporcionem aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais uma proteção legislada contra condições de trabalho precarizadas (Prado Jr., 1979).

A reforma agrária enquanto bandeira agregadora de diferentes trabalhadores e trabalhadoras do campo assumiu contornos diferentes na esteira histórica de lutas pela terra. De acordo com Graziano da Silva, as discussões sobre reforma agrária na década de 1950, por exemplo, estiveram estreitamente vinculadas ao processo de industrialização, uma vez que, temia-se que o setor agrícola não atenderia demandas crescentes de matérias-primas e alimentos provenientes do desenvolvimento do setor industrial. Além disso, a miserabilidade em que se

encontrava a massa de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras comprometia a existência de uma comunidade consumidora dos produtos industrializados. Nesse sentido, a reforma agrária estava associada ao bom andamento da industrialização do país: “(...) a reforma agrária faria aumentar a produção, uma vez que colocaria as terras ociosas dos latifúndios em cultivo”. (Silva, 1984, p. 101).

A redistribuição de terras na segunda metade do século XX, mesmo quando entendida como aliada para o desenvolvimento industrial do país, não foi realizada. Pelo contrário, os índices de concentração se acentuaram durante as décadas, mantendo milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais na miséria. No fim das contas, como alternativa à proposta de reforma, foram realizados investimentos massivos por parte do Estado na conservadora modernização agrícola, garantindo um aumento substancial da produção, a extensão dos latifúndios pela flexibilização das fronteiras agrícolas, expropriação e expulsão de camponeses e camponesas; o êxodo rural (Sauer, 2016), a crescente proletarianização e consequente aumento do contingente de consumidores.

Dessa forma, como ressalta Graziano da Silva (1984), o *boom* no desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura durante a década de 1950 – e mais tarde durante o governo militar – deu respostas satisfatórias aos temores relacionados às questões de produção agrícola. Contudo, aprofundou problemas de ordem agrária ao acentuar o nível de miséria da população rural brasileira.

Atualmente a reforma agrária é uma bandeira hasteada como projeto capaz de fazer frente aos problemas agrários. Contudo, ao considerarmos que nos distintos regimes políticos pelos quais passou o Brasil – Colônia, Império e República – persistiu de modo majoritário a inclinação dos governos à conservação da realidade desigual no campo, cabe perguntar: de onde virão as transformações necessárias para o enfrentamento desses problemas? Dos dirigentes da democracia burguesa brasileira? Vejamos brevemente quais respostas nos deram os governos democráticos³³.

Fazendo um recorte a partir do processo de redemocratização do país, o Governo Sarney (1985-1989) lançou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), cuja meta foi de assentar 1,4 milhão de famílias em quatro anos pela implementação de assentamentos e regularização de terras. Em seu segundo ano de vigência, o Plano teve suas metas e recursos reduzidos, frustrando as expectativas de reforma agrária já na primeira tentativa (Sauer, 2016).

³³Como indicado, serão considerados aqui os representantes eleitos democraticamente, recorte que retira do quadro de análise o Governo Temer (2016-), empossado após o Golpe de 2016.

O insucesso do I PNRA e as derrotas no processo da Constituinte³⁴ acirraram os ânimos e a violência no campo. Em resposta a esse cenário, o Governo Collor (1990-1992) propôs o assentamento de 400 mil famílias. Essa meta se expressou no Programa da Terra, projeto chefiado pelo então ministro Cabreira, fazendeiro paulista, membro da União Democrática Ruralista (UDR)³⁵. Porém, alegou-se escassez de recursos e pouquíssimos assentamentos foram realizados (Sauer, 2016).

As metas estatais não cumpridas se repetiram nos governos posteriores. Durante o mandato de Itamar Franco (1992-1994), apareceu o Plano Emergencial de Reforma Agrária com a meta de assentar 80 mil famílias em dois anos. Apenas 33 mil foram assentadas (Sauer, 2016).

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), embora tenha sido criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) – mais tarde transformado no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – sua política agrícola e agrária foi estruturada sobre fundamentos neoliberais, incentivando o agronegócio e a produção de *commodities* para exportação (Sauer, 2016).

No Governo Lula (2003-2010), foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) com a meta de assentar 400 mil famílias, regularizar a posse da terra de 500 mil e beneficiar outras 150 mil com o crédito fundiário para a compra de terras, ou seja, pretendia beneficiar um pouco mais de um milhão de famílias. Os dados sobre o cumprimento das metas são controversos: de acordo com o INCRA, apenas 592 mil famílias foram beneficiadas. No entanto, de acordo com o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), apenas 250 mil famílias foram beneficiadas por desapropriações e projetos de assentamentos (Santos, 2011).

Por fim, o Governo Dilma (2011-2016) marginalizou significativamente políticas fundiárias que contribuía para a reforma agrária (Sauer, 2016). Foi disponibilizado o montante de 159 bilhões de reais para a Agricultura, dos quais apenas 21 bilhões foram destinados para o Plano Safra da Agricultura Familiar, enquanto 138 bilhões de reais foram destinados para agronegócio (Fernandes, 2016). Em 2014, em seu segundo mandato, a presidente eleita nomeou

³⁴No processo Constituinte, parlamentares conservadores comporam uma articulação suprapartidária denominada “Centrão” com o intuito estratégico de introduzirem a noção de “terra produtiva” no teto constitucional, reduzindo as possibilidades de desapropriação para fins de reforma agrária. O critério de produtividade passou a ser central, sobrepondo o aspecto econômico aos existenciais vinculados à terra.

³⁵ Organização representativa do patronato rural, que surgiu no estado de Goiás, em 1985, com o escopo de defender e organizar os segmentos da grande propriedade rural, contra o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no Governo Sarney (Mendoza, 2010).

como ministra da agricultura a senadora Kátia Abreu, quem, tal como destacamos anteriormente, foi declarada defensora do agronegócio, sinalizando ainda mais qual seria o horizonte de prioridades e agudizando os conflitos já existentes.

Esses são os exemplos mais recentes que demonstram como, em maior ou menor medida, os governos brasileiros, nos marcos democráticos, permanecem privilegiando as elites que hegemonizam o país, seja pelo investimento massivo em setores produtivos que beneficiam a acumulação privada das riquezas socialmente produzidas, seja pelo descumprimento de compromissos que beneficiariam camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais. Por isso, conclui-se que a reforma agrária não será construída pelo protagonismo das instituições do Estado burguês, mas sim pela intensificação sistemática da luta pela terra encabeçada pelos movimentos sociais.

Fernandes (2016) demonstra dados que indicam que o crescimento do número de ocupações de terra é acompanhado pelo crescimento do número de assentamentos e famílias assentadas: “a reforma agrária brasileira segue os passos das ocupações de terra. As respostas dos governos são resultado das amplas negociações, pressões e manifestações nos movimentos sócio-territoriais” (Fernandes, 2016, p.38).

Nesse sentido, a reforma agrária no Brasil, fundamental para desconcentração fundiária e conquista de melhores condições de vida, resulta da luta de milhares de famílias camponesas³⁶, cientes de que, nos marcos do Estado burguês, a conquista da terra é a ponta de lança na conquista da própria emancipação.

Não obstante a relação de proporcionalidade entre o número de ocupações e o crescimento da quantidade de assentamentos, Fernandes (2016) expõe, também, alguns caminhos de contrarreforma. A escassez e fragilidade de políticas de infraestrutura nas áreas de reforma, a baixa renda e o acesso medíocre às políticas públicas por parte da população assentada, acabam por constituírem uma contrarreforma agrária. Embora a distribuição de terra seja um dos elementos centrais na reforma, ela não garante a permanência da população assentada nas áreas de reforma. É preciso que políticas de desenvolvimento socio-territoriais se efetivem para que se garanta não apenas a posse, mas, a permanência produtiva dos assentados na terra conquistada. Todavia, em um país onde os governos estão vinculados aos interesses do

³⁶ Em capítulo publicado recentemente, Sauer (2016, p. 46) sublinha ainda como ganho das lutas pela terra, a construção de “processos e espaços de cidadania no campo”, que, embora me pareçam valiosos, do ponto de vista formativo, julgo limitados, por se encontrarem circunscritos às regras de uma democracia empresarial, e, portanto, pouco produtores quando se trata de promover rupturas em uma estrutura que sobrevive da concentração fundiária e dos processos de expropriação, expulsão, exploração e empobrecimento de camponeses e trabalhadores rurais.

agronegócio, a probabilidade de que haja cobertura legislativa para proteção, investimento e consequente ampliação do latifúndio, é maior do que nas áreas reformadas.

Assim, a luta de camponeses e trabalhadores rurais por terra e direitos que lhes garantam proteção contra a exploração crescente da sua força de trabalho, ganha contornos maiores e semelhantes a uma guerra civil invisível. As estatísticas da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram que os conflitos têm crescido: em 2000, foram 660; em 2001, esse número subiu para 880, ganhando maiores proporções em 2002 e 2003, com a soma de 925 e 1.997, respectivamente (Delgado, 2012). Esse cenário só atualiza o que tem sido a tônica secular no Brasil: a contradição inconciliável entre os interesses dos opressores e dos oprimidos.

2 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE NO CAMPO

“La historia nos enseña que los aprietos de los poderosos los pagan los pobres com su salud y su vida”. (Breilh, 2010, p. 87).

Segundo Albuquerque e Silva (2014), os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas e suas repercussões no modo como se interpreta o mundo, assim como a existência de diferentes interesses na história, possibilitaram a elaboração de variadas concepções de saúde. A vastidão dessas concepções vai desde os entendimentos alicerçados em uma explicação mágica até as versões mais contemporâneas sobre o completo bem-estar biopsicossocial.

Nesse tópico é assumida uma concepção de saúde fundada em uma perspectiva materialista histórico-dialética, entendendo-a como um fenômeno submetido a uma totalidade social. Por isso, o entendimento da determinação social da saúde é uma tarefa que exige a consideração dos diversos aspectos que circunscrevem a vida em sociedade, bem como a instrumentalização a partir de uma teoria social que apreenda a realidade de forma não fragmentada e que, como alerta Souza (2016, p.343), “alcance o caráter processual da realidade, considerando-a síntese das contradições”.

Partimos do pressuposto de que as condições materiais de produção e as características gerais de uma formação social conformam as bases do padrão sanitário de uma população. Por exemplo, os impedimentos às condições básicas de existência material, as condições precarizadas e as relações abusivas de trabalho, a concentração de riquezas e a prevalência de outras iniquidades sociais endêmicas no modo de produção capitalista, caracterizam-se como

determinações da saúde que resultam em processos de adoecimento e morte (Fleury-Teixeira & Bronzo, 2010).

Com o objetivo de refletir sobre as condições de saúde da população que habita o campo brasileiro, dividiremos este tópico em duas partes. No primeiro, destacaremos: (1) a articulação existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das capacidades/potencialidades humanas. Para tanto, partiremos da compreensão ontológica marxiana, por compreendermos que esse referencial oferece condições para a elaboração crítica sobre o conjunto de determinações do movimento do real no processo de desenvolvimento humano e da saúde; (2) a estreita relação entre uma vida saudável e o acesso aos bens materiais e imateriais produzidos pela humanidade graças ao desenvolvimento das forças produtivas; e (3) a inviabilidade de uma sociedade saudável no interior de uma estrutura político-econômica que bloqueia o acesso das maiorias populares aos bens produzidos pelo gênero humano. No segundo momento, desenvolveremos a discussão sobre Determinação Social da Saúde (DSS), categoria fundamentada a partir de pressupostos marxistas, com o intuito de articular as considerações feitas sobre a realidade concreta do campo e as condições de saúde das maiorias populares que o habitam sob os marcos do capitalismo. O conceito de DSS toma a totalidade das condições materiais de existência humana como fundamento para as análises dos processos de saúde-doença, estejam eles nos níveis individual, particular ou estrutural. Nesse sentido, afim de compreendermos como aspectos estruturais da sociabilidade no campo brasileiro influenciam nas condições particulares e individuais de saúde da população camponesa, começaremos abordando a noção ontológica de indivíduo em Marx, assumindo-a como ponto crucial para a discussão sobre campo e saúde.

2.1 Considerações sobre o desenvolvimento do Ser Social em Marx

Segundo Marx (1994, p.208), o intercâmbio material entre a humanidade e a natureza é “uma condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais”. Breilh (2010) entende essa troca descrita por Marx como uma grande unidade dinâmica: a vida se desenvolve como um “movimento metabólico” entre o gênero humano e a natureza.

Enquanto parte da natureza, e nela imersa, o ser humano exerce atividades dirigidas, marcadas por intencionalidades, para transformá-la e adaptá-la às suas necessidades. Esse processo é chamado por Marx (1994) de trabalho. Homens e mulheres constroem valores-de-

uso³⁷ para, a partir daquilo que se encontra em estado natural, garantir a sobrevivência. De acordo com o autor, o trabalho é uma atividade essencialmente humana e aquilo que diferencia a ação humana sobre a natureza da atividade de outros animais. A diferenciação parte do fato de a atividade humana ser planejada idealmente antes de concretizada.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (Marx, 1994, p. 202).

Em um texto intitulado *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em Homem*, publicado pela primeira vez em 1896, Engels também destaca essa diferença:

Mas a influência duradoura dos animais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui, no que se refere aos animais, um fato acidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. Os animais destroçam a vegetação do lugar sem se dar conta do que fazem. Os homens, em troca, quando destroem a vegetação o fazem com o fim de utilizar a superfície que fica livre para semear o trigo, plantar árvores ou cultivar a videira, conscientes de que a colheita que irão obter superará várias vezes o semeado por eles. (Engels, 2013, p. 23).

Tal processo de transformação intencional, segundo Marx (1994), é composto por três elementos: (1) a atividade orientada para um fim, (2) aquilo sobre o qual se realiza o trabalho (objeto de trabalho), ou seja, toda matéria que, de forma imediata, é separada do seu meio natural pelo trabalho; e (3) os meios de trabalho: conjunto de instrumentos colocados entre o trabalhador e o objeto de trabalho, apropriados pelo primeiro para transformar o segundo. A soma dos meios de trabalho com os objetos de trabalho constitui os meios de produção.

Uma das coisas centrais ainda indicadas por Marx em sua teoria sobre o trabalho é que essa atividade de interação transformadora entre o humano e a natureza externa a ele não é um processo que altera apenas o meio onde ele habita: o trabalho transforma a própria humanidade na proporção que altera suas condições de vida e de sociabilidade. “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (Marx, 1994, p. 202).

³⁷ Segundo Marx (1994, p.205), valor-de-uso é “um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma”.

Tomemos, por exemplo, a atividade da agricultura. Ao desenvolver instrumentos e técnicas para manipulação de solos e plantas, a humanidade, além de acumular conhecimento sobre manejo de solos e cultivo, criou novas condições de existência. Assim, foi possível a fixação num local, a redução dos riscos de morte por fome e o desenvolvimento criado a partir de uma maior segurança alimentar. Pelo processo iniciado pelo trabalho, a humanidade também conquistou mais tempo para dedicar-se a outras atividades que não a busca constante por alimentos. Com o crescimento demográfico em torno das plantações, desenvolveu sistemas complexos de linguagem e de regulação da vida comunitária, instituições, etc. Pelo trabalho, ao construir o mundo, a humanidade foi construindo a si mesma.

Na medida em que as forças produtivas³⁸ se desenvolvem, surgem melhores condições de existência. Segundo Fleury-Teixeira (1999, p. 181): “uma nova gradação ontológica”. Assim, a humanidade cria condições para o desenvolvimento das suas potencialidades e capacidades. Essa dinâmica, indicada por Marx (1994), demarca o incontestável caráter ontológico do ser humano como ser social e seu imbricamento com o trabalho como condição histórica para o seu desenvolvimento (Fleury-Teixeira & Bronzo, 2010).

Sendo o trabalho uma ação carregada de intencionalidade que altera progressivamente a realidade compartilhada e cria novas condições concretas de existência e subjetivação para distintos grupos sociais, a história da humanidade é, cada vez mais, determinada pelas próprias ações humanas. Assim, o trabalho e a generalização dos seus efeitos nos levam a outro nível de sociabilidade e de individualidade. Ambos dependem, cada vez mais, de outros seres humanos, pois as condições básicas de existência passam a ser produzidas dentro de uma malha social ampla, complexa e compartilhada:

A vida humana se produz conforme se organiza, em sociedade, a produção e distribuição dos meios de sobrevivência, dos produtos humanos. (...) Para prover sua sobrevivência, os seres humanos, em conjunto, produzem coisas, como roupas, alimentos, moradias, meios de transporte, meios de comunicação, conhecimentos, ferramentas, máquinas, fábricas, entre outras (...) Portanto, uma pessoa, isoladamente, não conseguiria viver na condição alcançada pela humanidade, pois não conseguiria produzir tudo o que em sociedade torna-se possível e desenvolver em si todas as potencialidades humanas. (Albuquerque & Silva, 2014, p. 955).

Mesmo mantendo seu aspecto biológico, o homem tornou-se um ser social que precisa dos objetos produzidos historicamente na civilização. Assim, necessita ser educado nas mais diferentes instituições, aprendendo a manusear tecnologias como computadores, automóveis,

³⁸ Trata-se do conjunto de instrumentos que possibilitam e ampliam o processo produtivo e a implicação da força de trabalho na transformação da natureza.

aquecedores, fazer uso de medicamentos e outras intervenções terapêuticas que garantam maior expectativa de vida e, sobretudo, acessar as forças produtivas necessárias para reproduzir seus meios de sobrevivência. A inexistência ou o acesso precário às forças produtivas e aos diversos produtos da civilização regulam, portanto, o potencial de desenvolvimento individual, delineando modos de vida, adoecimento e morte. De acordo com Albuquerque e Silva (2014 p. 960-961), esse é o cerne da ideia de determinação social da saúde e da doença: “a forma como se organiza a produção na sociedade determina diferentes limites e possibilidades de realização da vida para os diferentes grupos sociais”.

Imaginemos que, por um motivo qualquer, por todo o globo terrestre haja uma suspensão súbita e generalizada da produção e do uso de energia elétrica, um dos avanços tecnológicos mais estruturantes da sociabilidade humana nos últimos séculos. Quanto do nosso cotidiano seria impactado? Parte considerável dos hábitos em sociedade ficaria comprometida, inclusive, a nossa dinâmica produtiva. Tal reordenamento da vida só ocorreria assim porque nossas conquistas técnicas resultantes do trabalho humano se incorporaram de tal maneira nos nossos modos de vida, que passaram a orquestrar as dinâmicas sociais, circunscrevendo condições e possibilidades de desenvolvimento das potencialidades humanas.

Mantendo a hipótese de restrição elétrica, mas, admitindo que os países do continente africano, à revelia do ocorrido em todo o resto do mundo, conseguissem dispor de energia elétrica, podemos supor que, de forma imediata, as populações africanas teriam vantagens sobre os demais continentes por possuírem um elemento da força produtiva que permite maiores facilidades para a produção e reprodução da vida humana. Além das facilidades cotidianas mantidas graças ao acesso irrestrito a eletricidade, a aceleração produtiva para dar conta da necessidade imediata de atendimento às demandas globais viabilizaria o acúmulo de riquezas e construiria possibilidades para melhorias no padrão de vida das populações africanas.

Conforme se complexificam as forças produtivas e os modos de vida que são por elas formatadas, o bloqueio ou o acesso restrito ao patrimônio acumulado pela humanidade gera impactos significativos nas condições de vida das populações, atingindo a saúde enquanto dimensão da vida humana submetida à totalidade social. Os níveis de privação de apropriação dos bens produzidos historicamente pela humanidade – sejam eles a eletricidade, o saneamento básico, os conhecimentos desenvolvidos, os alimentos e vestuários produzidos e comercializados etc. –, determinam limites para seu próprio desenvolvimento enquanto ser biopsicossocial.

É inegável que comunidades do século XXI que dispõem de uma rede funcional de saneamento básico e tratamento de água, por exemplo, estão menos expostas aos riscos de contaminação e morte prematura do que cidades europeias do século XII. Os avanços na produção de alimentos (que envolvem variados setores produtivos), vestuário, remédios, entre outras ações dirigidas para atender às necessidades humanas deram margens para novas condições de vida e saúde. O não desfrute desses avanços resulta na marginalização e na exclusão de uma vida plena em sociedade.

Em síntese, a transformação teleológica da natureza é condição básica para a sobrevivência humana. Esse processo torna possível o desenvolvimento de seres humanos enquanto seres sociais e a complexificação das suas relações em sociedade, ao construírem novos cenários de vida e morte. Em determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e organização societária, a integração às comunidades humanas não se realiza sem a apropriação dos acúmulos resultantes do trabalho humano. O grau de apropriação dos bens materiais e imateriais produzidos e amadurecidos coletivamente nos diz sobre as condições de vida das populações e, conseqüentemente, das suas condições de saúde.

2.2 Fundamentos materiais para uma vida saudável

Segundo Fleury-Teixeira e Bronzo (2010), os meios materiais e espirituais que dispomos em vida e que nos possibilitam o desenvolvimento e a realização das capacidades humanas, forjam especificidades existenciais, entre as quais constam as condições de saúde dos sujeitos em sociedade. Nesse sentido, os autores defendem que toda discussão sobre a DSS é essencialmente uma discussão sobre determinação social da vida em toda sua complexidade. Estudar a DSS significa, portanto, pensar a relação entre saúde e os distintos aspectos que conformam a vida em sociedade.

De acordo com Albuquerque e Silva (2014, p. 954), são saudáveis os seres vivos que se encontram em condições de “realizar aquilo que a natureza lhes apresenta como potencial de realização”. Alargando a noção, Breilh afirma que uma sociedade saudável se fundamenta na possibilidade real de seus membros contarem com a:

Preeminencia de procesosprotectores y soportes, colectivos, familiares e individuales, que posibiliten el predominio de formas fisiológicas y psíquicas que sustenten una buena calidad de vida biológica y psíquica, posibilitando una mayor longevidad, capacidad de asimilación de noxas, potencialidad para la plena actividad física en todas las edades, disfrute del placer y la espiritualidad. (Breilh, 2010, p. 98).

Tratando-se dos animais em geral, por exemplo, esse entendimento significa estar em plenas condições de voar, nadar, buscar seu próprio alimento, reproduzir-se e realizar tudo o que é necessário para repor suas possibilidades de existência em relação com a natureza. Com o gênero humano, aparentemente, não é diferente: para ser saudável, é necessário que o ser humano esteja em condições de realizar tudo o que é possível para a humanidade. No entanto, ao contrário dos animais não-humanos que realizam a sua existência dentro dos limites impostos pela natureza, as possibilidades de realização humana não se encontram absolutamente inscritas na realidade imediata da natureza. Como vimos anteriormente, por meio do trabalho, os seres humanos intervêm teleologicamente sobre a natureza, superando os limites imediatos e construindo novas condições para atenderem suas necessidades (Marx, 2014).

Graças ao trabalho e à complexificação da produção da vida social, foram criadas novas condições de vida e desenvolvimento humano em que nenhum dos membros do gênero humano conseguiria sobreviver ou produzir isoladamente tudo o que garante a realização e o desenvolvimento das potencialidades individuais. Logo, se a realização das potencialidades humanas está submetida à vida coletiva, a saúde, enquanto possibilidade de realização das potencialidades humanas, só é possível dentro de uma coletividade. Segundo Albuquerque e Silva:

Com a utilização dos meios de vida que elabora, a humanidade consegue produzir cada vez mais recursos com menor esforço, garantindo a sobrevivência de mais gente por mais tempo, com maiores possibilidades de realização. Reduz-se a mortalidade precoce, aumenta-se a longevidade, aumentam-se as possibilidades de desenvolvimento, inclusive do saber, uma vez que cada um vive mais tempo. (Albuquerque e Silva, 2014, p. 956).

Está claro que, graças ao desenvolvimento progressivo das forças produtivas, a realização das potencialidades humanas em suas dimensões biológica, psíquica e social está condicionada pela apropriação dos bens materiais e imateriais produzidos historicamente pela humanidade. Todavia, a observação desse fato como fundamental para uma vida saudável requer considerarmos, também, as possibilidades concretas de apropriação desses bens a partir das características do seu modo de produção e distribuição em uma sociedade. Ou seja, não basta apenas entender a importância da apropriação de objetivações sociais para uma vida saudável, é preciso entender também suas condições de apropriação (Albuquerque & Silva, 2014).

Em uma sociedade capitalista, há um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Isto constitui condições objetivas para o atendimento das necessidades e de realização das potencialidades humanas. Porém, a cisão em classes sociais – entre aqueles que detêm o monopólio dos meios de produção e aqueles que só possuem a força de trabalho – estabelece modos diferenciados de apropriação dos bens produzidos pela humanidade, resultando em diferentes formas de vida, adoecimento e morte (Albuquerque & Silva, 2014). É esperado, por exemplo, que latifundiários brasileiros, por monopolizarem uma expressiva parte do meio de produção terra e por desfrutarem de riquezas, vivam em melhores condições, adoecem e morram de modo distinto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra.

Ao olharmos para a realidade concreta do mundo capitalista, veremos que há uma regulação dirigida pelo mercado e pelo capital sobre as possibilidades de acesso aos meios de vida socialmente produzidos. Isso se dá por um motivo central: o modo de produção capitalista, para que se desenvolva, tem como premissa a separação de parte da humanidade dos bens socialmente produzidos e dos meios de produção, enquanto outra parcela, significativamente menor, monopoliza os meios de produção. Esse sistema político-econômico precisa que uma parcela desapropriada, por estar impossibilitada de prover a própria vida, tenha que se submeter à exploração da força de trabalho, gerar mais-valia, produzir capital e, assim, reproduzir as desigualdades estruturais. Nas relações capitalistas de produção, o desenvolvimento da classe burguesa depende da exploração da classe despossuída. Quanto mais crescem os monopólios e a riqueza da burguesia, crescem, também, suas possibilidades de apropriação dos bens e de realização das suas potencialidades, enquanto define a classe trabalhadora em círculos de opressão, espoliação e profundas vulnerabilidades sociais (Albuquerque & Silva, 2014).

Retomando a discussão sobre as implicações dessa desigualdade estrutural sobre a saúde das populações, Fleury-Teixeira e Bronzo argumentam:

É mais do que evidente o grande diferencial de risco ambiental ou físico a que estão cotidianamente submetidos os indivíduos, tanto em seu trabalho como no domicílio e entorno, conforme a sua posição social. (...) A exposição a agentes biológicos, químicos ou físicos danosos, a deficiência nutricional, o desgaste físico generalizado ou o esforço repetitivo e o estresse no trabalho, são características das condições sociais de pobreza ou miséria que ainda acometem a maior parte da população mundial. Além dessa maior exposição a riscos, a vulnerabilidade das populações carentes é ampliada pela deficiência no acesso à educação e aos serviços de saúde, o que reduz a sua capacidade de lidar positivamente com esses riscos. (Fleury-Teixeira e Bronzo, 2010, p. 39).

Segundo Breilh (2010, p. 103), graças ao desenvolvimento de modos de vida diferentes a partir das relações de produção no capitalismo: “es imposible comprenderla salud de estos

grupos, sinestudiar sus modos de vida”. Os processos de adoecimento e morte que marcam a saúde das mais diversas populações estão estreitamente ligados à macrodeterminantes da saúde como, por exemplo, as possibilidades de acesso e posse de terra, condições trabalhistas e acessos aos serviços públicos (Fleury-Teixeira & Bronzo, 2010).

A pergunta que se depreende é: como é possível conquistarmos uma vida saudável para todos em uma sociedade cujo desenvolvimento tem por condição a manutenção das maiorias populares em condições precárias de vida? Como desenvolver as potencialidades do gênero humano enquanto o acesso ao patrimônio historicamente acumulado pela humanidade encontra-se bloqueado? Estreitando o questionamento, como viabilizar o desenvolvimento biopsicossocial humano no campo sem o combate vigoroso às desigualdades que assolam historicamente milhares de camponeses e camponesas? É fundamental compreendermos que as saídas passam, necessariamente, pela superação do modo de produção capitalista e pelo avanço para uma alternativa societária em que as forças produtivas não estejam monopolizadas por uma minoria e as relações de produção não se estruturam fundamentalmente na exploração do homem pelo homem.

2.3 Condições de vida e Determinação Social da Saúde das populações do campo

Vimos no tópico anterior, partindo da tradição marxista, que há uma relação indissociável entre a realidade concreta de uma formação social e os níveis de saúde das diversas comunidades humanas. Essa relação é conhecida como Determinação Social da Saúde (DSS). A DSS destaca a relação entre as diferentes dimensões do processo saúde-doença com os elementos que compõem o plano estrutural da existência humana.

Essa perspectiva tem sido objeto de estudo na América Latina desde a década de 1970, quando autores formularam e aprofundaram a crítica à epidemiologia funcionalista norte-americana, a qual estava compromissada com as demandas de desenvolvimento capitalista. Tal crítica constituiu base para a construção da epidemiologia crítica latino-americana (Moreira, 2013)

Uma das características centrais da perspectiva de DSS é a integração entre aspectos biológicos e sociais na interpretação das condições de saúde das populações. Segundo Moreira (2013), esse posicionamento teórico propicia uma interpretação do processo saúde-doença articulando características gerais da sociedade com aspectos das dimensões particular e individual. Breilh e Granda facilitam a compreensão dessas dimensões:

a) Existe uma **dimensão estrutural**, formada pelos processos de desenvolvimento da capacidade produtiva e das relações sociais que operam no contexto onde apareceu um dado problema epidemiológico. O estudo deste tipo de processos explica ao epidemiólogo quais as tendências sociais mais importantes e as formas principais da organização coletiva; b) existe uma **dimensão particular** formada pelos processos ditos de reprodução social, isto é, aqueles relativos à forma específica de produzir e consumir de cada grupo socioeconômico. A investigação desses processos serve ao epidemiólogo como elemento interpretativo de enlace entre os fatos e mudanças estruturais e suas consequências individuais de saúde-doença; constitui assim um nível intermediário do estudo que explica o padrão de vida do grupo como base para explicar achados empíricos de doença ou saúde nos indivíduos que o compõe; c) existe uma **dimensão individual**, formada pelos processos que, em última instância levam a adoecer ou morrer ou que, ao contrário, sustentam a normalidade e o desenvolvimento somáticos e psíquicos. As medidas e análises que o epidemiólogo realiza em séries de indivíduos classificados como sadios e doentes constituem a informação, no nível do concreto-empírico, utilizada na comparação com as inferências e previsões estabelecidas com base nos dois níveis anteriores do estudo. (Breilh e Granda, 1983, p. 40).

Os autores estabelecem níveis de determinação. Os níveis de maior complexidade exercem forte influência sobre os níveis menos complexos. Assim, o adoecimento das populações, por vezes, não encontra resolução em medidas que não ultrapassam a dimensão individual. Isto é, existem cenários de adoecimento em que muito pouco ou nada se altera quando a intervenção não se estende ao plano estrutural. Essas formulações, claramente devedoras da tradição marxista, são de suma importância para pensarmos tanto nas condições de vida e saúde da população camponesa, quanto no tipo de atuação mais adequada para promoção de vida e saúde no campo.

De modo geral, os territórios rurais possuem uma diversidade de determinantes sociais associados à pobreza e à exploração experienciadas por camponeses e camponesas. A literatura que versa sobre a DSS nos contextos rurais tem indicado que os piores níveis de saúde estão associados às populações empobrecidas, habitacionalmente degradadas, desprovidas de suporte de equipamentos públicos, com altos níveis de desemprego, em situações de insegurança alimentar, entre outros fatores presentes no cenário rural, que refletem as desigualdades socioeconômicas históricas no Brasil (Kaplan, 1996; Nogueira, 2007; Dimenstein et al., 2016; Camurça & Ximenes, 2016; Leite et al., 2016; Macedo, Leite & Dantas, 2016; Ronzani, Costa & Paiva, 2016).

Segundo Girardi (2008), a partir da segunda metade da década de 1990, houve um crescimento na produção de estudos – principalmente na Sociologia, Geografia e Economia – que tratam do binômio “rural-urbano”. Esse fenômeno trouxe à tona novas reflexões, possíveis graças às aceleradas mudanças pelas quais passaram o campo e a cidade nas últimas décadas.

No meio rural, a diversidade nos modos produtivos, a presença de atividades não-agrícolas como base de sustentação econômica de famílias camponesas, a mecanização crescente nos processos de produção e uma maior capilaridade dos movimentos socioterritoriais, são exemplos de mudanças significativas que convocam estudiosos a pensar sobre sua atual estrutura, dinâmica e perspectivas.

Não obstante as mudanças ocorridas, os estudos produzidos ainda apontam para o campo como um espaço, quando comparado com a zona urbana, marcado por piores condições de vida (Girardi, 2008). Isto se expressa, por exemplo, nas relações de superexploração no trabalho, na baixa renda, no difícil acesso aos serviços de educação, saúde, cultura e lazer, na insegurança alimentar, nas condições precárias de moradia e mobilidade.

Alguns indicadores socioeconômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apesar de seus limites³⁹, podem nos ajudar a olhar um pouco mais de perto para um cenário de profundas desigualdades. O IDH é uma medida comparativa que sintetiza três aspectos: (1) educação, (2) saúde (longevidade) e (3) renda. O primeiro dado é extraído das taxas de matrículas do sistema de ensino e analfabetismo. O segundo considera a expectativa de vida da pessoa ao nascer. O terceiro é mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. A classificação realizada pelo IDH varia entre 0 e 1. Um baixo desenvolvimento humano varia entre 0 e 0,499. Um IDH médio varia entre 0,500 e 0,799, enquanto um nível alto varia entre 0,800 e 1 (Girardi, 2008).

No ano de 2000, 22 municípios brasileiros foram classificados com baixo IDH. Entre os 22 municípios, onde residiam um total de 232.185 pessoas, 21 deles eram das regiões Norte e Nordeste e possuíam população rural quantitativamente superior à população urbana. No mesmo ano, 89,46% dos municípios brasileiros foram classificados como de médio desenvolvimento. Entre esses, 39% tinham população rural superior à população urbana. Já entre os 539 municípios com alto desenvolvimento (apenas 9,7% dos municípios brasileiros), só 20% tinham população rural superior à urbana – um dos municípios está em São Paulo e todos os outros na região Sul (Girardi, 2008).

Considerando especificamente a escolaridade – um aspecto crucial quando se trata de desenvolvimento humano e construção de possibilidades de melhores condições de vida –, em

³⁹ Segundo Girardi (2008), algumas características fazem do IDH um índice questionável. A primeira delas reside no aspecto escolaridade: a quantidade de matrículas não reflete, necessariamente, a qualidade de ensino. Possuir um alto número de matriculados no sistema de ensino – número utilizado para calcular o índice – não reflete a qualidade da formação. A segunda fragilidade do índice é que, quando se trata de países com margens de desigualdade socioeconômicas tão profundas como o Brasil, o PIB *per capita* não é fidedigno à realidade concreta, escamoteando os níveis de miséria material.

2000, 68 municípios apresentaram taxa de analfabetismo superior a 50%. Nesse universo, a taxa mediana de analfabetismo relativa ao contexto rural foi de 42,5%, enquanto no contexto urbano era de 11,2% (Girardi, 2008). Embora não existam muitas pesquisas que abordem os diferenciais educacionais da mortalidade no Brasil⁴⁰ (Emiliano da Silva, Freire & Pereira, 2016), alguns estudos (Silva et al., 1999; Santos & Noronha, 2001; Perez & Turra, 2008) têm se dedicado a identificar relações entre escolaridade, melhores condições de saúde e maior expectativa de vida da população. Trabalhos como o realizado por Messias (2003) têm chegado à conclusão de que há uma relação significativa entre maior nível de escolaridade e menor índice de mortalidade, dando-nos substância para inferir que o acesso precarizado aos espaços escolares e a consequente manutenção dos baixos níveis de escolaridade entre a população camponesa resultam na redução da sua expectativa de vida.

Outro indicador de qualidade de vida estudado por Girardi (2008) foi a segurança/insegurança alimentar. Conforme os dados apresentados pelo IBGE, em 2004, dos 72.260.000 de habitantes (39,6% da população do país) que viviam em situação de insegurança alimentar, a parcela composta pela população camponesa era 49,8%⁴¹. Esse cenário se aprofunda ainda mais com o baixo investimento do Estado brasileiro em políticas sociais para os mais pobres no campo, enquanto atende aos interesses empresariais, criando créditos suntuosos e outras vantagens para que o agronegócio se desenvolva em parceria com o latifúndio.

Mesmo nos assentamentos de Reforma Agrária, onde a luta por direitos e a construção sistemática de ações com fins na promoção de saúde têm sido constantes, refletindo, por isso, melhores condições de vida e níveis saúde quando comparados aos camponeses sem-terra, a realidade ainda espelha o abismo de desigualdade que marca o campo brasileiro (UNB, 2001).

Em relatório realizado a partir da parceria entre o Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília e o MST, foi publicado um diagnóstico de saúde em 139 assentamentos e 92 acampamentos de Reforma Agrária distribuídos por todo o Brasil, com a participação de um total de 3.687 famílias assentadas e 2.851 famílias acampadas. Entre outros aspectos problematizados, a quase inexistente rede de saneamento básico, o uso inadequado do

⁴⁰ Segundo Emiliano da Silva, Freire e Pereira (2016), a baixa qualidade e disponibilidade de dados que associam nível de escolaridade com óbitos no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), prejudicam análises mais profundas sobre esse tema no Brasil.

⁴¹ Só compreendemos como 39,6% da população de um país referência mundial em produção agropecuária encontra-se em insegurança alimentar, quando submetemos à análise o modo de produção que orienta os rumos político-econômicos do país. O alinhamento do Brasil com as práticas capitalistas prioriza a geração de lucros e acumulação de capitais. Por essa razão, parte significativa do setor produtivo agropecuário se dedica à produção e venda de artigos de exportação, em detrimento da produção de alimentos saudáveis para abastecimento do país.

solo, as condições precárias de moradia e alimentação foram os principais condicionantes de doenças como, infecções intestinais, respiratórias e lesões decorrentes do trabalho (Unb, 2001).

Foi constatado um baixo percentual de cobertura no acesso à rede de abastecimento de água, resultado que confirma a histórica ausência de saneamento no cenário rural. 58,3% da população assentada e 62,5% da população acampada consumiam água sem qualquer tratamento, e uma outra parcela menor que lança mão de métodos como filtração, fervura e cloração que não garantem sucesso na eliminação de agentes microbianos (UNB, 2001).

Identificou-se que 41,6% dos assentados e 46,0% dos acampados utilizavam fossa seca, enquanto 35,2% e 51,8%, respectivamente, deixavam seus dejetos a céu aberto, fator que contribui para o aumento na quantidade de insetos e outros animais envolvidos no aparecimento de doenças infecciosas e parasitárias como verminoses, diarreia, cólera, hepatite infecciosa, etc. (UNB, 2001).

Quanto à prevalência das doenças, foi verificado que doenças respiratórias, como bronquite, asma e sinusite, são quadros muito presentes entre assentados e acampados e estão associados às precárias condições de vida, ao uso de querosene e óleo diesel para iluminação da moradia, e exposição aos agrotóxicos (UNB, 2001).

Notou-se, ainda, que 32,6% dos acampamentos e 23,7% dos assentamentos não contam com serviços de saúde público ou privado; apenas 56% dos assentamentos e 45,7% dos acampamentos contam com Unidades de Saúde da Família próximas às suas áreas, entre as quais, apenas 30,9%, nos assentamentos, e 29,3%, nos acampamentos, estavam em funcionamento. Em 70% das áreas investigadas, o uso de remédios caseiros era a opção para lidar com adoecimentos diversos (UNB, 2001).

É importante destacarmos aqui que a demanda crescente por alimentos, os baixos níveis investimento em saneamento básico, educação formal e saúde no campo; o estado de pobreza – que já em 2013 assolava 17 dos 30 milhões de camponeses brasileiros –, são fatos diretamente associados a um modelo de desenvolvimento agrário que há séculos privilegia o latifúndio e circunscreve o campo como reserva para a exploração dos grandes proprietários, consolidando um cenário de iniquidades que fortalece a noção de adoecimento social, expresso na violação dos direitos civis, culturais, políticos e sociais (Sampaio Jr., 2013).

É justamente por isso que, para Graziano da Silva (1984), a democratização do acesso à terra, isto é, a realização de uma reforma agrária no Brasil significa, sobretudo, a realização de mudanças sociopolíticas no campo, de modo a garantir redistribuição de renda, poder e

direitos entre camponeses e camponesas, de modo a elevar os padrões de vida e garantir a sua integração nas condições de vida humana, como também indicado por Prado Jr. (1979).

A histórica concentração de terras e centralização de investimentos públicos no latifúndio, onerando milhares de camponeses e camponesas ao impedir o acesso, a posse e a produção na terra, chega a ser tão absurda e com desdobramentos diretos e indiretos tão hostis à vida, que a democratização da terra foi incluída no relatório da emblemática VIII Conferência Nacional de Saúde como um Determinante Social da Saúde (Brasil, 1986).

Esse cenário de concentração, além de concentrar as riquezas na mão de poucos, entre outras coisas, favorece o estabelecimento de condições trabalhistas precarizadas no campo, assim como sustenta a baixa renda da família camponesa, enviesa os investimentos do Estado, inviabiliza a competição do agricultor familiar com o latifúndio graças ao potencial produtivo desse último e dos incentivos governamentais às grandes propriedades e, ainda, força as maiorias populares que habitam o campo (em sua maioria negras) a conviverem com a violência brutal dos grandes proprietários de terra.

A violência expressa em massacres é, sem dúvidas, um outro ponto crítico para os milhares de camponeses brasileiros expostos à tendência de acumulação do capital. O uso da violência para aumentar os níveis de acumulação não é um fenômeno remoto. É um processo que se atualizou na história brasileira desde o período colonial até a contemporaneidade. No século XXI, esse fenômeno continua se manifestando vestido de velhas e novas formas, atores e atrizes, mantendo a mesma intencionalidade: provocar cisão entre trabalhadores, trabalhadoras e os meios de produção, concentrando riqueza e consolidando cenários de opressão e exploração para a classe trabalhadora.

De acordo com levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CEDOC-CPT, 2017), os assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, de indígenas, quilombolas, posseiros, pescadores, assentados, entre outros, têm tido um crescimento flagrante desde 2015. Em 2017 o número de assassinatos atingiu um novo recorde desde 2003, com 70 assassinatos, expressando um crescimento de 15% em relação a 2016⁴².

⁴² A consolidação do Golpe de 2016, ao assegurar um governo interessado em aprofundar os privilégios de empresas e grandes proprietários de terra vinculados ao agronegócio, criou um ambiente político mais confortável para o desenvolvimento de diferentes estratégias capazes de viabilizar maiores níveis de concentração de terras e riquezas. Não à toa, de acordo com dados divulgados pelo Observatório do Agronegócio no Brasil (Castilho, 2017), 50% dos votos favoráveis ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e 51% dos votos que viabilizaram a permanência de Michel Temer no Executivo, pertenceram à membros da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), uma organização político-partidária que reúne parlamentares defensores dos interesses do agronegócio no país. O novo recorde no crescimento de assassinatos no campo dá-nos margem para pensar no quanto o cenário político pós-golpe realçou a violência contra camponeses e camponesas como método para atingir maiores níveis de acumulação e concentração fundiária.

Dos 70 assassinatos registrados, 28 (40%) ocorreram em massacres. Em 2017, a maior concentração desses episódios esteve no estado do Pará, onde latifundiários tencionam sobremaneira – inclusive nos espaços legislativos através das suas representações – pela ruína das fronteiras agrícolas, redução progressiva de reservas ambientais, comunidades de povos tradicionais e consequente extermínio daqueles que vêm resistindo por séculos contra as imersões do capital e em favor da própria vida (CEDOC-CPT, 2017)

Mesmo depois do recente – e já golpeado – processo de redemocratização do Brasil, a CPT tem apontado que o apetite do latifúndio se mantém sem escrúpulos. Entre 1985 e 2017 foram 1.438 conflitos registrados no campo, com 1.904 vítimas, entre os quais, apenas 113 foram julgados. O Norte do país é a região onde se concentra a maioria dos casos, com o Pará liderando o ranking ao ser o estado marcado por 466 conflitos e 702 vítimas (CEDOC-CPT, 2017).

Grosso modo, o que se desvela é a existência de uma realidade concreta no campo que inviabiliza qualquer aproximação daquilo que se entende na contemporaneidade por saúde e por condições saudáveis de vida. Salvo aqueles que conseguem, por motivos diversos, desenvolver atividades produtivas com níveis razoáveis de rendimento, a grande maioria da população camponesa encontra-se imersa em uma realidade de privações e violências extremamente nocivas à vida.

Se partimos do pressuposto de que a saúde está associada às possibilidades de acesso aos bens materiais e imateriais produzidos historicamente pela humanidade e nos deparamos com uma realidade em que a maioria da população encontra-se privada desses bens e exposta à violência, então é preciso questionar por que nossos sistemas de saberes e práticas em saúde não buscam enfrentar os DSS, isto é, por que não se orientam também para a transformação de uma realidade restritiva e violenta, limitando-se à intervenções na dimensão individual.

Como os profissionais promoverão saúde sem que transformem a realidade que degrada, adoce e mata milhares de camponeses e camponesas, em benefício de um reduzido grupo que se nutre e prospera graças à desigualdade?

Essas são algumas das perguntas que marcaram a produção teórica na epidemiologia crítica latino-americana, os debates sobre determinação social da saúde e que ainda nos servem como parâmetro para pensar as ações com vistas na promoção de saúde para as populações camponesas.

Assim como nos círculos da epidemiologia crítica latino-americana, que compreendem os processos estruturantes da sociedade como imprescindíveis nas considerações sobre saúde,

outras áreas de produção de conhecimento e práticas no campo da Saúde têm se esforçado tanto na crítica dos modelos teórico-práticos de atuação, quanto na construção de outras formas de intervir sobre a realidade e promover saúde. Na Psicologia, autores como Ignacio Martín-Baró se debruçaram sobre a realidade latino-americana apontando a urgência da Psicologia – cuja tradição servil da às correntes de pensamento estrangeiras legou uma bagagem inoperante quando se trata de responder significativamente aos problemas dos despossuídos da América Latina – realizar giros epistemológicos, ético-políticos e práticos para olhar para a nossa realidade concreta e formular respostas práticas adequadas às demandas concretas das nossas populações.

Foi nesse sentido que Martín-Baró propôs, na década de 1980, a elaboração daquilo que veio a chamar de Psicologia da Libertação. Uma Psicologia que, a partir de um recorte de classe, se debruça sobre os problemas estruturais vividos pelas maiorias populares oprimidas da América Latina e elabora, a partir das determinações específicas desse território, caminhos coletivos de superação de um cenário de exploração e opressão (Martín-Baró, 2011a; 2011b). Entre as maiorias populares oprimidas destacadas pelo autor, está contida a população camponesa, um estrato social historicamente carente de olhares da Psicologia que lhes garantam um atendimento de fato resolutivo às demandas que lhes são peculiares.

CAPÍTULO II

3 HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Nesse capítulo serão apresentadas características do contexto no qual Ignacio Martín-Baró desenvolveu a sua obra, o percurso de formação pessoal do autor e os princípios, fundamentos e perspectivas centrais do seu projeto ético-político: a Psicologia da Libertação. Ainda que não abordados de forma exaustiva, espera-se que os elementos aqui abordados facilitem o entendimento da sua proposta emancipatória e da sua importância como instrumento potencializador dos processos de ruptura e transformação social.

3.1 El Salvador

Ao sul de Honduras e a oeste da Guatemala, encontra-se El Salvador, “el pulgacito de América”, como nomeou Júlio Enrique Ávida (Lara-Martínez, 2009) – único país da América Central sem saída para o Oceano Atlântico. Seus 20.935 quilômetros quadrados comportam, entre mestiços, europeus e indígenas aproximadamente, 7 milhões de pessoas, fazendo do menor país do continente aquele com maior densidade demográfica – 300 habitantes por quilômetro quadrado (Montgomery & Wade, 2006).

Embora guarde suas especificidades, El Salvador tem uma história de profundas desigualdades sociopolíticas e econômica, gestada na mesma estrutura de acumulação de capital que domina na América Latina. Enquanto colônia da Espanha, devido a carência de recursos naturais e força de trabalho disponível, o país recebeu poucos investimentos do imperialismo espanhol em infraestrutura. Por isso, figurava entre uma das colônias mais atrasadas da América Latina. Os colonizadores exploravam cacau em El Salvador e, durante os séculos XVII e XVIII, dedicaram-se largamente à exportação do anil, tintura azul muito rentável e cujo declínio comercial se deu, em meados do século XIX, a partir da produção de tintas sintéticas mais baratas pelas indústrias alemãs. A concorrência com o mercado alemão, unida à redução nas exportações para os Estados Unidos da América, estimulou a busca por outra mercadoria que pusesse a economia salvadorenha em linha de expansão: o café (Montgomery & Wade, 2006).

Segundo Montgomery e Wade (2006), um dos pilares das desigualdades socioeconômicas e políticas experienciadas em El Salvador, é a concentração fundiária atrelada à produção de café. Uma oligarquia reduzida governou El Salvador durante um século após a

sua independência em 1821. Um governo militar estabelecido na década de 1930, não só manteve os privilégios oligárquicos, mas intensificou o processo de dominação sobre as maiorias populares oprimidas do país (Montgomery & Wade, 2006).

O desenvolvimento da produção de café no país, em pouco tempo consolidada como ponta de lança da economia salvadorenha, trazia em segundo plano uma disputa por hegemonia política entre conservadores e liberais, que tinha a propriedade da terra em seu cerne. Entre 1847 e 1963, a intervenção do Estado foi fundamental para a realização dos anseios liberais, aprovando leis de estímulo à produção de café, ofertando benefícios fiscais e trabalhistas para proprietários que somassem mais de 15 mil pés de café; e, transferindo terras públicas para particulares sob a condição usá-las para o cultivo de café (Montgomery & Wade, 2006).

Exemplo flagrante do favorecimento do Estado salvadorenho aos anseios liberais foi a elaboração, entre 1881 e 1882, de reformas legislativas que consideravam as propriedades comunitárias indígenas como entraves para o crescimento econômico do país⁴³. Esta justificativa legitimou a destruição daquelas comunidades e estabeleceu a propriedade privada da terra como a única relação reconhecida legalmente pelo Estado. Resultando da reforma, até 40% das terras do país passaram a ser possuídas por 5,3% dos proprietários, após ocorrer o confisco de 73% das terras do universo indígena. Por outro lado, 3,45% das terras cultiváveis foram destinadas à 50% da população, forçando milhares de camponeses e camponesas expropriadas a trabalharem nas grandes fazendas (Montgomery & Wade, 2006).

Como foi destacado no capítulo anterior, a acumulação primitiva sobre a qual Marx (1994) discorreu é um fenômeno que se repete nos diferentes espaços em que o modo de produção capitalista se desenvolveu. Em El Salvador, como escreve Montgomery e Wade (2006, p. 24): “A demanda de café excedia a quantidade de terra disponível para a sua produção, e o problema foi solucionado pelo confisco de propriedades comunitárias”. Houve um aumento do fluxo comercial ao mesmo tempo em que ocorria a expulsão e a morte de milhares. Alberto Mansferrer, crítico social da realidade salvadorenha, escreveu em 1929:

A conquista do território pela indústria do café é alarmante. Já ocupou os planaltos e agora está avançando pelos vales, desalojando o milho, o arroz e o feijão. Estende-se como um conquistador, difundindo a fome e a miséria, e reduzindo seus antigos proprietários às piores condições – ai de quem vende! Embora seja possível provar matematicamente que essas mudanças tornam o país mais rico, na verdade elas significam morte. É verdade que os custos de se importar milho são pequenos em relação

⁴³Traçando um paralelo histórico, vale lembrar aqui o recente debate proposto pelo Governo Bolsonaro sobre uma revisão das fronteiras das terras indígenas, no Brasil, a fim de pô-las à disposição da exploração capitalista. As estratégias de avanço do capital sobre terras de populações tradicionais continuam usando dos instrumentos legislativos como caminho de resposta aos anseios por acumulação dos meios produtivos.

aos benefícios de se exportar café, mas, será que o grão importado chega mesmo até os pobres? Ou será que esses se vêem obrigados a pagar por isso? Será que a renda do camponês, que perdeu a sua terra, é adequada para provê-lo com milho, arroz, feijão, roupas, medicamentos, médicos, etc.? Portanto, qual é o bem que decorre da venda do café quando, na realidade, redundava em tantas pessoas na miséria? (Mansferrer, 1929 como citado em Montgomery & Wade, 2006, p. 26).

O cenário construído em favor da acumulação de capital pela oligarquia agrária salvadorenha não passou sem contestação. Entre o final do século XIX e o início do século XX, revoltas camponesas surgiram em todo o país. A resposta da oligarquia agrária foi, entre outras medidas, se aproximar do exército, criar leis ainda mais severas proibindo a organização de lavradores e lavradoras em entidades representativas e criar policiais rurais para silenciar os revoltosos e garantir a expansão da produção de café no correr do século XX (Montgomery & Wade, 2006).

A Grande Depressão, no entanto, acirrou os ânimos nos círculos governistas empenhados em garantir estabilidade econômica nos tempos de crise. O então presidente eleito Artur Araújo, avaliado como incapaz de garantir a estabilidade desejada pelo setor empresarial, foi deposto por um golpe de Estado em 1930, articulado por seu vice, o general Maximiliano Hernandez Martínez. A parceria entre oligarquia agrária e exército garantiu o controle militar sobre a maior parte de El Salvador e fez do café, em 1931, o artigo agrícola responsável por 96% das exportações (Montgomery & Wade, 2006).

Com Martínez, a coalisão entre oligarquia agrária e exército se consolidou para reprimir qualquer forma de rebelião e garantir os interesses econômicos das elites. O ditador fortaleceu o poder do exército centralizando as decisões, trabalhos e serviços públicos, alocando oficiais do exército no lugar de civis, proibindo a organização camponesa e desestimulando processos de sindicalização. Assim, assentou as bases para a manutenção do projeto de dominação oligarco-militar que se estendeu pelas décadas que se seguiram ao golpe, oscilando entre maiores e menores aberturas políticas produzidas por uma sucessão de golpes reformistas protagonizados por atores do próprio exército (Montgomery & Wade, 2006).

Em relação ao campo, a miséria camponesa foi aprofundada. As reformas liberais sobre a terra dizimaram comunidades indígenas e camponesas para garantir o aumento da concentração fundiária e de riquezas entre as elites salvadorenhas. Daí emergiu um sistema de trabalho no qual camponeses e camponesas mantinham-se aprisionados a trabalhos em grandes fazendas pelo débito que contraíam para sobreviver. Esses trabalhadores e trabalhadoras eram chamados de colonos (Montgomery & Wade, 2006).

Outro arranjo de trabalho era o de safras compartilhadas, em que lavradores e lavradoras pagavam pelo uso da terra com parte da colheita ao dono da fazenda – eram conhecidos como parceiros. Em 1965, a lei de salários mínimos para trabalhadores foi aprovada pela Assembleia Legislativa de El Salvador. Um dos seus objetivos centrais foi a abolição do fornecimento de terras e comida como moeda de troca para colonos e parceiros. Os efeitos dessa mudança foram o declínio de 69,5% na quantidade de colonos, em relação à década anterior aos anos 1970 e um aumento correspondente na quantidade de camponeses sem terra (Montgomery & Wade, 2006).

Em 1969, houve a Guerra de Cem Horas, também conhecida como a Guerra do Futebol, entre El Salvador e Honduras, a qual, junto com as políticas da ditadura salvadorenha, acentuou a pobreza no país. Essa guerra, que deixou mais de cem mil salvadorenhos sem habitação, teve como desencadeador imediato a recusa da entrada de imigrantes salvadorenhos em Honduras e a expulsão de 300 mil colonos salvadorenhos sem-terra que buscavam melhores oportunidades de produzir e viver na terra – oportunidades que, como visto, eram restritas em seu país de origem. As autoridades de El Salvador denunciaram o posicionamento de Honduras à Comissão Internacional de Direitos Humanos e ordenaram a invasão do país em resposta (Montgomery & Wade, 2006).

O conflito durou cinco dias e terminou a partir de ameaças de sanções econômicas feitas pelos Estados Unidos da América à El Salvador. Os efeitos do conflito se desdobraram sobre as camadas mais pobres; houve baixa de 20% do orçamento anual do país, deterioração econômica e ampliação da exploração das maiorias populares, assim como um aprofundamento da repressão contra atos de contestação (Montgomery & Wade, 2006).

Em 1974, forças repressivas do Estado iniciaram um levantamento e sistematização de nomes de opositores ao regime que colocou cinco mil dirigentes em uma lista para extermínio. Concomitantemente, o governo realizou uma campanha de propaganda massiva afirmando, para dentro e para fora do país, que os massacres se tratavam de um enfrentamento a grupos terroristas. A campanha perdurou até 1979 e resultou no assassinato de, aproximadamente, 300 pessoas da lista. Os ataques nas zonas rurais eram brutais, como expresso em testemunho:

Se estabelece um cerco na zona para impedir que as pessoas buscadas possam escapar e a entrada de possíveis testemunhas... se procura os ranchos das pessoas assinaladas como subversivas... se encontradas tais pessoas, são imediatamente fuziladas entre os seus familiares incluídos os pequenos filhos.... se incendeiam os ranchos e se começa a pilhagem se não capturam suas vítimas... sabendo que muitas famílias inteiras dormem no monte para evitar de serem assassinadas, começam ultimamente a incendiar os campos da zona cercada para obrigar as vítimas a aparecer para serem metralhadas nas

ruas e nas veredas... para toda esta operação assassina ocupam o último armamento facilitado pelo imperialismo ianque, como lança-chamas, bombas de fósforo, etc... chegaram inclusive a ocupar helicópteros artilhados para praticamente “caçar” a nossos irmãos como se fossem animais... para isto está servindo a ajuda militar “mínima” em comunicações e transporte que o Pentágono está concedendo aos militares fascistas do nosso país...(Massoca, 1981, p. 22).

A repressão empregada contra as forças contestatórias em El Salvador não se manteve sem oposição. Organizações guerrilheiras, presentes no campo e na cidade, levaram a cabo sequestros de oligarcas e membros de corporações internacionais para viabilizar resgates; milícias de camponeses e camponesas foram organizadas para proteger lideranças sindicais, construir refúgios e túneis subterrâneos que protegessem a população de ataques aéreos; comitês populares organizados nas cidades se empenharam no armazenamento de alimentos, água e medicamentos para as forças de resistência, além da construção de espaços para formação política em bairros, utilizando materiais elaborados pela Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN) para a reflexão sobre as condições de vida concreta experienciadas pelas maiorias populares no país. Contudo, quanto mais as forças populares se organizavam, mais os grupos de repressão aprofundavam os níveis de violência (Montgomery & Wade, 2006).

Centenas de pessoas cujos nomes se perderam, exceto para seus familiares e amigos, desapareceram ou foram mortas, e seus corpos acabaram aparecendo nos campos de lava do vulcão de San Salvador chamado El Playon, a oeste da capital, ou no fundo de um penhasco em um ponto turístico famoso, La Puerta del Diablo, no Sul de San Salvador (Montgomery & Wade, 2006, p.73).

O conflito social forjou uma situação insustentável no país. Após o assassinato de líderes da Frente Democrática Revolucionária (FDR)⁴⁴, em 27 de novembro de 1980, membros da FMLN avaliaram que era o momento aprofundar a luta revolucionária iniciando uma guerra civil que durou 11 anos.

O protagonismo da FMLN, unido à recente vitória sandinista na Nicarágua, mobilizou sobremaneira o interesse dos EUA no conflito salvadorenho. O Governo Carter, temendo a expansão comunista no continente, enviou 10 milhões de dólares em apoio militar para o Exército de El Salvador, além de 19 instrutores militares responsáveis por contribuir nas estratégias repressivas durante o conflito. Pouco tempo depois do primeiro auxílio, já durante

⁴⁴Organização política criada em 16 de abril de 1980, a partir da coalisão entre a Frente Democrática (FD) – composta por partidos, pequenas entidades comerciais, sindicatos, federações sindicais, uma entidade estudantil e a Universidade Nacional – e a Coordenadoria Revolucionária das Massas (CRM) – organização composta pela União Democrática Nacionalista e outras entidades de massa salvadorenhas.

o Governo Regan, mais 25 milhões de dólares e 46 especialistas militares estadunidenses foram enviados como ajuda emergencial para fazer frente à ofensiva das forças revolucionárias. No entanto,

Nem os bilhões de dólares de ajuda militar, nem o maciço treinamento de guerra – incluindo-se ordens diretas em situações de combate – que os Estados Unidos injetaram em El Salvador na década de 1980 foram suficientes para criar um Exército capaz de enfrentar com eficiência o corpo ágil, decidido e criativo de guerrilheiros, tampouco fez qualquer diferença o suposto treinamento em “direitos humanos” que os militares salvadorenhos teriam recebido na Escola das Américas, no Forte Benning, na Geórgia e em outros lugares. O Exército salvadorenho era uma máquina de matar indiscriminadamente que, embora infligindo à população civil muitas baixas e sofrimento, continuou sendo incompetente e incapaz de executar o serviço para o qual, em teoria, teria sido treinado: defender sua pátria de ataques. (Montgomery & Wade, 2006, p. 89).

Na Tabela 1, Martin-Baró (1982, p.236) apresenta alguns dados sobre os grupos populacionais mais atingidos pelas chacinas promovidas por juntas militares, oligarquia nacional e imperialismo estadunidense durante a guerra civil. A população camponesa foi um alvo majoritário das forças repressivas, acumulando 47,8% das mortes registradas entre janeiro de 1980 e maio de 1981.

Um dos resultados desses massacres no campo salvadorenho foi o êxodo de milhares de famílias camponesas (Massoca, 1981). De acordo com Montgomery e Wade (2006), entre 1979 e 1988 houve um crescimento de 40% para 48% nas migrações do campo para a cidade, onde a realidade também era aterradora.

Embora a década de 1970 tenha sido marcada por tamanha miséria e repressão para a classe trabalhadora, a ligeira abertura política ocorrida na década anterior tinha possibilitado uma maior participação de partidos políticos da oposição, semeando algum nível de resistência durante a década seguinte. As mobilizações operárias, a construção de organizações trabalhistas e a capilarização das Comunidades Cristãs de Base nutriram importantes espaços de resistência entre os mais pobres (Montgomery & Wade, 2006).

TABELA 1 - Vítimas da repressão política em El Salvador no período entre 1980-1981 por mês e ocupação

Ocupação	1980												1981					Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	
Camponês	129	126	203	198	200	393	524	236	378	200	207	212	1.018	537	924	1.795	161	7.441
Operário/empregado	10	9	32	30	53	87	52	55	104	110	107	47	74	116	143	148	107	1.284
Estudante	4	22	47	61	14	98	52	77	59	151	120	88	84	31	39	87	51	1.085
Professor	8	6	3	12	21	9	7	4	9	13	14	8	7	10	9	6	5	151
Profissional	2	4	7	-	17	11	8	6	-	2	3	5	5	4	3	2	4	83
Religioso	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1	2	7	2	1	-	-	-	16
Desconhecida	115	69	195	179	306	429	403	327	275	561	509	320	1.143	703	504	303	219	6.560
Total	268	236	488	480	611	1.028	1.047	705	825	1.038	962	687	2.333	1.402	1.622	2.341	547	16.620

Fonte para dados de janeiro a maio de 1980: Socorro Jurídico Del Arzobispado de San Salvador (1981) Fonte para dados de junho de 1980 a maio de 1981: Cudi (1980-1981).

A participação da Igreja Católica nesse processo foi um ingrediente marcante na luta dos oprimidos. Em razão do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência Latinoamericana dos Bispos Católicos⁴⁵, em Medellín, na Colômbia, em 1968, a igreja católica, ainda que com grandes divergências internas, redimensionou o teor de suas práticas, transitando de um enfoque mais sacramentalista para um outro de caráter mais pastoral, isto é, mais orientado para o cuidado dos seus devotos. Com um norte progressista, orientado para a transformação da realidade opressora, a Igreja, sob o forte influxo da Teologia da Libertação, dedicou-se aos processos de conscientização da população (Montgomery & Wade, 2006).

As CEBs foram estabelecidas em El Salvador para levar os ensinamentos da pastoral para à população, difundindo as mensagens reafirmadas pelo Concílio Vaticano II, em Medellín. Nessa oportunidade, os bispos convocaram a igreja a denunciar as injustiças, a defender os oprimidos e a estabelecer “uma opção preferencial pelos pobres” (Montgomery & Wade, 2006, p. 45).

O estímulo feito pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) à organização comunitária e ao desenvolvimento de processos de decisão coletiva, respingaram sobre a correlação de forças políticas em El Salvador. A mensagem de justiça social emitida e alimentada pela Igreja resultou na perseguição e morte, entre 1972 e 1989, de 18 padres, um seminarista, um pastor luterano, três freiras e um devoto estadunidense, vítimas de militares, forças de segurança e esquadrões da morte que assassinavam qualquer sinal de contestação ao regime. No mínimo, cerca de sessenta padres foram expulsos ou forçados a sair de El Salvador, alguns deles após sofrer espancamentos e torturas (Montgomery & Wade, 2006).

No dia 15 de novembro de 1989, uma unidade armada, treinada pelos EUA, invadiu a Universidade Centro-Americana José Simeón Cañas e assassinou friamente seis professores jesuítas, entre os quais estava o reitor, a zeladora da residência e a filha dela (Montgomery & Wade, 2006)⁴⁶. Entre os professores mortos pelo regime militar estava Ignácio Martín-Baró, proponente da Psicologia da Libertação. Sua produção intelectual foi nitidamente marcada pela

⁴⁵ De modo geral, os eventos pautaram a ênfase na missão social da Igreja, a valorização dos leigos como parcela importante na comunidade cristã, incentivando maior corresponsabilidade entre sacerdotes e devotos; e maior acessibilidade aos espaços litúrgicos da instituição (Mainwaring, 1989).

⁴⁶ Importante ressaltar que essa operação foi motivada pelo papel exercido pela UCA enquanto instituição declaradamente opositora ao governo salvadorenho, que através de suas pesquisas de opinião pública, oferecia um contraponto às informações divulgadas pelas mídias de massa manipuladas pelo governo e, ao expor a realidade concreta, intensificava os processos de resistência no país (Ibáñez, 2011). O assassinato intensificou as pressões internacionais pelo fim da intervenção dos EUA na guerra civil, que reagiram sustando 42,5 milhões de dólares em ajuda militar já aprovados, enfraquecendo as forças governistas no conflito armado (Montgomery & Wade, 2006).

luta concreta contra a ditadura salvadorenha e, em última instância, pela tentativa de transformação de uma realidade cujo nível de opressão e exploração expressava-se, também, nas desigualdades provocadas pela concentração fundiária nas mãos da oligarquia agrária salvadorenha.

3.2 Martín-Baró e a Psicologia da Libertação

Ignácio Martín-Baró nasceu no dia 07 de novembro de 1942, em Valladolid, Espanha, onde viveu maior parte da sua infância e iniciou seus estudos religiosos no colégio jesuíta São José. Em setembro de 1959, aos 17 anos de idade, ingressou na Companhia de Jesus, de onde foi enviado por seus superiores para o noviciado de Villagarcía e, de lá, para Santa Tecla, em El Salvador. Em 1961, partiu para Quito, Colômbia, onde estudou humanidades clássicas na Universidade Católica e desenvolveu aprofundamento pela Filosofia. Sua aproximação com temas filosóficos influenciou o seu ingresso, em 1962, na Universidade Javeriana, em Santafé de Bogotá, onde, após três anos de estudos, obteve o grau de bacharel e licenciado em Filosofia e Letras (Oliveira & Guzzo, 2013).

Em 1966, Martín-Baró volta para El Salvador, onde trabalhou como professor e coordenador do Externato São José em San Salvador. Começou a trabalhar na UCA em 1967, de onde saiu no mesmo ano para estudar Teologia, primeiro em Frankfurt (Alemanha), depois em Eegenhoven (Bélgica). Após a conclusão, em 1970, voltou para El Salvador e terminou o curso de Psicologia (1975), paralelamente à atividade de docência na própria UCA (Lacerda Jr, 2017).

Dois anos mais tarde, concluiu o mestrado em Ciências Sociais e, em 1979, o doutorado em Psicologia Social e Organizacional, na Universidade de Chicago, Estados Unidos da América (Oliveira & Guzzo, 2013).

A insistência de Martín-Baró – mesmo quando nos Estados Unidos da América, em razão do seu doutorado – em desenvolver pesquisas sobre a conjuntura salvadorenha nos serve como bom exemplo do quanto a produção do pensamento sofre as influências da realidade vivida. O cenário salvadorenho, profundamente marcado por desigualdades, autoritarismo, guerra, pobreza e injustiças diversas, imprimiu marcas flagrantes na obra do autor, subsidiando tanto críticas consistentes aos modelos teórico-práticos em Psicologia, quanto a proposição de um projeto ético-político que se debruçasse sobre as demandas concretas das maiorias populares historicamente oprimidas na América Latina e, em especial, em El Salvador.

Imerso na tragédia social experienciada pelos oprimidos salvadorenhos, Martín-Baró buscou entre os saberes acumulados em Psicologia contribuições dessa ciência e profissão capazes de contribuir nos processos emancipatórios dos mais pobres da América Latina. Ao fim, Martín-Baró (2011b) deparou-se com profundas limitações da Psicologia de seu tempo, quando se tratava de responder aos problemas concretos e as inquietudes das camadas populares. A busca por explicações para esse esvaziamento influenciou decisivamente os seus estudos e suas propostas na definição de novas coordenadas epistemológicas e metodológicas para a Psicologia latino-americana.

Foi na tentativa de causar uma ruptura no cenário de subserviência intelectual e fragilidade epistemológica da Psicologia latino-americana, e, assim, congregando esforços na construção de uma práxis afinada com a realidade latino-americana, que Martín-Baró propôs na década de 1980 a elaboração de uma Psicologia da Libertação. Uma Psicologia que, a partir de um recorte de classe, se debruça sobre os problemas estruturais vividos pelas maiorias populares oprimidas da América Latina para, a partir daí, construir caminhos coletivos de superação (Martín-Baró, 2011b).

A seguir, abordaremos princípios, fundamentos e perspectivas da Psicologia da Libertação, de modo a dar subsídios para pensar aquilo que é central nesse trabalho: a atuação do psicólogo e da psicóloga no campo brasileiro, orientado e orientada pela produção de Martín-Baró.

4 PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

4.1 Teologia da Libertação

São distintas as explicações sobre as origens e o desenvolvimento da Teologia da Libertação na América Latina. Autores como Brueneau (1985, *apud* Löwy, 1991) defendem que a abertura dos ouvidos da Igreja Católica para os clamores populares foi uma estratégia de sobrevivência frente ao crescimento vertiginoso de outras correntes religiosas e de movimentos sociais na segunda metade do século XX. Autores como Souza (1982, *apud* Löwy, 1991), oriundos da esquerda cristã, interpretam o fenômeno como resultado da ocupação progressiva dos espaços institucionais pelos setores populares, fluxo que teria trazido à superfície das liturgias cristãs as urgências de uma existência degradada e oprimida na América Latina e

Caribe. Ferraro (2011), ainda, nos diz que seu nascimento se deu graças a articulação, em diferentes níveis, entre a narrativa cristã e as lutas dos movimentos populares, entendimento compartilhado por Gutiérrez (1981, p. 245):

A inserção nas lutas populares pela libertação têm sido – e é – o início de um novo modo de viver, transmitir e celebrar a fé para muitos cristãos da América Latina. Provenham eles das próprias classes populares ou de outros setores sociais, em ambos os casos observa-se – embora com rupturas e por caminhos diferentes – uma consciente e clara identificação com os interesses e combates dos oprimidos do continente. Esse é o fato maior da comunidade cristã da América Latina nos últimos anos. Esse fato tem sido e continua sendo a matriz do esforço de esclarecimento teológico que levou à teologia da libertação. Com efeito, a teologia da libertação não é compreensível sem relação com essa prática. (Gutiérrez, 1981, p. 245).

Em busca de compreensão do cenário que viabilizou o aparecimento desse segmento teológico, Löwy (1991) aponta algumas determinações sociais que contribuíram para o giro feito, a partir dos anos 1960, por um segmento minoritário da Igreja. O primeiro dos fatores foi o processo de industrialização vivenciado, nos anos 1950, na América Latina, que, à revelia das altas remessas de lucro que escoaram para os bolsos dos capitalistas, aprofundou as contradições sociais e o empobrecimento das maiorias populares. Outro determinante inegável foi a Revolução Cubana, em 1959, que intensificou o cenário de lutas e aguçou o medo das elites burguesas, fomentando golpes de Estado por todo o continente como estratégia contrarrevolucionária.

Por dentro da Igreja é possível identificar mudanças importantes no mesmo período: o desenvolvimento de novas formas de experiencição social da fé cristã e a maior inserção das questões postas pela filosofia e sociologia modernas no seio da igreja (Löwy, 1991). Essas mudanças tiveram como pano de fundo o, já mencionado, Concílio Vaticano II, onde foi defendido o seguinte entendimento:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos seres humanos de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração... Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história. (Concílio Vaticano II, 1965, p. 1).

É importante destacar que esses pressupostos não contribuíram para a modelação de uma instituição homogênea. De acordo com Löwy (1991), pelo menos quatro tendências podiam ser observadas nesse período entre as igrejas latino-americanas. A primeira delas nutria ideias ultrarreacionárias, com aproximações claras de performances semi-facistas. A segunda,

não muito distante da anterior, mantinha-se atrelada às classes dominantes em suas defesas do conservadorismo. A terceira tendência demonstrava certa autonomia em relação às diretrizes do Vaticano, aproximando-se de um discurso reformista e, por vezes, da defesa de direitos sociais dos mais pobres. Por fim, a quarta tendência era a mais radical e solidária aos movimentos populares, às organizações operárias e camponesas com viés revolucionário. Essa última manteve proximidade com a Teologia da Libertação, cujos preceitos fundamentais são:

1. Um implacável requisitório moral e social contra o capitalismo dependente, seja como sistema injusto, iníquo, seja como forma de pecado estrutural;
2. A utilização do instrumental marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes;
3. Uma opção preferencial em favor dos pobres e da solidariedade com a sua luta pela autolibertação;
4. O desenvolvimento de comunidades cristãs de base entre os pobres, como uma nova forma de Igreja e como alternativa ao modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista;
5. Uma nova leitura da Bíblia, voltada principalmente para passagens como o Êxodo – paradigma da luta de libertação de um povo escravizado;
6. A luta contra a idolatria (e não o ateísmo) como inimigo principal da religião – isto é, contra os novos ídolos da morte, adorados pelos novos faraós, os novos Césares e os novos Heródes: Mammon, a Riqueza, o Poder, a Segurança Nacional, o Estado, a Força Militar, a “Civilização Cristã Ocidental”;
7. A libertação humana histórica como a antecipação da salvação final em Cristo, como Reino de Deus;
8. Uma crítica da teologia dualista tradicional como produto da filosofia platônica grega e não da tradição bíblica – nas quais as histórias humana e divina são distintas mas inseparáveis. (Löwy, 1991, p. 27).

Tais fundamentos, que apontavam para a radicalização do catolicismo na América Latina, tinham apoiadores em diferentes cenários. Pode-se mencionar a Juventude Universitária Católica, a Juventude Operária Católica, a Ação Católica, as Federações dos Camponeses Cristãos (El Salvador), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Brasil; diversos padres estrangeiros (principalmente espanhóis, franceses e norte-americanos) e as ordens religiosas jesuítas, dominicanas, franciscanas, dentre outras que assumiram a vanguarda das novas práticas e reflexões teológicas (Löwy, 1991).

O modo como os teólogos da libertação entendera o mundo estimulou cristãos a se engajarem em movimentos populares como o Exército de Libertação Nacional (ELN), na

Colômbia; encorajou padres a se engajarem em organizações como os Sacerdotes para o Terceiro Mundo na Argentina etc. (Löwy, 1991). Alguns movimentos específicos também tiveram seus quadros ocupados por teólogos da libertação, tais como: movimentos de luta pela terra, movimentos de mulheres, movimentos de luta por demarcação das terras indígenas e defesa dos seus bens culturais, e lutas da população negra em defesa da negritude e suas especificidades culturais (Ferraro, 2011).

Em El Salvador, o novo horizonte de fé e prática cristãs norteou as ações de padres que, desde o início da década de 1970, se voltaram para os cuidados da população camponesa. Tais padres passaram a viver entre camponeses e camponesas salvadorenhas, defendendo a construção de um novo mundo sem opressores e oprimidos.

Eles liam a Bíblia para os camponeses e comparavam suas vidas às dos hebreus que foram escravos do faraó do Egito, mas se libertaram pela ação coletiva. Uma média em torno de 700 pessoas participavam das reuniões semanais das CEBS e sua influência se estendeu a um círculo de cerca de cinco mil pessoas. (Löwy, 1991, p.81).

Tomando a figura de Jesus como exemplo de luta contra o mal nesse mundo, incentivavam uma vida de fé que extrapolasse a abstração individual e se implicasse no combate às opressões e explorações engendradas pelo modo de produção capitalista entendido enquanto pecado social.

Com o acirramento das repressões, uma quantidade significativa de cristãos e cristãs salvadorenhas assumiu a defesa da vida dos mais pobres na luta armada, ingressando em movimentos de guerrilha revolucionária, em especial, nas Forças Populares de Libertação (FPL) Farabundo Martí. Sindicatos cristãos foram criados, como: a Federação Cristã dos Camponeses de Salvador, a União dos Trabalhadores do Campo, a Associação Nacional dos Docentes Salvadorenhas e, em unidade com os movimentos estudantis, o Bloco Revolucionário Popular (BRP), organização declaradamente favorável à guerra de guerrilhas em El Salvador (Löwy, 1991).

Segundo Löwy (1991), embora suscite polêmicas, é inegável que a Teologia da Libertação e seus adeptos tenham se munido de conceitos da teoria marxista para a interpretação e a ação sobre a realidade latino-americana. A compreensão do cenário de luta de classes nutriu os anseios por processos revolucionários como etapa para a libertação humana, pondo em questão, inclusive, a própria estrutura sacramental e hierárquica da Igreja. Alinhados, em maior ou menor medida, à tradição do pensamento marxista, o que se observou entre seus adeptos foi o esforço “para implementar um projeto de sociedade em que caibam todos” (Ferraro, 2011, p.44).

Martín-Baró iniciou, desde muito cedo, seus estudos teológicos e parte majoritária da sua formação foi realizada no contexto latino-americano. Sua trajetória como jesuíta e, mais tarde, como psicólogo e docente da UCA não passou à margem do movimento teológico de libertação popular visto no continente. Pelo contrário, sua docência e produção em Psicologia foram declaradamente marcadas pelos pressupostos da Teologia da Libertação (Oliveira & Guzzo, 2013). A opção pelos pobres, a busca por condições históricas que tornassem a vida possível por meio da libertação, e a prioridade da verdade prática sobre a teórica, foram diretrizes presentes na Teologia da Libertação e que contribuíram na construção epistemológica da Psicologia da Libertação (Martín-Baró, 2011b).

4.2 Conscientização e Paulo Freire

Assim como os fundamentos da Teologia da Libertação, a perspectiva de Paulo Freire exerceu fortes influências na proposta de Psicologia da Libertação de Martín-Baró.

Paulo Freire, educador brasileiro, nasceu no dia 19 de setembro de 1921, em Recife. Foi licenciado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), diretor do Departamento de Educação e de Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI) e um dos fundadores do movimento de Cultura Popular do Recife, que veio a se tornar o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Durante a ditadura Militar no Brasil foi preso, interrogado e exilado após ser considerado “subversivo internacional”, “traidor de Cristo e do povo brasileiro”, graças à sua opção pelos mais pobres e oprimidos do país (Freire, 1979).

“Conscientização” não foi um termo cunhado por Freire, como esclarece o autor (Freire, 1979). O termo se deve a uma equipe de professores e professoras do Instituto Superior de Estudos Brasileiros que atuou na década de 1960. Seu significado e afinação com o entendimento freiriano sobre o escopo dos processos educacionais, fez dessa palavra um recurso frequente nos textos do educador brasileiro, estimulando a associação da sua imagem ao conceito (Freire, 1979).

O compromisso com uma formação crítica constitui um dos pilares da atividade intelectual de Paulo Freire. Esse horizonte ganhou substância com o debate sobre conscientização das massas populares. De acordo com Freire:

Na aproximação espontânea que o Homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica mas uma posição ingênua. A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta

consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos à uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o Homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, nesse sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os Homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os Homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. (Freire, 1979, p. 15).

Existem alguns pontos nesta citação que merecem destaque. O primeiro deles é a noção de que o mundo não revela, de forma imediata, as determinações históricas, sociais, econômicas, culturais, etc., que ordenam a sua dinâmica. Assim, a sua apreensão ocorre de forma fragmentada, pois seus mecanismos de funcionamento estão encobertos e isto, por sua vez, dificulta o manejo na direção da mudança. Ou seja, só o mergulho crítico em busca da totalidade histórica de uma determinada realidade pode desvelar aquilo que, por sua própria complexidade ou estratégias de dominação, fica velado. Somente assim, é possível uma compreensão mais integral dos processos que se dão no mundo e, ainda, condições de enxergar caminhos efetivos para a sua transformação.

Embora sinalize para a conscientização como processo de aproximação crítica da realidade é importante que se destaque um ponto crucial: em uma sociedade de classes, onde a exploração e a opressão das maiorias populares são condições para o acúmulo de riquezas e privilégios pelas elites, não se pode esperar que sejam os opressores os responsáveis pela formulação de estratégias de conscientização. Os esforços deles são canalizados para a manutenção do *status quo*, à revelia das miseráveis condições de vida em que se encontram os mais pobres. Como afirma Freire (1987, p. 17): “estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”.

Daí a necessidade de ser construída uma pedagogia contra-hegemônica que “faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos” (Freire, 1987, p.17), assumindo como fim inalienável a compreensão da sociedade opressora em que vive. A essa pedagogia Freire (1987) nomeou de “Pedagogia do Oprimido”. Trata-se de um aparato metodológico elaborado a partir da realidade e perspectiva do oprimido com o fim de produzir o que Freire

(1979; 1981) chamou de “desmitologização” da realidade vivenciada para, daí, emergir a implicação em processos de transformação da realidade opressora.

Partindo desses marcos, Freire iniciou no Nordeste brasileiro um movimento de alfabetização-conscientização das maiorias populares. Na primeira experiência, 330 trabalhadores foram alfabetizados em 45 dias, resultado que chamou a atenção da opinião pública e do Governo Federal de João Goulart, com quem firmou parceria para construção de um plano de ação nacional que previa a formação de 2 milhões de alunos (Freire, 1979).

Não obstante os ganhos para o país com a alfabetização e formação crítica da sua classe trabalhadora, a conscientização dos setores populares foi acusada pelos grupos oligarcas – principalmente do Nordeste – como uma “perigosa estratégia de subversão” (Freire, 1979, p.11).

Tal alvoroço entre as elites nacionais tinha razão de ser. Nesse período, no Brasil, analfabetos não possuíam o direito a voto. A pedagogia defendida por Freire não se propunha a “converter o analfabeto em eleitor, condicionando-o às alternativas de um esquema de poder já existente” (Freire, 1979, p. 12), mas, tinha o objetivo de prepará-lo para emitir um juízo crítico sobre as propostas das elites, desequilibrando a correlação de forças políticas e permitindo que os oprimidos optassem ou construíssem propostas alternativas que respondessem às suas demandas.

No estado de Sergipe, por exemplo, em 1964, a realização do projeto de Educação Popular incluiria 80 mil eleitores aos 90 mil já existentes. Em Pernambuco, seriam mais 500 mil votantes após uma alfabetização crítica, que buscava não apenas a compreensão dos signos linguísticos, mas, sobretudo, a leitura da própria condição existencial numa sociedade de opressores e oprimidos. Por representar uma ameaça aos privilégios das elites brasileiras, o Movimento de Educação Popular foi barrado pelo Golpe Militar de 1964 e Freire foi exilado no Chile (Freire, 1979).

Até os dias atuais Freire é um dos autores brasileiros mais conhecidos e lidos mundialmente. Sua produção ainda inspira pessoas que enxergam na emancipação da consciência um passo importante na jornada pela emancipação humana. Martín-Baró foi uma dessas pessoas que, inserido num contexto de desigualdades abissais, assumiu a obra do educador brasileiro como uma das suas referências na construção da Psicologia da Libertação, apostando nos processos de “desideologização” (Martín-Baró, 2011b, p.195) da vida cotidiana como uma das tarefas para psicólogos e psicólogas latino-americanas. É o próprio Martín-Baró

quem destaca aproximações reafirmando as influências sofridas na construção do seu projeto ético-político para a Psicologia:

As palavras geradoras utilizadas pelo método alfabetizador de Freire são um modelo sobre como o conhecimento pode servir para a desideologização: são palavras que refletem a realidade de fato, retiradas do universo simbólico das próprias pessoas, do senso comum de sua vida cotidiana, mas que, quando dialeticamente devolvidas pelo diálogo à mesma comunidade, podem desmascarar a realidade que expressam e abrir as portas para sua transformação. (Martín-Baró, 1985a, p. 63-64).

Mais adiante, abordaremos de forma mais detida a tarefa de desideologização proposta pelo autor.

4.3 Dimensão Histórica do ser humano

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas (Marx & Engels, 2011, p. 25).

Ao desenvolver sua análise sobre a vida material e a subjetividade humana, Marx (2011) considerou o papel determinante dos níveis de desenvolvimento das forças produtivas sobre a formação do ser social. Marx (1994), em sua explicação sobre o mundo e as relações sociais, destacou a centralidade do trabalho, por ser a base da própria formação humana: ao intervir teleologicamente sobre a natureza para produzir e reproduzir a vida, o ser humano desenvolve novas forças produtivas e cria novas condições de vida e sociabilidade que, dialeticamente, forjam novos homens e mulheres. “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, p.47).

Se o desenvolvimento humano acompanha o desenvolvimento dinâmico das forças produtivas, é correto o entendimento de que a história do desenvolvimento das forças produtivas é também a história do desenvolvimento humano enquanto ser social. Portanto, o desenvolvimento humano está circunscrito às suas condições históricas e concretas de desenvolvimento. A dinâmica constitutiva da humanidade, que se altera conforme se alteram as condições materiais de produção da vida, nos permite conceber homens e mulheres enquanto sujeitos dinâmicos e históricos, isto é, sujeitos que são determinados e que, por serem agentes de transformação, são também produtores da própria história.

Quanto a esse último aspecto – o de produtores da própria história – há algo central na análise marxiana. Em seu entendimento sobre o potencial humano, Marx destaca o papel da ação humana sobre a construção da história. Isto é, se é possível construí-la, o que e por quem a história será construída? Nesse sentido, Marx (2008) destaca o papel da classe trabalhadora de transformar a sua história: reconhecendo-se sujeitos circunscritos, mas também, produtores de história, trabalhadores e trabalhadoras oprimidas pelo capital devem encarnar a missão histórica de transformação da realidade opressora.

Ao compreendermos o caráter histórico da humanidade, qualquer tentativa de entendimento dos fenômenos que constituem a vida humana carece, necessariamente, de um método, uma teoria de interpretação, que a apreenda nesse movimento histórico. Para esse fim, a partir de uma reinterpretação da dialética de Hegel, Marx desenvolve o materialismo histórico dialético como “movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade”, afim de elucidar as leis fundamentais que orquestram a vida humana no correr da história (Pires, 1997, p.87).

Resulta que, a partir do desenvolvimento desse marco teórico, diferentes segmentos das ciências humanas, por compreenderem gradativamente que não se pode entender os seus mais diversos objetos de estudo sem um mergulho na materialidade histórica dos distintos cenários em que se encontram, passaram a fazer uso do método marxiano como lente para compreender de forma mais adequada a humanidade e os processos sociais por ela engendrados no mundo.

Na América Latina, a partir da década de 1920, foi perceptível a expansão do pensamento marxista e construção daquilo que Netto (n.d, p.1) chama de “cultura marxista”. Seu desenvolvimento pelo continente contou com modelações diversas em função dos diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas, do modo como as classes sociais e as instituições locais se organizavam dentro e fora de cada país, assim como, em razão das especificidades étnicas aqui encontradas. Entre 1930 e 1950, o marxismo veio a se tornar uma das maiores referências na cultura latino-americana, aglutinando sob sua tradição teórica e prática parte significativa da intelectualidade latino-americana. Suas categorias influenciaram giros epistemológicos que marcaram, inclusive, o pensamento de Martín-Baró em sua denúncia às crueldades nutridas pelo modo de produção capitalista, na sua defesa aos oprimidos e nas críticas à Psicologia enquanto ponto de partida para a formulação de um projeto ético-político orientado para as demandas populares.

Segundo Lacerda Jr. (2011), a presença do pensamento marxiano na obra de Martín-Baró pode ser identificada, ainda, no modo como o autor resgata categorias centrais como a

classe social, e destaca as relações sociais de produção como estruturantes da vida humana. O pertencimento à diferentes classes sociais implicam em diferentes modos de experienciar concreta e subjetivamente a vida em sociedade. Partindo desse pressuposto, o autor chega a apresentar a categoria psicologia de classes, que consiste:

Naquelas formas de pensar, sentir, querer e atuar próprias dos indivíduos que pertencem às diversas classes sociais históricas. A psicologia de classe é um produto histórico constituído por formas empíricas que dependem da situação em que se podem manifestar ou não, segundo o caso, os interesses dessa classe social. (Martín-Baró, 1983b, p. 101).

4.4 A Psicologia da Libertação

“O importante é perguntar-nos se, com a bagagem psicológica que dispomos hoje, podemos dizer e, sobretudo, fazer algo que contribua significativamente para dar resposta aos problemas cruciais de nossos povos. Porque, em nosso caso, mais que em nenhum outro, tem validade a afirmação de que a preocupação do cientista social não deve centrar-se tanto em explicar o mundo, mas em transformá-lo” (Martín-Baró, 2011b, p.183).

De acordo com Gaborit (2011b), a realidade latino-americana – historicamente marcada por violência, empobrecimento das maiorias populares e crescente desresponsabilização do Estado no cumprimento dos seus deveres sociais mais básicos – tem cobrado respostas da Psicologia, sobretudo da Psicologia Social. No entanto, com algumas exceções, ignorando a realidade interpelante, a Psicologia tem se mantido distante dos temas próprios do território e vem consolidando pressupostos teóricos e metodológicos que muito pouco ou nada dizem das nossas mazelas.

Não obstante à sua inclinação histórica às teorias e métodos estrangeiros, a sua existência foi dialeticamente sendo marcada por contestações às explicações dominantes e propostas de um giro epistemológico e metodológico capaz de dar conta das demandas latino-americanas. Segundo Gaborit:

As primeiras são, usualmente, elaboradas e lideradas por pensadores do primeiro mundo com fortes conotações eurocêtricas, primeiro-mundistas e coincidentes com o capitalismo; as segundas são articuladas por ativistas e pensadores do terceiro mundo e coincidem com posturas marxianas. As primeiras são impulsionadas por aqueles que detém o poder ou que estão comodamente instalados na amizade pessoal ou intelectual com ele; as segundas são formuladas a partir da falta de poder e depuradas no desejo e na luta para conquistar um mundo mais equitativo e humano. (Gaborit, 2011a, p. 10).

A Psicologia da Libertação, proposta por Ignacio Martín-Baró, enquadra-se nesse segundo grupo, ao se opor às explicações que justificam ideologicamente estruturas de poder opressoras e que contribuem para reproduzir na consciência das maiorias populares perspectivas “anestésiantes” frente à dureza da vida (Gaborit, 2011a). Suas condições de possibilidade, nos anos 1980, foram os princípios da Teologia da Libertação e dos movimentos eclesiais de base oriundos do campo progressista católico, assim como as lutas e resistências de organizações populares e revolucionárias existentes em El Salvador e outros países do mundo (Dobles, 2011).

Forjava-se um *quehacer* orientado e fundado na realidade latino-americana, isto é, no cotidiano dos oprimidos que desafiava os construtos já sistematizados e hegemônicos na Psicologia (Gaborit, 2011). Martín-Baró (2011b) apontou a necessidade de a Psicologia descentrar-se de si mesma, isto é, distanciar-se das preocupações de ajustamento à cientificidade positivista e centrar-se nos problemas cruciais experienciados pelos mais pobres.

É importante afirmar que a Psicologia da Libertação não anseia ser mais uma subárea da Psicologia. Enquanto projeto ético-político, configura-se como uma tendência que pode manifestar-se nas diferentes áreas do campo psicológico. Seu compromisso, portanto, não é o de lançar fora tudo aquilo que historicamente se construiu na Psicologia, elegendo a si mesma como único lugar possível de verdade. Seu esforço, antes, é o debruçar-se sobre aquilo que há de produzido e desnudar fundamentos epistemológicos, causas e efeitos dentro do conjunto das relações sociais. Trata-se, portanto, de “questionar as origens de um fazer e de pensar o mundo em que se vive, a fim de produzir transformações concretas que produzam relações equilibradas entre as pessoas” (Montero, 2011, p. 90). Quanto a isso, Martín-Baró afirma:

Não se trata de construir “a partir do zero” ou de marginalizar todo o conhecimento disponível; isso seria tão ingênuo quanto presunçoso. Trata-se mais de construir “a partir da própria realidade” e, em nosso caso, “a partir da América Central”, valer-se dos conflitos e problemas que vivem os povos centro-americanos para, dessa perspectiva peculiar, ir introduzindo temas básicos da ciência social. (Martín-Baró, 1983b como citado em Ibáñez, 2011, p.131).

Resulta daí o desenvolvimento de uma práxis que questiona, sistematicamente, o que se faz, como e para quem se endereça a teoria e a prática psicológicas nas mais distintas formações sociais, atentando-se, sobretudo, para o quanto elas sustentam, ativa ou passivamente, cenários opressores. Assim, a Psicologia da Libertação engendra uma dura e necessária crítica da realidade latino-americana e da posição assumida pela Psicologia hegemônica nesse contexto

(Ibáñez, 2011). Tal direcionamento justifica a crença de Montero (2011, p. 99), para quem a Psicologia da Libertação é, antes de tudo, “um modo de fazer Psicologia Crítica”.

Tal qual Montero (2011) e Gaborit (2011a), Ibáñez (2011) também enxerga na proposta de Martín-Baró um exemplo de abordagem crítica, ao formular e assumir para si parte significativa das denúncias e propostas de transformação da Psicologia Social hegemônica. Parte considerável de suas críticas orbita em torno das pré-concepções que marcam a Psicologia. Entre elas, a larga defesa, nos círculos acadêmicos, da existência de uma assepsia científica, fazendo crer que a Psicologia é uma disciplina neutra quando, na realidade, seus conteúdos espelham interesses sociais existentes no modo de produção capitalista. Como afirma Osório (2011, p. 66), “com a conquista intelectual dos povos americanos, os colonizadores apoderaram-se das consciências profissionais e afundaram-nas em um processo de alienação e simplicidade “técnico-instrumental” pertencente à ideologia dominante”.

Se o que fazer psicológico hegemônico veste a indumentária das elites e nutre condições para a realização dos seus interesses, por que condenar à invalidade científica a práxis que, a partir de uma escolha consciente, elege a causa dos oprimidos como prioridade? Para Martín-Baró:

É possível que algum psicólogo social opte por se colocar a serviço da ordem estabelecida, seja por interesse de classe, por convicção ou simplesmente por interesse pessoal. Todavia, a opção pela postura oposta fica aberta e não somente no nível das intenções subjetivas ou das aplicações práticas, mas também da configuração mesma do saber e fazer científicos. (Martín-Baró, 1983b como citado em Ibáñez, 2011, p. 142).

Essa crítica à construção ideológica de neutralidade científica lança bases para a noção de compromisso na Psicologia da Libertação. Um compromisso que deve se capilarizar nos espaços de produção científica com a defesa de uma práxis orientada pela perspectiva dos oprimidos, mas também na dimensão da intervenção prática com um escopo emancipatório. Aqui se percebe assimilações da corrente de pensamento libertadora na América Latina, especialmente a Teologia da libertação e o pensamento marxista (Ibáñez, 2011).

A noção de compromisso e a prática emancipatória, tão marcantes na Psicologia da Libertação, não são temas de circulação pacífica nos espaços que se dedicam a discutir a cientificidade da Psicologia. Pelo contrário, suscitam inquietações entre aqueles que, à revelia de uma historiografia reveladora dos vínculos ideológicos que possibilitaram o amadurecimento da Psicologia nos distintos espaços sociais, insistem na crença de assepsia do saber científico. Para estes, posicionar-se a favor dos mais pobres – parcela da qual a Psicologia hegemônica historicamente manteve-se distante – significa abdicar da objetividade científica,

confundindo, assim, parcialidade com objetividade na produção de conhecimentos. Fortalecendo esse aspecto de sua proposta, Martín-Baró afirma:

O fato de que um conhecimento seja parcial não quer dizer que seja subjetivo; a parcialidade pode ser consequência de certos interesses, mais ou menos conscientes, mas pode ser também o resultado de uma opção ética. (...) Diante da tortura ou do assassinato, por exemplo, deve-se tomar partido, o que não quer dizer que não se pode alcançar a objetividade na compreensão do ato criminal e de seu ator, torturador ou assassino. (Martín-Baró, 2011b, p. 194).

Um outro ponto de crítica presente no projeto ético-político de Martín-Baró, é o conjunto de pressupostos e postulados que cercam os objetos de estudo em Psicologia Social de seu tempo. O primeiro deles, opondo-se a uma interpretação dialética do desenvolvimento humano no mundo, é o pressuposto reducionista que opera uma cisão teórica na relação indivíduo e sociedade (Ibáñez, 2011).

Influenciado pela concepção de história marxiana, Martín-Baró compartilha o entendimento de que homens e mulheres sofrem as determinações do seu próprio tempo e que, por sua característica de agir sobre o mundo e transformá-lo para garantir a própria sobrevivência, são também produtores da própria história. Tal concepção implica pensar numa Psicologia que vincula, fundamentalmente, a estrutura social e a estrutura psicológica nos fenômenos sobre os quais se debruça.

Se a saúde ou o transtorno mental são parte e consequência das relações sociais, a pergunta sobre a saúde mental de um povo nos conduz à pergunta sobre o caráter específico de suas relações mais comuns e significativas, tanto interpessoais quanto intergrupais. Essa perspectiva permite avaliar em todo o seu sentido, o impacto sobre a saúde mental de um povo que podem ter os acontecimentos que afetam substancialmente as relações humanas, como catástrofes naturais, crises socioeconômicas ou guerras. (Martín-Baró, 1984, p. 256)⁴⁷.

O pressuposto reducionista que cinde a relação indivíduo-sociedade desdobra-se ainda em um investimento majoritário da Psicologia no indivíduo isolado como sujeito central dos seus interesses. Há uma inclinação da Psicologia dominante em buscar sistematicamente no indivíduo respostas que só podem ser gestadas a partir da análise da coletividade, das relações interpessoais e das estruturas sociais existentes. Sem isso, estas são reforçadas, pois seus problemas típicos são reduzidos à problemas exclusivamente pessoais (Martín-Baró, 2011b).

⁴⁷ É bom lembrarmos aqui que na América Latina, a partir dos anos 1970, ganhava força o debate sobre a Determinação Social da Saúde (DSS), que, como vimos, acentuava a importância de considerarmos a estrutura social como aspecto central nas nossas interpretações sobre os processos de saúde-doença. A abordagem feita pela Psicologia estendia ainda o debate para as marcas que a estrutura social, impregnada por aparelhos ideológicos, imprimia nos processos de subjetivação e viabilizada manutenção de cenários opressores e adoecedores.

Outra crítica desenvolvida pelo autor está na herança funcionalista americana da Psicologia Social. Esta não incorpora nas suas análises, os fenômenos e os conflitos de classes, resultando em uma produção ideológica que fortalece valores, ideias e normas que asseguram uma dinâmica social favorável aos interesses da classe dominante, pois maquiavam as desigualdades existentes entre opressores e oprimidos (Ibáñez, 2011).

A tomada da ideologia como objeto de estudo e crítica na obra de Martín-Baró, de acordo com Ibáñez, combina:

Explicações próprias da Sociologia funcionalista americana, que a concebe como o conjunto de idéias e valores que regulam a interação social em um sistema dado, com a perspectiva marxiana (em referência a Marx e ao estruturalismo de Althusser) que introduz uma valoração negativa do próprio sistema e que fomenta uma atitude de suspeita por parte do analista do componente ideológico. (Ibáñez, 2011, p. 136).

Partindo da ideologia como categoria de análise, o autor dedicou-se ao estudo do fatalismo latino-americano, enquanto atitude frente à realidade opressora fundamental para a manutenção do *status quo* (Martín-Baró, 1987a). O autor também se dedicou- ao estudo do modo como a ideologia dominante influencia a opinião pública e fragiliza o engajamento das forças populares nos processos de transformação social (Martín-Baró, 1982; 1985a). Nota-se ainda seus esforços na investigação das formas como a ideologia se territorializou na dimensão religiosa, na tradição política e nos meios de comunicação salvadorenhos, dedicados a justificar os atos da ditadura numa guerra civil que opunha os braços armados do Estado e as forças de libertação nacional (Martín-Baró, 1983b; 1988).

O estudo atento dos processos ideológicos que contribuem para a manutenção das péssimas condições de vida das camadas populares marca a obra de Martín-Baró. Para o autor, cabe à Psicologia Social esquadriñar aquilo que há de ideológico no comportamento humano (Jiménez-Domínguez, 2011). O desdobramento prático desse entendimento pode ser visto em 1986, quando Martín-Baró inaugurou o Instituto Universitário de Opinião Pública (IUDOP), com o propósito de oferecer ao povo salvadorenho interpretações alternativas da realidade em contraposição aos meios de comunicação norte-americanos e seus pares midiáticos salvadorenhos, unidos no objetivo de manipular informações e desequilibrar a correlação de forças no conflito de classes (Ibáñez, 2011).

Nesse sentido, a Psicologia da Libertação – assim como a Psicologia Crítica, segundo Ibáñez (2011) –, ao servir como ferramenta para crítica e superação da ideologia das classes dominantes, não abandona a dimensão emancipadora da Ciência Social, mas, toma-a como central para a atuação de psicólogos e psicólogas latino-americanas.

Outra peça de crítica para Martín-Baró foi o modo como a Psicologia Social hegemônica, amparada numa proposta positivista (Wolff, 2011), desconsiderava a dimensão histórica da ação humana. Para o propositor da Psicologia da Libertação, a não consideração dos aspectos históricos presentes tanto nas estruturas sociais quanto nas estruturas psicológicas impedia o reconhecimento das peculiaridades do tempo e espaço que balizam a vida humana (Martín-Baró, 1983b; 1989).

O cientificismo dominante induz-nos a considerar que a natureza humana é universal e, portanto, que não há diferenças de fundo entre o estudante do MIT e o camponês nicaragüense, entre John Smith de Peoria (Illinois, Estados Unidos) e Leonor Gonzáles de Cuisnahuat (El Salvador). Assim, aceitamos a escala de necessidades de Maslow como uma hierarquia universal ou assumimos que Stanford-Binet apenas precisa ser adaptado e normatizado para medir a inteligência de nossas populações. Todavia, uma concepção de ser humano que coloca a sua universalidade na sua historicidade, isto é, em uma natureza histórica, aceita que tanto as necessidades, quanto a inteligência são, em boa medida, uma construção social e, portanto, que assumir modelos presumivelmente transculturais e trans-históricos, elaborados em circunstâncias distintas das nossas, pode conduzir-nos a uma grave distorção sobre o que na realidade são os nossos povos. (Martín-Baró, 2011b, p. 187).

Portanto, para que não se perca o que há de especificidade do objeto em estudo na sua relação com a totalidade – seja ele o comportamento humano ou os efeitos de sua ação sobre o mundo –, é essencial “reintroduzir a história na Psicologia Social, demasiado inclinada a analisar os fenômenos com categorias formalistas e esquemas atemporais” (Marín-Baró, 1983b, p.IX). Segundo Wolff tal tarefa:

Não se limita apenas à observação dos fatos oficiais relatados nos livros de história. Não se limita aos fatos imediatos que acompanham a vida individual, familiar, social, tal como, frequentemente acontece na análise psicológica. (...) Historicizar é superar o imediato e o supostamente natural, compreender a origem dos conceitos e seu desenvolvimento histórico, como fruto de lutas de idéias, de interesses e de poder. (Wolff, 2011, p. 102).

Além disso, a exclusão da historicidade nos processos de análise impede o olhar para o ser humano como sujeito ativo nos processos de mudança que se dão dentro de determinadas circunstâncias históricas (Martín-Baró, 1983b; 1989).

Desconsiderar a característica ativa e transformadora do ser humano resulta na negação da especificidade histórica da realidade latino-americana – inundada pelas violências coloniais, imperialistas e pela busca ininterrupta por melhores condições de exploração das massas populares. Por isso, é necessária uma Psicologia Social que compreende o ser humano como resultado de determinada configuração social, quanto o concebe como capaz de, a partir da

oposição de forças e conflito de interesses, produzir uma história de libertação na América Latina (Ibáñez, 2011).

As discussões de Martín-Baró partem do cenário salvadorenho, mas podem ser generalizadas por toda a América Latina, onde os processos de colonização e exploração alinhavaram um cenário comum de violência, desigualdade social e colonialismo.

Tal processo de dominação que marca a história da América Latina persiste ainda na contemporaneidade. De acordo com o Anuário Estatístico da América Latina e Caribe, produzido pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a população latino-americana, já no início do século XXI, corria sérios riscos de tornar-se miserável-indigente. Em 2002, duzentos milhões de pessoas – isto é, 43% da população latina – foram afetadas pela pobreza, registrando um aumento no número de miseráveis, entre 2001 e 2002, de 18,2% para 18,8%. Na Argentina, entre 1999 e 2002, o número de pobres foi duplicado de 23,7% para 45,4%, enquanto no Uruguai, aumentou de 9,4% para 15%. Na segunda década do século XXI a América Latina já contava com 226 milhões de pobres e 95 milhões de indigentes (CEPAL, 2002 como citado em Osório, 2011).

Do seu tempo, e com porcentagens de miséria também agudas⁴⁸, Martín-Baró (2011a; 2011b) olhou criticamente para a realidade latino-americana e questionou de que modo a Psicologia poderia contribuir em processos de transformação em favor dos mais pobres. Buscando as contribuições da Psicologia nos processos emancipatórios dos oprimidos na América Latina, o autor se deparou com profundos limites na formulação de projetos que respondessem às necessidades populares. Uma tradição servil às correntes de pensamento estrangeiras legou à Psicologia latino-americana uma bagagem inoperante quando se trata de responder significativamente aos problemas dos despossuídos da América Latina.

Com base em uma perspectiva geral, deve-se reconhecer que a contribuição da Psicologia, como ciência e como práxis, à história dos povos latino-americanos é extremamente pobre. Certamente, não faltaram psicólogos preocupados com os grandes problemas do subdesenvolvimento, dependência e opressão que agoniam os nossos povos. Mas, na hora de se materializar, em muitos casos, essas preocupações tiveram de ser canalizadas por meio de um compromisso político pessoal, à margem da Psicologia,

⁴⁸ A década de 1970, 65% das famílias hondurenhas e 45% das famílias colombianas não dispunham de condições materiais suficientes para comprar alimentos. Em 1980, o desemprego se abatia sobre um terço das populações do Equador, Perú e El Salvador (Sanfuentes & Lavados, 1982 apud Martín-Baró, 2011a). De acordo com a CEPAL (1986, apud Martín-Baró, 2011a), em meados da década de 1980, 65% dos habitantes da América Central encontrava-se em estado de pobreza, e 42% deles em extrema pobreza. Isso significa dizer que, Martín-Baró nos escreveu de um cenário em que dois terços da população centro-americana eram pobres e dois quintos sequer tinham o que comer cotidianamente.

cujos esquemas eram inoperantes para responder às necessidades populares. (Martín-Baró, 2011b, p.181).

Martín-Baró (2011b) aponta, então, para três causas da “miséria histórica da Psicologia latino-americana”. A primeira é o mimetismo cientificista. Tal qual a Psicologia norte-americana do início do século XX, que buscou nas ciências naturais um aparato conceitual e metodológico capaz de fazê-la ascender ao status de ciência, a Psicologia latino-americana voltou-se para os acúmulos da Psicologia norte-americana, já socialmente estabelecida pela confluência existente entre seus produtos e os interesses da classe dominante, para conquistar legitimidade e espaços de poder entre as demais disciplinas. Esse processo resultou em uma ideologização de definições que pouco revelam sobre os nossos problemas.

A segunda das causas é a ausência de pressupostos psicológicos básicos delineados a partir de um solo epistêmico alternativo. Isto é, há a carência de construção de saberes que considerem as especificidades dos nossos territórios e que produzam uma práxis comprometida com os setores populares. Por fim, a terceira causa é a postura dogmática da Psicologia latino-americana em sua tentativa de alinhar-se aos critérios de cientificidade (Martín-Baró, 2011b).

Essas características não existem sem razão. Segundo Osório (2011), os diferentes centros de formação em Psicologia da América Latina nasceram apartados das problematizações e demandas próprias desse território. Nas universidades, a formação tinha suas bases firmadas no instrumental produzido nos Estados Unidos. Desse modo, o *quehacer* que aqui se consolidou reproduzia perspectivas instrumentais e pragmáticas que pouco revelam sobre as urgências das maiorias populares que aqui residem, sofisticando, pela via acadêmica, processos de colonização⁴⁹. Não por acaso:

O que se observa é que a maioria dos pesquisadores e profissionais da Psicologia, na medida em que o pensamento humano se desenvolve no vai e vem dos debates ideológicos, participam na arena das disputas sociais – com maior ou menor grau de consciência – do lado das idéias dominantes que mantém o *status quo* na sociedade atual. (Camino *et al.*, 2011, p. 280).

Para Martín-Baró, sobre o desafino entre os modelos teóricos importados e a realidade latino-americana:

As teorias e modelos originalmente elaborados para responder certos problemas e a partir de certos interesses carregam seus condicionamentos históricos quando aplicados na análise de outros problemas e em circunstâncias diferentes. Assim, a compreensão

⁴⁹ Como nos previne Dobles (2011), o próprio Martín-Baró teve claras influências norte-americanas e familiarizou-se com que tinha-se de produzido pela Psicologia Social ianque. No entanto, o mergulho na realidade salvadorenha viabilizou uma revisão profunda e crítica da Psicologia hegemônica, individualista e majoritariamente acrítica.

de nossa realidade fica mediatizada por aquilo que os esquemas criados em outros mundos podem apreender, sem percebermos que buscar compreender o mal-estar do trabalhador salvadorenho com o modelo criado a partir de estudos de Hawthorne pode ser o mesmo que tentar evitar nossos “frios” tropicais com blusas criadas para o inverno de Chicago. (Martín-Baró, 1987b, p. 67).

Diante dessa submissão intelectual – que espelha uma relação de subordinação concreta ao imperialismo e sua corrida por acumulação capitalista internacionalizada – Martín-Baró (2011a, 2011b) apontou para a necessidade de libertação em duas dimensões: a libertação da própria Psicologia latino-americana enquanto disciplina sedimentada pelas perspectivas estrangeiras e a serviço dos discursos e práticas neoliberais e mercantis; e a libertação dos povos oprimidos da América Latina, que há séculos amargam orquestrados pelos interesses burgueses.

Pela lucidez que possuía sobre a rendição da Psicologia hegemônica aos discursos das elites, Martín-Baró (2011a) percebeu que só operando profundas transformações dentro da Psicologia é que ela poderia, sem a ilusão de protagonismo, adquirir contornos capazes de contribuir para os processos de libertação social. Do contrário, os profissionais de Psicologia continuariam, como nos diz Osório (2011, p. 69) “sonhando com o exercício liberal de uma profissão que tende aos privilegiados e que considera os excluídos como fontes de contaminação e violência patológica”.

Dessa maneira, a Psicologia da Libertação trazia consigo um componente ético que associava a libertação da própria Psicologia à libertação das maiorias populares. “Tratava-se de aproximar o que ocorria no ‘mundo dos psicólogos e das psicólogas’ com o que estava ocorrendo nos bairros, nas comunidades, nos sindicatos, nas comunidades cristãs de base, nas organizações revolucionárias, etc.” (Dobles, 2011, p. 168).

Para tanto, é necessário assumir três princípios básicos. O primeiro deles é assumir o vínculo dialético entre estrutura psicológica e estrutura social. A Psicologia deve atentar-se para uma dimensão mais ampla e promover libertação social, econômica e política, ao invés de privilegiar tão-somente estratégias de libertação individual (Martín-Baró, 2011a).

As dimensões social, econômica e política exercem inegável influência sobre as condições de vida das populações, circunscrevendo, inclusive, níveis de saúde, modos de adoecimento e morte (Fleury-Teixeira & Bronzo, 2010; Breilh, 2010; Dimenstein et al., 2016). Portanto, a construção de estratégias de enfrentamento e ruptura com modos de organização social em que os setores populares encontram-se subjugados por características próprias desses modelos de sociabilidade, significa também um investimento no cuidado em Psicologia, agregando esforços na promoção de saúde.

O segundo dos princípios propostos por Martín-Baró, orienta que psicólogos e psicólogas devem priorizar a “verdade prática” sobre a “verdade teórica”, avaliando em que medida as teorias adotadas respondem efetivamente aos problemas concretos com os quais se deparam na sua prática profissional. Nesse sentido, tal qual Marx, Martín-Baró propõe uma:

Inversão marxiana do processo: que não sejam os conceitos que convoquem a realidade, mas que a realidade busque os conceitos; que as teorias não definam os problemas de nossa situação; mas que os problemas as exijam e, por assim dizer, escolham sua própria teorização. (Martín-Baró, 1987b, p. 78).

O terceiro princípio é a necessidade de uma consciência de intencionalidade nas práticas em Psicologia, partindo do entendimento de como elas favorecem ou não estruturas opressoras e geradoras de miséria e desigualdades. Nesse sentido, a Psicologia da Libertação assume como eixo central de sua práxis a opção preferencial pelas inquietudes e demandas das maiorias populares oprimidas (Martín-Baró, 2011a).

Tudo isso, segundo Ibáñez (2011), demonstra uma estreita relação de Martín-Baró com a tradição marxista, ao demonstrar inconformismo com a mera análise social que não resulta em uma prática transformadora da realidade. Lembremos aqui da XI tese de Marx (2009, p.126): “Os filósofos apenas interpretam o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”.

Preocupado em ir além da crítica teórica e empenhar-se nas transformações concretas, Martín-Baró, em concomitância com os princípios supracitados, fez indicações de tarefas práticas que podem trazer concretude ao seu projeto ético-político para a Psicologia.

A primeira delas é a de recuperação da memória histórica. De acordo com Martín-Baró (2011a; 2011b), as duras condições de vida em que se encontram as maiorias populares latino-americanas prendem suas energias no aqui-e-agora, pois buscam garantir condições básicas de sobrevivência. Ao lado deste fenômeno – que reduz significativamente as possibilidades de um olhar mais atento para as mazelas sociais – atuam os diferentes aparelhos ideológicos da classe dominante que contribuem para que haja uma naturalização da sociedade.

Nesse cenário de urgências vitais e produção de conformidade, Martín-Baró (2011a; 2011b) destaca a possibilidade de atuação da Psicologia no resgate e massificação de elementos históricos estratégicos que podem contribuir na defesa dos interesses dos explorados.

Trata-se de recuperar não somente o sentido da própria identidade, não somente o orgulho de pertencer a um povo, assim como o de contar com uma tradição e uma cultura, mas, sobretudo, de resgatar aqueles aspectos que serviram ontem e que servirão hoje para a libertação. Por isso, a recuperação de uma memória histórica supõe a

reconstrução de certos modelos de identificação que, ao invés de encadear e alienar os povos, lhes abrirão o horizonte para a sua libertação e realização. (Martín-Baró, 2011b, p. 195).

Gaborit (2011) destaca como os estados latino-americanos, com apoio dos EUA, mobilizaram esforços para suplantar a história de dilaceramento social promovida pelo terrorismo de Estado. Em nome de uma reconciliação nacional, “histórias oficiais” foram criadas e difundidas como única versão verdadeira, negando as inúmeras violências sofridas pelos oprimidos.

Os vitimadores buscam institucionalizar, na história oficial, sua versão dos fatos, porque, dessa forma, a sua perspectiva é a que fica depositada na memória coletiva e instala-se profunda, mas perversamente, nas relações intergrupais e na cotidianidade social e pessoal. O passar do tempo encarrega-se de lhe dar a aparência de verdade. O que contraria essa versão, no melhor dos casos, é a ignorância e, no pior dos casos, a mentira. (Gaborit, 2011b, p. 258).

Por outro lado, a memória coletiva popular reclama o direito à verdade capaz de mobilizar forças que geram reparação social para aqueles e aquelas propositalmente invisibilizados pela mentira oficial de Estado. Um dos elementos exemplares e deveras importante na busca por resgate da memória histórica e recuperação socio-afetiva de pessoas e comunidades são as comemorações e festejos que aludem a momentos marcantes como, por exemplo, os massacres sofridos. Através desses episódios “o passado converte-se, dialeticamente, na perturbação do presente” (Gaborit, 2011b, p. 258), objetivando sentimentos na esfera pública e gerando validade social. São nessas práticas que assentam-se as bases para pensar o presente com as lentes do passado e, o que é crucial, a potência para intervir na construção do futuro.

A segunda das tarefas indicadas por Martín-Baró (2011b; 1985a) para a Psicologia é a de contribuir para desideologizar a experiência cotidiana. Segundo o autor, embora exista um conjunto de condições objetivas que dificulta ou inviabiliza a vigência de regimes democráticos na América Latina, as condições subjetivas que limitam o “universo de sentido” das maiorias populares constituem obstáculos significativos para os processos de mudança, inibindo possibilidades de significação, organização e luta popular (Martín-Baró, 1985a). Tal entendimento, unido ao horizonte ético de transformação social presente na Psicologia da Libertação, propiciou inserir entre as tarefas urgentes listadas pelo autor, o compromisso de desgastar criticamente o senso comum, entendido pelo autor como “o conjunto de pressupostos que tornam possível a vida cotidiana, a interação ‘normal’ entre as pessoas, os elementos que

são assumidos como óbvios e, por isso mesmo, nunca ou raramente são questionados e revisados”. (Martín-Baró, 1985a, p. 59).

Nas palavras de Martí-Baró (2011b, p. 195), desideologizar significa “resgatar a experiência original dos grupos e das pessoas e devolvê-las como dado objetivo, o que lhes permitirá formalizar a consciência de sua própria realidade, verificando a validade do conhecimento adquirido”. O desenvolvimento dessa tarefa requer da Psicologia três posturas essenciais: assumir a perspectiva dos povos oprimidos, uma vez que, não há como desnudar a ideologia dominante presente no senso comum sem sair de seus contornos; desenvolver estudos que possibilitem um conhecimento profundo sobre a realidade e lançar luzes sobre os mecanismos que alienam o povo, mantendo-os ignorantes sobre os aspectos de sua própria realidade; compartilhar sistematicamente os conhecimentos garimpados e consolidados, de modo a instrumentalizar, pela via do acesso ao conhecimento, as maiorias populares no desenvolvimento de seus processos de resistência, luta e libertação popular.

Essa tarefa, a de “desarmar as justificações que encobrem as realidades históricas, montar as racionalizações da vida social cotidiana”, como define Jiménez-Domínguez (2011, p.158), opera no mesmo sentido da alfabetização conscientizadora de Freire (1981).

Por fim, a terceira das tarefas urgentes elencadas por Martín-Baró (2011b) é a de potencializar as virtudes populares. Embora tenha se dedicado a denunciar de modo contundente as opressões às quais o povo salvadorenho estava submetido, não escapou aos seus olhos o quanto de solidariedade marcava as relações entre as maiorias populares e o quanto havia de abnegação e entrega pessoal em prol dos interesses coletivos. Tais características davam fôlego à resistência popular, mantendo os despossuídos crentes e concretamente implicados na possibilidade de construção coletiva de um mundo melhor. A Psicologia hegemônica e seus instrumentos, no entanto, não se dedicava à apreensão de tais recursos subjetivos que contribuíam para a sobrevivência desse povo frente à realidade de miséria que o assolava (Martín-Baró, 1987b).

Essas virtudes estão vivas nas tradições populares, na religiosidade popular, naquelas estruturas sociais que permitem o povo salvadorenho sobreviver historicamente em condições de opressão e repressão inumanas e que permitem, hoje em dia, manter viva a fé em seu destino e a esperança em seu futuro, apesar de uma pavorosa guerra civil que já se prolonga por mais de seis anos. (Martín-Baró, 2011b, p. 196).

A valorização de tais virtudes, além de ser uma estratégia para a sobrevivência frente à violência capitalista, é uma tarefa fundamental para o desenvolvimento e a consolidação de uma sociedade alternativa, anticapitalista. Em “O psicólogo no processo revolucionário”, Martín-

Baró (1980, p. 25-29) destaca o papel do psicólogo na “edificação social de um novo homem, baseado em necessidades menos individualistas e em objetivos que partem da justa solidariedade”. Uma das tarefas centrais da Psicologia deve ser também a de contribuir nos processos de ruptura com um modo de produção e reprodução da vida que estimula valores individualistas. Por isso, a construção de uma alternativa societária demanda “novas formas de convivência social que todos temos que aprender (que não são baseadas no domínio, na superioridade etc.; mas baseadas no respeito, companherismo etc.)”, e poderá encontrar nas virtudes populares grandes exemplos.

É importante destacarmos aqui que, embora as críticas elaboradas por Martín-Baró possam se estender pela Psicologia hegemônica realizada em todo território latino-americano, as tarefas indicadas como urgentes obedecem às características específicas de uma determinada realidade. É de El Salvador e suas peculiaridades que o autor propõe um horizonte para a prática e elaboração teórica em Psicologia. Isto é, quando nos perguntamos sobre quais tarefas são urgentes nos processos de libertação das maiorias populares, as respostas produzidas podem variar de acordo com o que urge nos diferentes países. Assim, podemos nos perguntar: quais são as tarefas urgentes para potencializar os processos de libertação no Brasil do século XXI? Por quais esforços passam e de quais ferramentas dispomos hoje para contribuirmos nas lutas por emancipação dos milhares de brasileiros e brasileiras diariamente oprimidos? Obviamente, um olhar atento nos permitirá um encontro com particularidades e nos incumbirá tarefas também particulares.

Contudo, se considerarmos que as estruturas e superestruturas capitalistas só se expandiram e aprofundaram seus modos de dominação e opressão (Osório, 2011), logo veremos que tanto o compromisso de contestação ao modo de produção capitalista, quanto as tarefas específicas indicadas por Martín-Baró continuam atuais.

No Brasil, por exemplo, os segmentos conservadores de extrema-direita continuam avançando na distorção da realidade e produzindo interpretações que se proliferam pelo senso comum e constroem as bases subjetivas para o aprofundamento das opressões das massas populares. Conquistas históricas da classe trabalhadora vêm sendo desmanteladas e entregues ao capital estrangeiro sob a alegação de busca por melhorias para a população. Não seria esse um cenário que atualiza a necessidade e a urgência de esforços por uma desideologização da experiência cotidiana?

Na última década temos assistido a uma guinada nos esforços para criminalizar movimentos sociais e as possibilidades de crítica política orientada para a emancipação humana

(Leite, Dimenstein & Ximenes, 2016). Podemos mencionar aqui, como exemplo emblemático desses esforços, a discussão tendenciosa do Programa Escola Sem Partido e a Reforma do Ensino Médio, que buscam castrar o debate político no processo formativo de milhares de jovens e retirar desse percurso conteúdos de sociologia, filosofia, artes e educação física, respectivamente (Frigotto, 2017). Não seriam a criminalização da luta popular e o esgarçamento da crítica motivos suficientes para fortalecermos as ações de resgate da memória histórica e fortalecermos as virtudes populares que até então contribuíram para a resistência dos mais pobres?

Nesse sentido, há acordo com Martín-Baró:

Cada povo e cada país latino-americano confrontam, no momento atual, problemas peculiares que é importante pensar: o Chile não é o México e as condições do Brasil são muito diferentes das condições de El Salvador. Todavia, junto com essa diversidade nacional, a história contemporânea se encarrega de confirmar, repetidamente, a existência de uma comunidade de destino entre os povos latino-americanos: nossos povos não podem sair da dependência e do subdesenvolvimento, suas economias se contorcem sob o peso de uma inexorável dívida externa, suas democracias formais continuam dependendo na linha da contrainsurgência militar formulada em WASHINGTON. Por isso, o horizonte último do nosso quefazer, e isso vale para o Chile e para o México, para o Brasil e para El Salvador, deve ser a libertação de nossos povos: uma libertação da exploração econômica, da miséria social e da opressão política, uma libertação para construir uma sociedade nova, baseada na justiça e na solidariedade. (Martín-Baró, 1987b, p. 82).

É partindo do dito acima que manteremos a seguir o esforço de pensar os princípios e as tarefas indicadas no projeto ético-político de Martín-Baró, voltando-nos para a atuação profissional no campo brasileiro.

CAPÍTULO III

5 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO PARA PSICOLOGIA RURAL NO BRASIL

Nesse capítulo, destacaremos como as elaborações teóricas de Ignacio Martín-Baró podem dar contribuições significativas para a área da Psicologia que mais tem se debruçado sobre o campo: a Psicologia Rural. Faremos uma breve descrição e mostraremos como ela possui limites e dificuldades que podem ser repensados ou superados a partir das contribuições da Psicologia da Libertação. Considerando os problemas históricos e estruturais que marcam o campo brasileiro, assim como, suas implicações sobre os modos de vida da população camponesa, a busca por interfaces com um projeto ético-político que assume aspectos sociopolíticos e econômicos como pontos de partida para pensar inovações na práxis profissional pode nos ajudar a desenvolver alternativas teóricas e práticas mais adequadas para esse contexto.

5.1 A Psicologia Rural: uma breve apresentação

Segundo Migliaro (2015), a Psicologia Rural não é algo novo. No entanto, sua nomeação e circulação pelo espaço acadêmico constitui um fenômeno recente. Resultante do tímido diálogo entre a Psicologia e os processos que se dão no espaço rural, a Psicologia Rural abarca estudos e práticas que apostam na citada articulação.

De acordo com Landini (2015), a Psicologia Rural é espaço de tensionamento que parte de um posicionamento crítico sobre a realidade concreta do campo, ao mesmo tempo em que revisa e constrói perspectivas e práticas dentro da Psicologia para atender os problemas enfrentados por populações do espaço rural. Entendida pelo autor como um *campo de problemas*, a Psicologia Rural conota uma abertura que possibilita atravessamentos das distintas abordagens existentes na Psicologia, contanto que as mesmas não se apartem da consideração às peculiaridades do contexto rural. A Psicologia Rural constitui-se a partir de bordas flexíveis, sem o rigor das disciplinas que geralmente dão marcha em sua caminhada assentadas num sistema de verdade, num modo peculiar de ler o mundo, mantendo fronteiras discursivas (Landini, 2015).

Tal noção de *campo* é corroborada por Migliaro (2015), psicóloga uruguaia que propõe pensarmos a Psicologia Rural a partir de outras duas ordenações: território e dispositivo. O

território, é pensado pela autora a partir da Geografia Crítica, que define o conceito como uma construção social resultante das relações de poder que se expressam entre sujeitos e coletivos em um espaço. A Psicologia Rural, nesse sentido, não deve ser apenas um espaço em que transitam saberes, mas, em que há diálogos e tensões entre saberes. Pensá-la como território demanda considerar as significações que os distintos atores/discursos constroem em suas circulações e encontros. Daí a necessidade da Psicologia Rural ser um espaço compartilhado, dialogado com outros saberes como, a Sociologia, a Antropologia, o saber popular dos sujeitos e organizações do meio rural, a Economia, Ciência Agrárias, Geografia, etc. (Migliaro, 2015).

Partindo da noção foucaultiana de *dispositivo*, a autora propõe a Psicologia Rural enquanto *lócus* que agrega uma multiplicidade de discursos, leis, instituições, proposições filosóficas, etc. que atuam em frentes distintas, mas que, por seus cruzamentos, estabelecem uma rede de relacionamentos e correlação de forças (Migliaro, 2015).

A partir dessa noção ampliada, Landini (2015) identifica três grandes eixos que concentram os estudos realizados em Psicologia Rural: (1) aquele que abarca temas específicos do espaço rural como a relação das pessoas com a realidade material do campo, as relações interpessoais entre produtores e técnicos dos programas de extensão rural e pesquisas sobre os impactos subjetivos das feiras de agricultura familiar; (2) aquele que se debruça sobre fenômenos que não são necessariamente específicos do ambiente rural, mas que, ao se manifestarem nele, ganham características específicas como relações de gênero, uso e abuso de álcool, violência familiar, etc.; (3) o eixo que reúne estudos sobre a reprodução e/ou adaptação de teorias e processos de trabalho tipicamente urbanos em contextos rurais.

Alguns dos marcos bibliográficos importantes⁵⁰ da Psicologia Rural confirmam o agrupamento indicado pelo autor. Entre os mais remotos estudos temos um trabalho de Psicologia Social do Desenvolvimento Rural realizado por James Michel Williams, nos Estados Unidos da América, em 1925. Nesta pesquisa, Williams dedicou esforços para identificar e analisar os principais padrões de mudança ocorridos em comunidades rurais de Nova York a partir do processo migratório de grupos étnicos da Europa. O segundo marco foi a publicação, em 1973, de um livro escrito por Erich Fromm e Michael Maccoby, em que, a partir da Psicanálise de Sigmund Freud, os autores estudaram os aspectos psicológicos mais profundos existentes nas relações sociais de camponeses (Long, 2015). Em 2009, no México, foi publicada uma compilação de trabalhos que articulam Psicologia e ruralidade por Concepción Sánchez

⁵⁰ Os exemplos mencionados são apenas ilustrativos e não resultam de uma busca exaustiva por todas as produções publicadas sobre o tema. Assim, reconhecemos a existência de lacunas importantes nesta apresentação.

Quintanar. No trabalho, a autora expõe suas experiências iniciais de atuação no campo e suas tentativas de adequação da Psicologia ao meio rural (Quintanar, 2015).

Entre as produções mais recentes, é importante que se destaque a tese de doutoramento do psicólogo Fernando Pablo Landini, intitulada “Psicologia no contexto rural: Subjetividade camponesa e estratégias de desenvolvimento”, de 2010. A tese é um estudo sobre os processos psicossociais associados ao desenvolvimento rural de camponeses argentinos (Long, 2015). Da mesma forma, no Brasil foram publicados dois livros. Primeiro, a compilação “Psicologia e contextos rurais”, uma compilação de textos organizada por Jáder Leite e Magda Dimenstein, que aborda o contexto rural brasileiro a partir de um enquadre psicossocial (Leite & Dimenstein, 2013). Segundo, o livro “Condições de vida e Saúde Mental em contextos rurais”, organizado por Jáder Leite, Magda Dimenstein, Candida Dantas e João Paulo Macedo, em 2016.

Além de indicar possíveis agrupamentos temáticos para o que tem se produzido no *campo* da Psicologia Rural, Landini (2015) contribui com a formulação de orientações estratégicas indicando desafios para os profissionais que se interessam pela área. Em linhas gerais, o autor indica: (1) a necessidade de avaliar em que medida as metodologias de pesquisa e processos de trabalho originalmente desenvolvidos para contextos urbanos, se aplicam no contexto rural; (2) a Psicologia Rural deve ser um *campo* que, além de indicar possíveis limitações dos saberes psicológicos hegemônicos, deve elaborar saberes alternativos, formulando respostas práticas e resolutivas pela aproximação e articulação dos psicólogos e psicólogas com as instituições, organizações e comunidades rurais; (3) buscar a criação de espaços de debate e formação sobre as demandas pertinentes à Psicologia no campo rural; (4) conceber a Psicologia Rural como espaço em que os estigmas pejorativos associados às ruralidades sejam confrontados e, a partir daí, outras imagens venham a ser construídas (Landini, 2015).

As orientações supracitadas merecem significativa atenção dos profissionais da área, pois é um campo recente e que está exposto às investidas dos mesmos interesses que puseram em curso uma Psicologia subserviente aos interesses do capital. Zamora (2015) destaca como a Psicologia Rural no Chile, durante a década de 1990, foi utilizada pelas políticas de desenvolvimento rural do país como ferramenta de construção de subjetividades empresariais entre camponeses chilenos. Pode-se citar ainda a experiência da Psicologia Rural no Uruguai (Migliaro, 2015), onde, as primeiras intervenções, desenvolvidas a partir da década de 1950, tinham como objetivo organizar o Capital no campo, promovendo formação, capacitação e seleção de trabalhadores para o agronegócio.

O cuidado também é necessário para fortalecer a Psicologia Rural como um projeto contra-hegemônico na e para a América Latina. O que está se forjando é um campo que se debruça sobre um recorte de 20,4% do continente, isto é, aproximadamente 120 milhões de latino-americanos (Landini, 2015). Quais compromissos a Psicologia Rural assumirá com essa parcela? Que práxis defenderá? Uma que sustenta realidades opressoras ou outra que se orienta para processos de emancipação?

Nesse trabalho tem sido defendida a opção pelos mais pobres e oprimidos da América Latina. É considerando esse posicionamento e a caracterização da Psicologia Rural como um *campo* aberto para os diferentes diálogos e contribuições, que pretendemos contribuir para o *campo* a partir dos princípios que orientam a Psicologia da Libertação, de Ignacio Martín-Baró.

Considerando os desafios enumerados por Landini (2015), podemos destacar, desde já, alguns direcionamentos esperados para uma Psicologia Rural que se orienta a partir dos princípios e pressupostos da Psicologia da Libertação. Quando se trata da necessidade de avaliar em que medida as metodologias de pesquisa e processos de trabalho utilizados no cenário urbano atendem de forma efetiva às especificidades do cenário rural, seguindo as orientações de Martín-Baró (2011b), esse desafio deve ser efetivado a partir da indispensável consulta à realidade camponesa e àqueles que nessa realidade produzem e reproduzem suas vidas. Só o mergulho nessa realidade pode revelar se os instrumentos e processos de trabalho hegemônicos são adequados para o atendimento das necessidades da população camponesa. Como afirma o autor, assumir uma nova perspectiva metodológica e epistemológica implica pensar e teorizar “com eles e a partir deles” (Martín-Baró, 2011b, p.192). Trata-se de realizar uma revisão crítica assumindo o ângulo das maiorias populares, a partir de suas condições de vida concreta.

Assumir essa orientação como eixo estruturante frente a desafio proposto, dará à Psicologia Rural condições de responder aos demais desafios enumerados por Landini (2015), já que, só o conhecimento das especificidades da realidade camponesa poderá indicar as limitações dos saberes psicológicos hegemônicos, estimular a produção de saberes alternativos, instrumentalizar os profissionais no confronto aos estigmas que rondam o campo e capacitá-los para os debates referentes a práxis no contexto rural.

Para além disso, a Psicologia da Libertação, ao considerar como fundamental a realidade camponesa e a necessidade de superação dos seus problemas estruturais, pode oferecer um projeto ético-político que fortaleça a Psicologia Rural como projeto contra-hegemônico e ser uma referência importante para criticar sua instrumentalização em favor do capital. Martín-Baró (1983b) desenvolveu parte significativa da sua obra em um país com diversos problemas

ligados ao campo e marcado por um conflito social caracterizado pela contradição entre os interesses capitalistas e os interesses das maiorias populares oprimidas e exploradas.

Outro ponto que merece destaque sobre como a Psicologia da Libertação pode contribuir para que a Psicologia Rural se desenvolva como uma práxis emancipatória, respeito é a crítica ao pensamento pós-moderno e seus relativismos, que não cabem na luta contra o capital.

A posição pós-moderna diverge da perspectiva de libertação humana através do alcance da verdade científica prometida pela modernidade. Isto porque, o entendimento relativista pós-moderno supõe a inexistência de uma verdade, já que ela estaria condicionada ao lugar de quem a anuncia (Ibáñez, 2011). Desse ponto de vista, a narrativa produzida pela classe dominante que oprime e explora as maiorias populares é tão verdadeira quanto a narrativa da classe oprimida e explorada, embora sejam antagônicas.

A aposta na posição pós-moderna, portanto, naturaliza estruturas opressoras como verdades possíveis e despotencializa os processos de transformação social ao retirar da realidade concreta e histórica dos povos, o valor de verdade e de fundamento sobre o qual se organizam os processos de luta e emancipação. A tradição do pensamento marxista, que exerce notória influência sobre a Psicologia da Libertação, por sua vez, entende que o olhar atento para a realidade material e histórica permite uma aproximação da verdade concreta que instrumentaliza indivíduos e grupos para pensar sobre o mundo e as relações que nele se dão, assim como, nas suas possibilidades de mudança. Sendo assim, a Psicologia da Libertação pode lançar margens para que a Psicologia Rural siga um fluxo oposto à um relativismo que esconde sob a defesa de um pluralismo discursivo a sustentação de formações sociais opressoras.

Em síntese, entendemos que a Psicologia da Libertação pode contribuir de diversas maneiras para a Psicologia Rural enfrentar os desafios enumerados por Landini. A seguir, apresentaremos uma reorientação dos objetivos últimos da Psicologia Rural a partir da Psicologia da Libertação e suas considerações sobre a Psicología del Campesino em El Salvador. Em segundo lugar, apresentaremos uma discussão sobre as três tarefas urgentes indicadas por Martín-Baró (desideologização da vida cotidiana, regate da memória histórica e fortalecimento das virtudes populares) como tarefas necessárias e possíveis para a Psicologia Rural. Em terceiro lugar, apresentaremos uma discussão sobre como as contribuições de Martín-Baró para a Psicologia Rural podem ser usadas em favor das lutas camponesas no Brasil.

5.2 Perfil psicossocial do camponês salvadorenho, fatalismo e práxis de libertadora

A partir do estudo atento às características do mundo camponês salvadorenho, Martín-Baró (1973) pode compreender de que modo os aspectos daquela realidade exerciam influência sobre os processos de subjetivação daqueles que nela viviam. Além disso, seu estudo lhe permitiu sugerir à Psicologia o desenvolvimento de práticas capazes de contribuir para o atendimento às demandas das maiorias populares camponesas, a partir de uma perspectiva de libertação.

Segundo Martín-Baró (1973), a palavra “camponês” está colocada numa cadeia de sentidos que aponta para uma dramática arena onde o destino político da América Latina é decidido. Essa arena é marcada por conflitos históricos que desempenham uma influência fundamental sobre os modos de vida individual e coletivo dos camponeses e camponesas latino-americanas. Assim, enquanto ciência que assume o comportamento humano como um objeto de estudo, se interessa à Psicologia compreender os processos subjetivos e comportamentos objetivos do campesinato salvadorenho, ela precisa dedicar-se a compreender as raízes estruturais desses processos e comportamentos, firmadas nos aspectos sociopolíticos e econômicos que circunscrevem campo.

Esse mergulho é fundamental, pois, segundo o autor, o comportamento humano resulta da:

Interacción continua entre un organismo y su medio, en la cual y por la cual se van modificando tanto el organismo como el medio. Esta interacción implica necesariamente dos polos tensionales, mutuamente influyentes, en un equilibrio continuamente roto y, a diversos niveles, continuamente renovado. Este equilibrio constituye, por tanto, una estructura relativamente constante a través de las diversas transformaciones que se van produciendo. En este sentido, la conducta es una interacción concreta, una readaptación del organismo frente a su medio, lo que puede implicar tanto una modificación del organismo como del medio. (Martín-Baró, 1973, p. 476).

Sendo assim, por mais destacada e importante que pareça a esfera individual para a compreensão do comportamento humano, só o olhar para a unidade relacional existente entre o camponês e as especificidades da realidade histórica e concreta do campo é que permitirá alcançar um entendimento mais completo das atitudes⁵¹ do camponês. Resulta desse

⁵¹ Trata-se de uma predisposição a atuar de determinada forma frente à uma determinada circunstância, e essa disposição se desenvolve a partir da relação histórica entre o sujeito e as características do mundo em que vive (Martín-Baró, 1973).

pressuposto o objetivo estabelecido por Martín-Baró (1973, p. 482) para a *Psicologia del campesino*:

Encontrar aquellas características fundamentales que definen el mundo del campesino salvadoreño para, a partir de ellas, analizar la estructuración significativa con esse mundo que al campesino se le abre como posibilidad, es decir, la relación de sentido - que es predisposición- con que el campesino puede ligarse a ese mundo. (Martín-Baró, 1973, p. 482).

Nessa tentativa, o primeiro passo dado por Martín-Baró (1973) foi identificar quem é o camponês salvadoreño. E essa identificação é feita pelo autor considerando o modo como aqueles que habitam o campo se relacionam com a natureza para garantir a sua sobrevivência (pela especificidade do trabalho) e por sua relação de posse com o meio de produção terra (aqueles que vivem no e do campo). Ressalvada a diversidade existente no campo, o autor considera como camponês salvadoreño: o jornaleiro ou peão⁵², o colono⁵³ e o minifundista⁵⁴, que, por suas características, representam a grande maioria daqueles que vivem no e do campo.

O segundo passo foi caracterizar o mundo material experienciado por esses camponeses salvadoreños, destacando de que modo tais características repercutem na elaboração de sentidos e desencadeiam comportamentos em resposta à essa realidade. Após um olhar atento, Martín-Baró definiu a realidade camponesa com três características básicas: inóspito, restrito e opressor. Respectivamente, indicou três efeitos diretos dessas características: atitudes de auto-desvalorização, fatalismo e individualismo.

De acordo com o Martín-Baró (1973), são muitos os motivos que fazem do campo salvadoreño um lugar inóspito. Um deles é a alta densidade demográfica (170 habitantes por quilômetro quadrado), que faz de cada novo recém-nascido um problema tanto do ponto de

⁵² O jornaleiro ou peão é trabalhador assalariado do campo, não especializado, com relações trabalhistas efêmeras e precarizadas, e que possui profunda carência de recursos financeiros e culturais, tornando-o vulnerável à inúmeras manipulações do setor patronal enquanto tenta atender às necessidades básicas de sobrevivência (Martín-Baró, 1973).

⁵³ Vive de prestação de serviço numa relação paternalista e de exploração despótica com o patrão. A manutenção da sua vida – e, por vezes de toda a sua família – depende do quanto consegue atender às necessidades da fazenda e demandas do patrão. A depender do perfil do fazendeiro empregador, pode desfrutar de alguns benefícios como, escola para seus filhos, igreja e assistência à saúde. Contudo, sua vida está restrita à uma relação de extrema dependência e sua existência é marcada pela insegurança: “su tiempo es del patrón”, “sus energías son para el patrón, que las usará para sus propios fines; su propia familia es del patrón, que em no pocas ocasiones la requiere incondicionalmente para su servicio y hasta para su diversión” (Martín-Baró, 1973, p.451).

⁵⁴ O minifundista é o pequeno proprietário de terra que possui relativa autonomia em seu processo de trabalho e não se encontra sob relações existenciais marcadamente alienadas como o colono. Valoriza a propriedade provada que possui por ser ela o que lhe garante algum grau de segurança e possibilidade de valorização da vida. No entanto, em casos em que sua o trabalho em sua propriedade não é suficiente para garantir o atendimento das necessidades pessoais e familiares, o minifundista assume postos de trabalho como peão em diferentes fazendas (Martín-Baró, 1973).

vista da ocupação espacial quanto das possibilidades de satisfação das necessidades biológicas elementares. Como afirma o autor (Martín-Baró, 1973, p. 483), “neste mundo não há espaço para o camponês salvadorenho”, fazendo de cada nova vida uma nova ameaça para a sobrevivência coletiva. Unido à saturação demográfica, os altos níveis de desemprego e subemprego esvaem qualquer esperança de satisfação das demandas individuais e comunitárias.

Essas características revelam uma profunda pobreza no mundo camponês salvadorenho, expondo seus habitantes à insegurança alimentar, habitacional, trabalhista e, ainda, existencial, pois, essas são características que, segundo o autor contribuem para o desenvolvimento de uma imagem miserável e de insignificância de si mesmo frente ao mundo.

Muchas de las características del campesino salvadoreño, muchos de sus comportamientos – tanto acciones como "omisiones", haceres como no haceres" – tienen su raíz significativa en esta imagen devaluada de sí mismos. Quizá uno de los rasgos más representativos, en este sentido, sea la falta de ambición. En cuanto lucha por una situación mejor. Es increíble la estrechez de miras, la cortedad de las demandas, la pequeñez de las expectativas que alberga "la población campesina: en el fondo, "a uno de pobre le basta con cualquier cosita". No pocos promotores – sociales, políticos, religiosos – encuentran en esta falta de ambición una ducha fría a sus entusiasmos o proyectos. (Martín-Baró, 1973, p. 484).

Quanto a ser um mundo restrito, segundo Martín-Baró (1973), a definição apriorística de rígidas posições e papéis sociais para camponeses dentro de uma estrutura social hierarquizada, contribui na restrição das possibilidades de mudança de vida. Tal restrição, além de encontrar condicionantes concretos – como a flagrante pobreza e dificuldade concreta de ascensão social –, conta também com justificadores ideológicos que naturalizam o estado de privação e limitam as possibilidades do camponês enxergar alternativas para a vida. A permanência de gerações sucessivas de camponeses ocupando postos de trabalho precarizados, com altos níveis de exploração e sem qualquer oportunidade real de ascensão econômica, possibilitam o desenvolvimento de um sentido fatalista da história, em que a realidade imediata é vista como a única possível. Nas palavras do autor:

Consiste el fatalismo en una actitud de aceptación pasiva de un presente y un futuro en los que todo está ya predeterminado y que, por tanto, exigen también un determinado tipo de comportamiento, sin que nada ni nadie pueda alterar los sucesos "prescritos". El fatalismo sólo cabe en una conciencia elaborada con determinantes de un mundo intencionadamente cerrado e inmodificable. (Martín-Baró, 1973, p. 486).

A terceira característica indicada por Martín-Baró como marca do mundo camponês salvadorenho foi a de ser esse um universo opressor. Um lugar onde camponeses e camponesas desde muito cedo submetem-se a estruturas de exploração para sobreviverem. Quase sempre, o

que recebem em troca do seu trabalho é desproporcional ao esforço depreendido. Não bastasse a opressão exercida através da exploração da força de trabalho, o camponês é dominado também subjetivamente pela imposição de modelos de identificação da vida urbana, branca e burguesa, modelos estranhos à sua realidade e que o fazem desejar ser semelhante àqueles que o dominam e exploram. Ser o opressor se constitui como possibilidade de abandonar a vida degradada do oprimido. Como efeito, o camponês assume uma conduta individualista para proteger o pouco que possui e progredir. Imerso em um mundo violento, passa a desconfiar de todos, buscando saídas individuais para problemas estruturais e de resolução coletiva (Martín-Baró, 1973).

Embora cada camponês desenvolva, graças à especificidade das suas experiências, perfis atitudinais e comportamentais diversos, a auto-desvalorização, a postura fatalista e individualista que resultam dos condicionantes estruturais constituem a base para a construção de sentidos no mundo camponês. E a mudança dessa base só pode se realizar a partir de uma transformação da realidade inóspita, restrita e opressora na qual o camponês está inserido. Segundo Martín-Baró (1973), essa transformação está diretamente associada à realização de dois projetos: uma Reforma Agrária e uma Reforma Educativa.

Psicológicamente es necesario cambiar la estructura de significación que liga al campesino salvadoreño con su mundo. Pero esto no se logrará mientras la realidad no ofrezca nuevas posibilidades de sentido al campesino. Mientras el mundo no se vuelva más hospitalario, más abierto y menos opresor, el campesino no podrá afrontarlo sino con sumisión fatalista o con violencia destructiva. Romper esta dicotomía es labor simultánea de una Reforma Educativa y de una Reforma Agraria. La primera para despertar la creatividad, la segunda para posibilitar su existencia y encauzarla; la primera para despertar cultura, la segunda para recogerla; la primera para engendrar hombres, la segunda para desarrollarlos y plenificarlos. (Martín-Baró, 1973, p. 491).

Embora a democratização do acesso e posse à terra, a exploração produtiva cooperada e a racionalização do mercado em benefício coletivo sejam pontos cruciais da Reforma Agrária, para que ela seja eficaz precisará incluir entre os seus objetivos a “expansão e o crescimento pessoal e comunitário do camponês” (Martín-Baró, 1973, p. 490). Ao implicarem-se na construção de uma Reforma Agrária como esta, psicólogos e psicólogas deverão atuar no sentido de provocar mudanças em três aspectos psicológicos do camponês. O primeiro deles é em seus esquemas cognoscitivos e nível de consciência pessoal e social, contribuindo, assim, para a superação de uma percepção presentista e fragmentada da realidade que inviabiliza a consciência sobre as forças opressoras que degradam a sua existência. Trata-se de envolver-se num processo de conscientização com vistas na transformação da realidade camponesa, como afirma Martín-Baró:

La concientización es un proceso de acción y reflexión, es decir, un proceso histórico en el que una comunidad humana se transforma a sí misma transformando su realidad ambiental. En este proceso hay un cambio del mundo circundante como referencia esencial para el cambio de las propias estructuras cognoscitivas y para la toma de conciencia. Esta concientización ha de ser fundamentalmente operante y, por tanto, cabe preguntarse en qué medida tiene que ser radicalmente política. ¿Acaso puede ser eficaz para la transformación de la realidad campesina salvadoreña una toma de consciência que no culmine en la importancia última de la organización y dirección de la vida y destino de la comunidad nacional en su totalidad? (Martín-Baró, 1973, p. 492).

O segundo eixo de intervenção deve ser sobre os modelos de identificação hegemônicos que, ao estimular posturas individualistas, machistas, competitivas, consumistas etc., limitam a construção de uma sociabilidade que valorize os processos comunitários cooperativos e inclinados mitigação de violências. Afim de facilitar o desenvolvimento de uma Reforma Agrária, a Psicologia deve contribuir na construção de novos modelos de identificação que facilitem a emancipação das maiorias populares oprimidas. Esses modelos devem ser resultado de um resgate da memória histórica dos nossos povos, trazendo à luz personagens que contribuíram nos processos de luta e libertação, e fazendo dessas figuras referências simbólicas para o enfrentamento concreto às estruturas opressoras (Martín-Baró, 1973).

O terceiro aspecto sobre o qual a Psicologia deve intervir, é no enfrentamento ao individualismo resultante dos processos de subjetivação em uma realidade capitalista opressora, pois, a sua existência dificulta os processos concretos de organização e ação coletiva em prol da Reforma Agrária. Embora a organização e luta popular possam assumir diferentes formas e estratégias – sindicatos, coletivos, movimentos socioterritoriais, cooperativas, etc. –, não se pode negar a importância desses processos para a conquista de objetivos comuns. Como afirma Martín-Baró:

Es necesaria la organización del campesinado para impedir radicalmente cualquier paso atrás em el proceso histórico, para bloquear cualquier esfuerzo por renovar situaciones de opresión humana que vayan siendo superadas, para defender frente a intereses ajenos los intereses del campesino. Por éstas y otras muchas razones, la organización del campesino es necesaria. (Martín-Baró, 1973, p. 493).

Considerando que cada realidade concreta, por sua especificidade, demanda estratégias específicas de ação, são inúmeras as formas de contribuição para a realização de uma Reforma Agrária que tanto promova acesso à terra quanto viabilizem o desenvolvimento pessoal e comunitário no campo. De acordo com Martín-Baró (1973), cabe aos profissionais de Psicologia questionar de que modo sua práxis pode contribuir nesse processo. As respostas para

essa questão devem obedecer às condições de possibilidades presentes no contexto em que estão inseridos.

5.3 As duas tarefas essenciais para a Psicologia Rural no Brasil

No primeiro capítulo, vimos como o desenvolvimento do modo de produção capitalista e seu ingresso na sociabilidade camponesa impôs, em diferentes países, uma modernização na agricultura, que, respondendo aos anseios de acumulação de capital, criou, por meio da violência, um contingente populacional despossuído dos meios de produção da própria vida.

Na Alemanha, Kautsky (1972) nos mostrou como a subordinação da agricultura camponesa às demandas do mercado capitalista, à concorrência e mediações monetárias, foram processos que resultaram na sobreposição da produção para o mercado com a produção para manutenção direta da vida camponesa, deteriorando as possibilidades de permanência no campo. O autor mostrou como a concorrência favoreceu o endividamento do camponês, sendo este processo mais uma das formas de viabilizar a expulsão da pequena propriedade e de submeter à exploração nas grandes propriedades. Nesse processo, tanto a terra, quanto a força de trabalho camponesa, assumiram lugar nas prateleiras do mercado capitalista como mercadorias. Além disso, aqueles que, com dificuldades, conseguiam permanecer em suas terras, tiveram que assistir os recursos ambientais serem, progressivamente, expropriados em cercamentos que garantiram maiores níveis de produção nos latifúndios.

Na Rússia, os estudos realizados por Lenin (1972) também revelaram a violência do processo de monopolização capitalista e seu reflexo sobre o campesinato russo. O autor demonstrou como a mecanização acentuou a divisão social do trabalho no país ao favorecer a expulsão de camponeses e camponesas de suas terras, incluindo-os em regimes de assalariamento na grande propriedade ou na indústria capitalista nascente.

Grosso modo, o que se viu na Alemanha de Kautsky e na Rússia de Lenin foi a ruptura com os modos tradicionais de vida camponesa pelo aumento da concentração fundiária e da espoliação e proletarização do camponês, promovendo a destruição de mercados rurais e migrações massivas que resultaram na formação dos grandes bolsões de pobreza no cenário urbano.

No Brasil, pudemos ver como os anseios capitalistas marcam a história do país desde o período colonial até a contemporaneidade. A invasão portuguesa no século XVI buscou, apenas, matéria-prima e formar um mercado consumidor para aquecer a economia nacional e garantir

sua hegemonia no mercado europeu. O processo de colonização, estruturado sobre o genocídio das populações originárias/indígenas e a escravização de homens e mulheres do continente africano, se empenhou em criar uma colônia produtora de mercadorias para exportação por meio de trabalhos forçados (Prado Jr. 1979, 1960; Andrade, 1979; Farias, 2014).

Um elemento fundamental desse processo foi a instituição das capitanias hereditárias e do sistema sesmario, que concentraram grandes faixas de terras sob o domínio de pessoas escolhidas pela Coroa Portuguesa. Essa configuração cravou na história do país uma absurda concentração fundiária que se estende até os dias atuais (Prado Jr., 1960).

Vale lembrar que a hegemonia das forças capitalistas na direção do Estado brasileiro estava orientada para a manutenção de privilégios seculares e isso teve um papel crucial na estabilização do cenário de concentração fundiária. Instrumentos legislativos (como a Lei de Terras de 1850), militares (repressão de insurgências populares e de organizações como as Ligas Camponesas na década de 1950) e financeiros (como a abertura de créditos suntuosos para grandes proprietários de terras) foram cruciais para a manutenção criminosa dos latifúndios e oligarquias agrárias no país (Ianni, 1971; Prado Jr., 1976; Andrade, 1979; Sauer, 2016).

Aproximando-nos da história mais recente, podemos destacar a criação do Serviço Nacional de Crédito Rural (CNS) na década de 1970, com o intuito de ampliar programas de crédito rural, disponibilizando grandes somas de dinheiro para investidores e viabilizando a construção dos Complexos Agroindustriais (CAIS) que integravam a agricultura às agroindústrias. Assim, o Estado brasileiro consolidou o latifúndio como grande eixo da economia nacional (Graziano da Silva, 1996).

Cinco séculos se passaram desde a invasão portuguesa e muito pouco mudou na estrutura da concentração fundiária no Brasil. Os dados já mencionados nesse trabalho só mostram o quanto a tendência de acumulação de riquezas, estruturante do modo de produção capitalista, gerou um abismo de miséria e sofrimento para as maiorias populares brasileiras (Graziano da Silva, 1988). Sua dinâmica atrelada ao agronegócio nos coloca, ainda, frente a problemas significativos como: a demanda crescente por alimentos em um país que, embora concentre parte significativa das suas forças produtivas na produção agropecuária, convive com cenários de fome e insegurança alimentar por privilegiar o atendimento às demandas do mercado externo e não as da população; sérios problemas ambientais graças à agressão cotidiana do meio ambiente em processos produtivos que desgastam e envenenam progressivamente solos, reservas hídricas, fauna e flora com o uso abusivo de agrotóxicos, com o objetivo de potencializar a produção de mercadorias e de maiores divisas de lucro; ameaças

ao pequeno contingente de população indígena e quilombola, que estão sob a mira de capitalistas em busca de maiores fronteiras agrícolas e recursos naturais (Sauer, 2013).

Tendo essa realidade histórica em vista, não é sensato pensarmos em processos de libertação no campo brasileiro sem incluir entre os nossos esforços práticos uma postura contestatória ao modo de produção capitalista que inviabiliza a democratização dos meios de produção, concentrando-os em poucas mãos e gerando condições precárias de vida para as maiorias populares. No que diz respeito às condições de vida das populações camponesas, é importante retomar, brevemente, a discussão feita sobre Determinação Social da Saúde (DSS).

Vimos no capítulo anterior que os processos de saúde e doença que acometem a humanidade não se dão num vácuo. Para além das especificidades genéticas que não podem ser desconsideradas, há processos ambientais, sociopolíticos, econômicos e culturais de determinada realidade que influenciam os níveis de saúde das diferentes populações (Fleury-Teixeira & Bronzo, 2010; Breilh, 2010; Dimenstein et al., 2016). Tratando-se especificamente da população camponesa, vimos como o capitalismo, ao estimular a concentração de terras e demais meios de produção, forja uma realidade de privação para a maioria despossuída que habita o campo. Tais privações se expressam, por exemplo, no reduzido ou nulo acesso à terra necessária para a subsistência; na baixa renda; na insegurança alimentar; na diminuta abertura de crédito para o pequeno produtor rural. Em síntese, há inúmeros processos que sustentam a miséria camponesa e forçam o abandono da terra, a coerção e expulsão progressiva de comunidades ou a submissão a condições trabalhistas precarizadas em grandes propriedades.

A própria Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo Floresta e Águas (PNSIPCFA), instituída no Brasil pela Portaria nº 2.866 em 2 de dezembro de 2011, além de destacar que a concentração fundiária é um determinante social da saúde, reconhece os aspectos mencionados acima como fatores que estruturam os modos vida, o adoecimento e a morte no campo (Brasil, 2013). Logo, qualquer perspectiva de atuação de profissionais de Psicologia deve considerar o modo de produção capitalista, o latifúndio e as precárias condições que decorrem de sua manutenção secular como objeto de intervenção.

Portanto, a história do desenvolvimento desigual do campo brasileiro, a constatação dos efeitos desse cenário para a vida das maiorias populares a partir das análises sobre o processo de DSS e, ainda, a consideração dos princípios que orientam a Psicologia da Libertação, possibilitam afirmar que se a Psicologia Rural brasileira de fato almeja dedicar-se à formulação de respostas práticas e resolutivas para os problemas enfrentados pela população camponesa, então ela não pode se abster de uma oposição notória ao modo de produção capitalista e à

concentração fundiária. **A luta anticapitalista e a defesa da reforma agrária devem ser as duas tarefas essenciais para a Psicologia Rural no Brasil.**

Não obstante a importância de discutirmos com exatidão as duas tarefas – que, diga-se de passagem, estão fundamentalmente articuladas –, a seguir centraremos os esforços na reflexão sobre as possibilidades de contribuição da Psicologia Rural para a reforma agrária brasileira a partir das orientações práticas da Psicologia da Libertação.

5.4 Processos Psicossociais: crítica e superação

A existência de forças ideológicas que sopram a favor da manutenção e ampliação do latifúndio no Brasil é algo marcante no campo. Por isso, esta é uma das esferas de atuação prioritárias para o exercício da “desideologização” indicada por Martín-Baró. É importante afirmar, desde já, que as tarefas aqui propostas se guiam a partir do projeto emancipatório da Psicologia da Libertação e do pressuposto de defesa imprescindível da reforma agrária no Brasil. Assim, interessados nos processos de desideologização devem considerar a construção de estratégias e intervenções adequadas ao projeto de reforma agrária e que considerem as condições concretas de ação do profissional de Psicologia.

Ao contrário do que nos quer fazer crer o pensamento hegemônico, o modo de produção capitalista não é a única forma de relacionar-se com o mundo ou de produzir a vida. Existiram outras configurações sociais que desenvolveram as forças produtivas e que foram superadas: os modos de produção primitivo, asiático, escravista e feudal. Da mesma forma, existiram experiências de transição pós-capitalistas que buscaram dar lugar a novas relações, intensidades, instituições etc.

No entanto, apesar da história nos dar provas factíveis de que os modelos sociopolíticos e econômicos podem ser superados, há quem tenha feito a defesa interessada do “fim da história” (Fukuyama, 1992)⁵⁵ e defendido a impossibilidade de se romper com a sociedade capitalista. A proliferação dessa crença fatalista – de que não importa o quanto nos esforcemos, o capitalismo não ruirá pondo fim a uma estrutura perversa de exploração – limita o exercício de pensamento sobre novas formas de organização e produção da vida fora dos marcos capitalistas. Em tal concepção, a concentração fundiária é concebida, no melhor dos casos,

⁵⁵ Amparado em uma interpretação hegeliana da realidade, Francis Fukuyama (1992) defende a tese de que, com a derrubada do Muro de Berlim, em 1989, e consolidação hegemônica da democracia burguesa liberal sobre os modelos socialistas de sociedade, chegou ao fim os processos de ruptura social. Tal tese recai num determinismo sociopolítico e econômico ao estabelecer o modo de produção capitalista como única forma de experiência da vida em sociedade.

como um mal necessário e típico de um modelo cujo axioma é a concentração dos meios de produção.

Interessa-nos compreender que essa narrativa que advoga pela manutenção da estrutura capitalista é um dos elementos que compõem um conjunto de ferramentas e estratégias dessa classe para manutenção do *status quo*. Lenin (2007), em seu esforço para proteger a letra de Marx do revisionismo de sua época, menciona alguns dos instrumentos que são operados para garantir esses processos de manutenção de poder: (1) a atuação do próprio Estado enquanto aparelho que agencia os interesses da classe dirigente; (2) a constituição de forças repressoras, como o exército e a polícia, que viabilizam o ordenamento concreto das disposições capitalistas, atentando contra as forças insurgentes; (3) a constituição de uma “superestrutura”⁵⁶ que comporta as dimensões política, jurídica e ideológica, materializadas em aparelhos como família, igreja, instituições de ensino, mídia, etc. Fundamentalmente, esses três eixos articulados expressam os anseios da classe que hegemoniza o Estado, cristalizando determinada realidade.

Destacando aqui a dimensão da “superestrutura”, vale citar Marx (2009, p. 67), quando afirma: “em todas as épocas, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante”. Essa afirmação indica como, em distintos recortes históricos, as ideias sociais dominantes estão articuladas com as bases materiais de seu tempo para garantir que os interesses da classe dirigente se realizem. Para tanto, é indispensável que as contradições do capitalismo sejam distorcidas e ocultadas. A representação distorcida da realidade com intento de velar contradições sociais e, assim, manter a salvo os interesses da classe dominante, é uma das funções da “ideologia”.

Partindo da tese de que a ideologia é o conjunto de ideias que justifica a dominação e a exploração, Martín-Baró (1987a) discorre sobre como a produção ideológica escamoteia a realidade e promove no camponês e outros grupos marginalizados da América Latina aquilo que chama de “síndrome fatalista”. Este é um fenômeno que se manifesta pelas dimensões cognitiva, afetiva e comportamental e que tem como função gerar uma aceitação resignada da existência. De acordo com o autor:

⁵⁶ No Prefácio de 1859, Marx (2008, p.47) defende que sobre uma base (infraestrutura) composta pelas forças produtivas e relações de produção, se ergue uma “superestrutura” que, por sua vez, é composta pelos aparelhos jurídicos, políticos e suas extensões que operam na dimensão ideológica de uma determinada sociedade. Segundo o autor, a superestrutura corresponde às “formas sociais determinadas de consciência”.

O fatalismo é uma visão de mundo contraproducente, já que tende a bloquear todo esforço por progresso e mudança, pessoal e social. Em outras palavras, o fatalismo é uma dessas profecias autorrealizadoras (*self-fulfilling prophecy*), já que provoca aquilo que postula: a impossibilidade de alterar o rumo da própria existência ou de controlar as circunstâncias que determinam a vida real de qualquer um. Por isso, é necessário perguntar como surge o fatalismo. Por que as pessoas e, sobretudo, os grupos assumem uma atitude fatalista diante da vida? Como explicar que as maiorias populares latino-americanas aceitem como concepção de vida uma visão que os condena ao imobilismo e à desesperança? (Martín-Baró, 1987a, p. 182).

O fatalismo produzido pelos discursos ideológicos da classe dominante gera um conformismo frente à ordem social opressiva, pois naturaliza condições sociais existentes e apregoa a impossibilidade de superação. Trata-se de um processo que facilita a dominação das maiorias populares dispensando, inclusive, o recurso ao aparelho de coerção repressiva. Atuando a partir da “superestrutura”, a classe dominante desonera seus investimentos em aparelhos militares e jurídicos (Martín-Baró, 1987a) que também compõem o complexo arranjo de dominação burguesa (Lenin, 2007).

Ao discorrer sobre a produção de um sentido histórico fatalista, Martín-Baró (1973) afirma que este possui três traços psicológicos. O primeiro deles é uma estrutura de pensamento infantil-mágica, que restringe a compreensão do mundo à imediatez dos fatos, aos aspectos individuais dos fenômenos e permite pouca abertura para a percepção destes dentro de uma totalidade. Assim, a atualidade espaço-temporal é tomada de forma fragmentada e os processos históricos que permitiram determinada configuração, ao se manterem velados, não colaboram para a percepção de uma realidade dinâmica e, portanto, passível de mudança. Essa limitação ao presente acompanha a crença num certo ordenamento dos fatos, como se tudo estivesse orquestrado para acontecer de um jeito e nenhum movimento interno ou externo pudesse retirá-lo do seu curso (Martín-Baró, 1973). Trata-se de uma compreensão da existência humana “em que o destino de todos é predeterminado e todo fato ocorre de modo inescapável. Aos seres humanos não resta nada a mais além de acatar seu destino e submeter-se à sorte que é prescrita por sua sina” (Martín-Baró, 1987a, p.175).

O segundo dos traços que compõem o sentido fatalista é o de uma consciência estática, estimulada pela pouca variação da realidade – como quando gerações sucessivas de camponeses mantêm-se num mesmo plano socioeconômico de uma sociedade hierarquizada. Aquilo que se apresenta na realidade concreta é espelhado subjetivamente, gerando a crença de que nada muda. Desenvolve-se uma forma peculiar de dar sentido aos fatos que consubstanciam a própria existência (Martín-Baró, 1987a). Há uma:

Redução do horizonte vital ao presente. A única coisa que conta é o aqui e o agora, tanto para o bem quanto para o mal. O conhecimento do passado ou a predição do futuro servem somente para confirmar a inevitabilidade do destino. Posto que nada essencial pode ser alterado, é inútil planificar ou aspirar diante de algo que já está predestinado. É preciso responder às exigências imediatas da vida fazendo com que sejam menos negativas e extraindo, ao máximo, suas possibilidades positivas. (Martín-Baró, 1987a p. 177).

Por fim, o terceiro dos traços é o de uma conduta conformista e de docilidade como estratégia de sobrevivência frente à uma realidade violenta e implacável contra tentativas de ruptura e mudança (Martín-Baró, 1973). Há uma aceitação resignada da existência tal como se apresenta, sem qualquer despeito ou contestação. Entende-se que:

Diante da inevitabilidade das circunstâncias em que se está e dos acontecimentos que ocorrem, não resta alternativa senão a de se conformar. A única forma adequada de aceitar a própria sorte e evitar problemas adicionais é se submeter às imposições do destino e realizar, o mais fielmente possível, o que é exigido e da maneira exigida. (Martín-Baró, 1987a, p. 176).

A atitude fatalista, no entanto, não é imutável. De acordo com Martín-Baró (1987), as convicções fatalistas podem ser esgarçadas e superadas na medida em que as pessoas e grupos assumem maior controle sobre a sua realidade, ao ponto de irem gerando transformações concretas em um cenário antes encarado como irreversível. Tal controle sobre a realidade inclui um certo nível de consciência sobre as determinações sociais que asseguram a existência de estruturas opressoras e sua estagnação. Ou seja, a superação do fatalismo é possível a partir de um processo dialético de mudanças das crenças sobre o mundo e implicação concreta das pessoas e grupos nessa mudança.

O autor nos apresenta três processos que compõem esse processo dialético de superação do fatalismo: (1) a recuperação da memória histórica; (2) a organização popular; e, (3) a prática de classe. Sobre o primeiro deles, afirma o autor:

Somente na medida em que as pessoas e os grupos adquirem consciência sobre suas raízes históricas sobre todos os fatos e as condições que configuram sua realidade poderão se situar em uma perspectiva adequada para avaliar sua própria identidade. Saber quem você é significa saber de onde você vem, de quem ou do que você depende. Não há verdadeiro conhecimento de si mesmo que não seja um reconhecimento das próprias origens, da própria identidade comunitária, da própria história. (Martín-Baró, 1987a, p. 198).

O resgate dessa memória histórica no cenário camponês, por exemplo, é fundamental para que se descortinem as distorções ideológicas produzidas pela classe dominante, afim de manterem intactas seus aparelhos de dominação e manutenção de privilégios.

O segundo dos processos indicados pelo autor constitui uma medida crucial na busca por saídas coletivas e superação do individualismo que alimenta uma perspectiva fragmentada da totalidade social e, assim, despotencializa os processos de mudança. Se articula com o primeiro, pois, “a organização popular supõe a consciência de que existe uma profunda comunidade de interesse entre todos os membros das classes oprimidas e que a imutabilidade do mundo se deve, em boa medida, à divisão e ao isolamento individualista (Martín-Baró, 1987a, p. 199).

Por fim, quanto à prática de classe, esta se articula com as duas anteriores na proporção que, o resgate da memória histórica e a organização popular que possibilitam, respectivamente, a construção de uma nova identidade social e de possibilidades de ruptura com uma realidade opressora, só ganham sentido pleno dentro de uma prática de luta que atenda aos interesses daqueles que historicamente são vítimas da classe dominante. Em síntese, como afirma Martín-Baró:

A superação do fatalismo das maiorias populares latino-americanas requer uma mudança revolucionária, isto é, uma mudança nas estruturas políticas e econômicas e, também, psicossociais, sobre as quais está assentado um ordenamento que marginaliza e dociliza, que fundamenta o bem-estar de alguns poucos na exploração opressiva de muitos. (Martín-Baró, 1987a, p. 199).

Vimos⁵⁷ que, ao abordar as condições concretas que viabilizaram o desenvolvimento da atitude fatalista no mundo camponês salvadorenho, Martín-Baró (1973) indicou também possibilidades para atuação da Psicologia nos processos de superação desse fenômeno psicossocial e construção de uma Reforma Agrária radical. As ações de desideologização através da conscientização de camponeses e camponesas, de modo desvelar as determinações sociais que os aprisionam numa estrutura de exploração; a construção de novos modelos de identificação para as maiorias populares através do resgate da memória histórica e fortalecimento das virtudes populares; e, a busca pela superação do individualismo como estratégia que favoreça a organização e luta populares, foram indicadas como intervenções possíveis para uma Psicologia que assume como projeto ético-político o atendimento à causa dos mais pobres.

Considerando as duas tarefas essenciais que estabelecemos aqui para a Psicologia Rural brasileira – a luta anticapitalista e a defesa da Reforma Agrária brasileira –, podemos assumir as práticas pensadas por Martín-Baró para o campo salvadorenho como adequadas também para

⁵⁷ No tópico acima: Perfil psicossocial do camponês salvadorenho, fatalismo e práxis de libertadora.

serem desenvolvidas no cenário brasileiro, cujas condições históricas de opressão e exploração das maiorias populares requerem uma práxis de libertação.

A seguir, desenvolveremos algumas possibilidades de implicação da Psicologia Rural brasileira no desenvolvimento dessas tarefas.

5.5 Pesquisas e práticas educacionais na ação desideologizadora

“Nós necessitamos, urgentemente, fazer pesquisa, não tanto para ser publicada, mas para ser utilizada como instrumento de mudança social” (Martín-Baró, 1987c, p. 95).

Embora seja enfático em dizer que não está nas mãos da Psicologia a potência de mudar sozinha as injustas estruturas socioeconômicas que marcam os países da América Latina, Martín-Baró (2011a) nos adverte sobre a importância nas intervenções sobre aspectos subjetivos que sustentam e viabilizam as estruturas de opressão. Essa tarefa requer dos profissionais de Psicologia um amplo conhecimento sobre os principais problemas que afligem nossos povos e, a partir de então, um diálogo com outras áreas de conhecimento e outros setores sociais (militantes, trabalhadores sociais, etc.) para contribuir de modo específico.

Compartindo dos desafios postos por Landini (2015) à Psicologia Rural, a elaboração de pesquisas e construção de espaços de formação que depurem e visibilizem as implicações do modo de produção capitalista e da concentração fundiária sobre as condições de vida da população camponesa são de cardinal importância. Em razão dos acúmulos e das constatações históricas que apontam para esses elementos como centrais para compreendermos as vicissitudes do campo brasileiro, a sua negligência despota qualquer medida que se pretenda resolutive e ética.

Por si só, os esforços em pesquisa e ensino crítico sobre a realidade camponesa não garantem a transformação da realidade – norte estruturante da Psicologia da Libertação. Mas, dá fôlego ao processo:

Uma simples consciência sobre a realidade não supõe, por si só, a mudança dessa realidade, mas dificilmente avançará com as mudanças necessárias enquanto um véu de justificativas, racionalizações e mitos encobrir os determinismos últimos da situação dos povos centro-americanos. A conscientização não só possibilita, mas facilita o desencadeamento de mudanças, o rompimento com os esquemas fatalistas que sustentam ideologicamente a alienação das maiorias populares. (Martín-Baró, 1996, p. 18).

Nesse sentido, tais investimentos nos aproximam do conjunto de práticas de desideologização da realidade proposto por Martín-Baró (2011b). O autor foi precedido em suas formulações por Freire (1981, p. 39) e seus apontamentos sobre “desmitologização” da vida cotidiana no processo educativo. O compromisso de conscientização assumido pela Psicologia Rural e a consequente ruptura com as marcas do senso comum exige uma decodificação do mundo camponês que apreende os mecanismos que oprimem os mais pobres e despossuídos e, por este meio, abre novas possibilidades de ação transformadora.

Num texto provocador, Martín-Baró nos inspira:

Em minha opinião, o problema é mais de ordem epistemológica do que conceitual, mais metodológico do que teórico. Não são os conceitos da Psicologia por si só que falham, mas o momento dialético de vinculação; o que distorce a análise da realidade não é tanto a teoria aplicada, mas o objeto da aplicação. Por isso, a minha proposta reside em uma inversão marxiana do processo: que não sejam os conceitos que convoquem a realidade, mas que a realidade busque os conceitos; que as teorias não definam os problemas de nossa situação; mas que os problemas as exijam e, por assim dizer, escolham sua própria teorização. Em outras palavras, trata-se de trocar nosso tradicional idealismo metodológico por um realismo crítico. Aos psicólogos latino-americanos nos faz falta um bom banho de realidade, especialmente dessa realidade que oprime e angustia as maiorias populares. Por isso, aos estudantes que me pedem uma bibliografia toda vez que necessitam analisar um problema, recomendo, primeiro, que deixem-se impactar pelo problema mesmo, que se envolvam na angustiante realidade cotidiana que vivem as maiorias salvadoreñas, para, então, perguntar-se sobre conceitos, teorias e instrumentos de análise. (Martín-Baró, 1987b, p. 78).

Aqui reside um outro ponto que complementa a discussão realizada nesse tópico. A pesquisa realizada pela Psicologia Rural que está endereçada eticamente à crítica da realidade opressora e à libertação das maiorias populares camponesas, será pouco efetiva em seu intuito desideologizador e na formação crítica de profissionais se ela não realizar o mergulho na realidade camponesa. A partir dessa imersão, para além dos também importantes estudos de gabinete, a realidade concreta aponta para aquilo que é demanda popular e a pesquisa não estará restrita ao puro desejo do pesquisador, por vezes, já atrofiado nos marcos teórico-conceituais pré-estabelecidos. Tal imersão permitirá, ainda o questionamento e a revisão dos modelos teórico-práticos hegemônicos, problematizando-os e gerando substância para a formulação de respostas práticas e resolutivas – o que é um dos desafios identificados por Landini (2015) para o desenvolvimento da Psicologia Rural.

Em síntese, as atividades de pesquisa e práticas educacionais em Psicologia Rural que compreendam em seu processo uma aproximação do campo brasileiro, podem ser ferramentas estratégicas na ação desideologizadora, na proporção que, ao espelharem as nuances desse

cenário atravessado por opressões históricas, descortinem para as maiorias populares os seus determinantes e condicionantes de vida e viabilizem a formulação e o fortalecimento de saídas concretas pela transformação social.

5.6 Ideologia e crítica ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)

O entendimento de que a ideologia “não é uma mera superestrutura que é somada às sociedades já constituídas, mas é um importante elemento na configuração social” (Martín-Baró, 1987a, p. 193), faz com que a realidade concreta de concentração fundiária e reprodução capitalista no Brasil encontre pares e se articule também na dimensão das ideias, justificando a existência de uma estrutura exploradora. No Brasil, especificamente, essas ideias estão contidas dentro do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)⁵⁸ (Eidam, 2015).

Não obstante a vasta literatura que demonstra a histórica concentração fundiária e suas consequências, a classe dominante insiste em revitalizar seus domínios pela produção ideológica, negando os problemas estruturais do campo brasileiro e reafirmando a estrutura fundiária. Autores vinculados ao PCA negam a existência de desigualdade social no campo e a necessidade de uma reforma agrária (Eidam, 2015).

O velamento dos dados da realidade concreta gera o entendimento de que tudo vai bem e que o capitalismo é capaz de gerar melhores condições de vida para todos. Em 1992, Abramovay publicou um livro chamado “Paradigma do Capitalismo Agrário em questão”, no qual defende que o desenvolvimento capitalista no campo permite a integração plena dos camponeses ao mercado, satisfazendo, desse modo, as demandas de garantia de vida. Para tanto, é necessário transformar os camponeses em agricultores profissionais. Toda a tradição camponesa, enquanto modo de vida, deve ser modificada a partir de uma base técnica que constituirá o exercício profissional. A partir daí emerge aquilo que o autor nomeou de “Agricultura Familiar” – expressão que circula amplamente pelas organizações de esquerda sem que necessariamente se saiba que se trata de um projeto capitalista de superação da cultura

⁵⁸ O debate paradigmático que cerca a configuração fundiária no Brasil é representativo, no nível das ideias, das contradições concretas da realidade material. Na disputa por modelos de desenvolvimento encontram-se: o agronegócio – representado pelo Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) – e a agricultura camponesa – representada pelo Paradigma da Questão Agrária (PQA). Enquanto o primeiro – desconsiderando a essencial concorrência e tendência capitalista de acumulação dos meios produtivos – sustenta a tese de que as desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista podem ser superadas com políticas que integrem os camponeses e camponesas no mercado capitalista, o segundo, por sua vez, parte da tese de que os históricos problemas agrários que marcam o Brasil são intrínsecos ao capitalismo e que, portanto, só a sua superação viabilizará uma sociedade onde a vida das maiorias populares não esteja submetida à manutenção dos privilégios das elites (Fernandes, 2016).

camponesa. Na defesa teórica da Agricultura Familiar, o camponês é um símbolo do atraso, arcaico, enquanto o agricultor familiar, por sua vez, é o trabalhador adequado às configurações capitalistas no campo (Eidam, 2015).

O que se faz é uma inversão: o problema deixa de ser o conjunto de práticas capitalistas que tendem à concentração de terras e dos meios de produção e passa ser o camponês que, por meio da profissionalização empreendedora, deve ser progressivamente integrado no mercado (Eidam, 2015)⁵⁹.

Ainda na dimensão da “superestrutura”, na esfera política brasileira, um dos nomes que representam esse paradigma é a senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), escolhida como ministra da agricultura pelo Governo Dilma, do Partido dos Trabalhadores (PT). Logo que assumiu o cargo de ministra, em janeiro de 2015, ela declarou que não existe latifúndio no Brasil⁶⁰ e que não toleraria “invasões” de terra, em alusão aos processos de ocupação efetuados por movimentos de luta por terra no Brasil (Eidam, 2015). A negação da existência do latifúndio, fortalecida institucionalmente num ministério, é assumida com verdade orientadora de práticas governamentais que desconsideram a realidade concreta e favorece os grandes agroempresários brasileiros.

Insistindo em mais um exemplo de distorção da realidade em favor da classe dominante, no dia 01 de janeiro de 2019, primeiro dia como presidente do Brasil, o político de extrema-direita e neoliberal, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), transferiu da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, a competência de identificar, delimitar e demarcar as reservas indígenas no país. A ministra escolhida por Bolsonaro para chefiar o Ministério da Agricultura é a deputada Tereza Cristina, do Partido Democratas (DEM), também presidente da Frente Parlamentar Agropecuária. Seu nome foi indicado pela bancada ruralista, que representa os interesses do agronegócio no Congresso Nacional. No dia seguinte, em uma publicação no Twitter, o presidente criticou a extensão de terras asseguradas por lei para a população indígena e comunidades quilombolas, alegando a necessidade de “valorizar” e “integrar” à heterogênea sociedade brasileira cerca de um milhão de indígenas e quilombolas (Mazui, 2019).

⁵⁹ Lembremos aqui da experiência da Psicologia no campo chileno, estimulando o desenvolvimento de subjetividades empresariais em camponeses e camponesas (Zamora, 2015); e, no Uruguai, onde a Psicologia se ocupou, na década de 1950, de contribuir na formação, capacitação e seleção de trabalhadores e trabalhadoras para o agronegócio (Migliaro, 2015).

⁶⁰ A declaração feita pela ex-ministra se contrapõe aos dados do cadastro de imóveis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que mostra que entre 2003 e 2010 o número de latifúndios no Brasil cresceu 48, %.

Sob o discurso de valorização e integração das comunidades indígenas, o que se pretende é mascarar ideologicamente o uso das instituições do Estado, hegemônicas por forças capitalistas, para o agronegócio explorar áreas antes protegidas por lei. No entanto, com o apoio de empresas de comunicação de massa, o que é veiculado e se consolida na crença popular é um suposto desejo humanitário de favorecer setores historicamente marginalizados e violentados pelo capital. Com efeito, o apoio popular esvazia a necessidade de imposição arbitrária do real interesse da classe dominante.

Amparados nas relações concretas de produção, discursos e teorias requintados ou menos elaborados favorecem a continuidade da expansão e acumulação capitalista no campo. Como efeito disso, perduram as resistências ao projeto de reforma agrária e a distância entre milhares de camponeses e camponesas da terra e dos demais meios de produção capazes de garantir a existência. Nesse sentido, é urgente que se construam críticas com maior alcance popular, a fim de descortinar, para as maiorias populares, as razões por trás do discurso dominante, que há séculos sofrem remodelações e sobrevivem na América Latina – especialmente no Brasil (Farias, 2014).

Ou seja, é urgente que a Psicologia Rural se implique na tarefa de desideologização dos processos referentes à concentração de terras, ao agronegócio, às medidas políticas que justificam sua manutenção e bloqueio da reforma agrária brasileira, perpetuando a miséria, adoecimento e morte das maiorias populares camponesas.

5.7 Psicologia Rural e o MST na luta por Reforma Agrária

“Ocupação é a única solução⁶¹” MST, 1985.

A maior parte dos movimentos populares atuais atuantes no campo foi gestada na resistência ao projeto modernizador e conservador das grandes propriedades fundiárias (Grzybowski, 1991). Entre os atores políticos que foram se forjando nesse cenário, encontra-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sujeito político coletivo com participação central na construção popular e progressiva da reforma agrária brasileira.

Como parte do acúmulo histórico de lutas contra o latifúndio e suas mazelas, o MST foi fundado entre os dias 20 e 22 de janeiro, em 1984, em Cascavel, cidade paranaense, no 1º

⁶¹ Palavra de ordem eleita pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em seu 1º Congresso Nacional, realizado em Curitiba, em 1985 população (Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015, p. 34).

Encontro Nacional dos Sem Terra. O evento foi um marco na construção de unidade entre lutas dispersas no campo, graças às repressões sistemáticas da ditadura militar-empresarial.

De acordo com Germer (1990), a base social do MST é majoritariamente composta pelo semiproletariado agrário – isto é, pequenos agricultores semiautônomos –, que não possuem terra e, por vezes, nem mesmo os instrumentos necessários para trabalhá-la. Essa característica, já em seus fundamentos, foi crucial para a elaboração dos objetivos centrais da organização: (1) lutar pela terra; (2) lutar pela reforma agrária; e, (3) lutar pela transformação da sociedade (UFSS, 2015).

A clara inclinação à luta concreta, expressa nos três objetivos supracitados, ganhou fôlego em um cenário onde qualquer iniciativa governamental para a realização da reforma agrária é esvaziada de compromisso real com a transformação da realidade no campo. A influência exercida pelo agronegócio tornou-se inegável no plano político, garantindo campanhas eleitorais de deputados afinados aos interesses dos complexos agroindustriais e com a obstrução de qualquer possibilidade de reforma agrária por dentro das instituições do Estado. Mesmo durante os governos de Lula e Dilma, quando se esperava um compromisso maior com a população camponesa, as medidas capazes de viabilizar a distribuição de terras e estimular a produção nas áreas de reforma agrária foram marginalizadas em nome de certo grau de governabilidade. Era preciso, portanto, o engajamento dos movimentos sociais na defesa de uma reforma agrária ampla, voltada para distribuição de terras, um modelo alternativo de agricultura e desenvolvimento e ampliação das disputas pelo controle de sementes, territórios, tecnologias e biodiversidade. No entanto, essas conquistas só são possíveis com o crescimento do número de ocupações e consequente provocação do governo empresarial para negociação, construção e efetivação de políticas de desenvolvimento rural (UFSS, 2015).

Agora, precisamos defender um novo projeto de reforma agrária, uma reforma agrária que seja popular. Não basta uma reforma agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matéria-primas e alimentos para a sociedade urbano-industrial. (...) Construir a Reforma Agrária Popular significa adotar um novo modelo de produção, baseado no manejo racional do meio ambiente, a agroecologia, com uso de técnicas que garantam a sua produtividade, diminuindo a penosidade do trabalho agrícola, mas respeitando a saúde do camponês e do trabalhador urbano que consome alimentos. (...) Portanto, a Reforma Agrária Popular que defendemos baseia-se na defesa da soberania, no respeito, no combate à mercantilização dos bens da natureza e na produção de alimentos saudáveis para alimentar a população. (UFSS, 2015, p. 66).

Com uma noção mais ampliada de reforma agrária, o MST incorporou outras bandeiras de luta de suma importância para a manutenção da vida e a resistência no campo. Debates sobre

Educação do Campo, Saúde do Campo, soberania e segurança alimentar, crédito rural para pequenos produtores, etc., passaram a compor os espaços do movimento que, por sua vez, passou a disputar, tanto nos atos públicos, quanto nos espaços institucionais de controle social, a garantia de direitos e de transformações no modelo produtivo.

O MST está presente em 24 unidades federativas do Brasil. Estrutura-se em diretorias regionais, estaduais e nacionais, produzindo organicidade e luta através dos Núcleos de Base, assembleias, encontros, congressos e ocupações (Rotolo, 2017). O Movimento tem sido responsável por mais da metade do número de ocupações e famílias assentadas no país (Fernandes, 2016). Cerca de 80% das desapropriações realizadas entre 2000 e 2010 só ocorreram em razão da ocupação de terras improdutivas e/ou que não cumpriam sua função social. Nos assentamentos daí decorrentes, são desenvolvidos trabalhos coletivos com fins de produção de alimentos saudáveis, geração de renda e melhorias nas condições de vida das famílias assentadas (MST, 2010).

Entre as, aproximadamente, 4 milhões e 360 mil pequenas propriedades brasileiras, cerca de 900 mil existem graças a projetos de assentamentos e, apesar de possuírem apenas 24% das terras, em péssimas condições topográficas e com os menores fundos de fertilidade, esses assentamentos são responsáveis por 40% da renda da produção agropecuária no Brasil. Além disso, 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e brasileiras vêm da agricultura familiar, diferente das grandes propriedades que produzem para o mercado externo (MST, 2010).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essas pequenas propriedades de agricultores e agricultoras familiares produzem, empregam e geram mais renda que as grandes propriedades.

As pequenas propriedades dão emprego para 74% de toda a mão de obra no campo brasileiro. As médias e grandes, o agronegócio, mesmo com muito mais terra, só empregam 26% das pessoas que trabalham no campo. Na agricultura camponesa, em cada 100 hectares, trabalham 15 pessoas, enquanto no agronegócio, em cada 100 hectares, dão emprego para apenas 2 pessoas (média real de 1,7 pessoas/ha). (MST, 2010, p. 20).

Mesmo diante dos resultados positivos da democratização da terra, a postura histórica dos governos brasileiros, por sua vinculação à grande propriedade, tem sido a de contrarreforma agrária. Fernandes (2016) destaca a falta de infraestrutura nos assentamentos e o acesso medíocre às políticas públicas como dois dos elementos dessa contrarreforma. Em publicação feita pelo MST (2010) sobre a qualidade de vida nos assentamentos, o movimento destacou

que, entre os assentamentos formados entre 1995 e 2001, 32% não tinham moradia assegurada para as famílias; 49% não possuíam acesso à água potável; 55% não tinha acesso a eletricidade; 29% das famílias com filhos em idade escolar não acessavam a rede de ensino fundamental e 77% não acessavam a rede de ensino médio. Quanto aos serviços de saúde, 62% não contavam com acesso aos atendimentos emergenciais. A falta de investimentos do Estado em aspectos básicos da vida acaba tornando o campo um lugar difícil de habitar e estimula o êxodo em busca de melhores condições de vida – fato que beneficia a indústria urbana em busca de força de trabalho barata.

Não obstante os esforços engendrados pelos entusiastas do agronegócio para implosão da reforma agrária popular e da construção de melhores condições de vida para a população camponesa, os assentamentos já conquistados pela luta de movimentos como o MST têm buscado atender às necessidades das famílias assentadas através da organização e de esforços coletivos. São inúmeras frentes de engajamento que buscam condições apropriadas para o trabalho, produção, moradia, acesso a serviços de educação, saúde e cultura. O MST tem dedicado esforços para garantir elementos da vida cotidiana que são determinantes no estabelecimento de padrões razoáveis de vida e saúde da população camponesa. Esses esforços – em concomitância com formação de sujeitos políticos – são uma das maiores contribuições do MST para os oprimidos da sociedade brasileira. Não há dúvidas de que a sua atuação faz desse movimento um dos acontecimentos mais importantes para o cenário de lutas pela terra no século XX.

Encaminhando a discussão para as questões específicas referentes à articulação entre Psicologia da Libertação e Psicologia Rural no Brasil, destacamos o seguinte: se a luta pela terra e a oposição ao modo de produção capitalista são bandeiras centrais no MST, está claro que esse movimento, há mais de 30 anos, porta as duas tarefas propostas como horizonte de uma Psicologia Rural orientada para libertação das maiorias populares camponesas. Tendo em vista a existência de um movimento de dimensões internacionais como o MST e a sua eficiência comprovada na luta por desconcentração fundiária, como nos mostra Fernandes (2016), é razoável que, ao invés da Psicologia Rural arvorar-se na construção de caminhos individuais para operacionalização das tarefas aqui propostas, ela se aproxime do movimento e construa, junto aos sem terras brasileiros, estratégias de fortalecimento deste e de outras organizações camponesas que caminham na mesma direção.

Não raro, encontramos na produção de Martín-Baró (1987b, 1987d) o incentivo à articulação da Psicologia com os movimentos populares enquanto estratégia de libertação. Segundo o autor, um dos objetivos da Psicologia Social Latino-americana deve ser buscar a

Conquista do fortalecimento das opções populares. Enquanto os povos não contarem com poder social, suas necessidades serão ignoradas e sua voz silenciada. Por isso, como psicólogos, devemos contribuir para o fortalecimento de todas as mediações grupais – comunidades, cooperativas, sindicatos ou organizações populares – que buscam representar e promover os interesses das classes majoritárias. (Martín-Baró, 1987b, p. 83).

A articulação entre uma Psicologia Rural libertária e movimentos anticapitalistas e de luta por terra, como o MST, é muito pertinente do ponto de vista da Psicologia da Libertação, porque, além do cumprimento das tarefas aqui propostas, esses sujeitos coletivos desenvolvem ações que se assemelham às tarefas práticas indicadas por Martín-Baró: de desideologização da realidade, de resgate da memória histórica e de valorização das virtudes populares.

A compreensão de que a tomada de consciência sobre os mecanismos opressores constitui um degrau importante nos processos de transformação social, habita também o MST desde o início de suas lutas. Segundo Rodrigues (2017), o próprio embate contra as forças capitalistas que ainda hegemonomizam o Estado brasileiro trouxe como exigência teórica a compreensão sobre: que cenário é esse? Quais são as suas particularidades históricas? Como se organizam as forças políticas que impedem as mudanças radicais nessa estrutura? Como se organizar para conseguir superar o quadro de opressões históricas?

Assim, lado a lado com a luta direta contra o latifúndio, expressa nas ocupações de terras que não cumprem sua função social, o MST precisou preocupar-se com processos de conscientização daqueles que aderiam à luta. Só o abandono da superficialidade da experiência cotidiana e compreensão das profundas raízes históricas seria capaz de construir uma comunidade de sentido e consolidar a luta contra o capital e a concentração fundiária brasileira.

Segundo Sampaio Jr., corroborando as formulações de Martín-Baró sobre a necessidade de desideologização da realidade:

No contexto de uma situação concreta que camufla os elementos essenciais da realidade, a visão crítica depende de um elemento externo às relações imediatas do proletariado com o capital. Somente quando exposto à reflexão crítica da realidade, que desnuda as forças motrizes que determinam a luta de classes, o proletariado tem condições de realizar um salto de qualidade no seu grau de consciência de classe e adquirir a clareza política e a consciência ideológica necessárias para impulsionar a luta revolucionária. (Sampaio Jr., 2011, p. 23).

A tarefa de conscientização e consequente desideologização da realidade, segundo Rodrigues (2017), se concretiza, ainda hoje, nas formações políticas desenvolvidas pelo MST para quem compõe os seus quadros, priorizando o desenvolvimento de uma consciência política capaz de decodificar a realidade nacional, entender o real objetivo final da luta dos trabalhadores e trabalhadoras – o de superação do modo de produção capitalista – e a criação de condições para a luta concreta.

Aqueles que aderem ao MST, segundo Caldart (2004, *apud* Rodrigues, 2017), fazem o percurso de conscientização sobre como a terra foi distribuída e apropriada historicamente no Brasil. Em seu processo formativo, militantes têm acesso à legislação e aos dados que informam os níveis de concentração fundiárias nas diferentes regiões do país e estudam sobre os interesses capitalistas na exploração do trabalho no campo. Assim, pelo resgate da memória histórica do povo camponês possibilitado pelo acesso à história do desenvolvimento do campo brasileiro e da resistência popular, o MST fortalece a contestação organizada ao ordenamento social opressor, a formação de uma consciência de classe e a esperança de, por meio da organização e luta popular, construir uma realidade alternativa.

Há ainda um outro ponto de semelhança entre as tarefas práticas propostas por Martín-Baró (2011b) e as ações desenvolvidas pelo MST que gostaria de dar destaque: a valorização das virtudes populares.

As ocupações realizadas pelo MST em terras que não cumprem a sua função social e que, de acordo com o Artigo 184 da Constituição Federal de 1988⁶², devem ser desapropriadas para fins de reforma agrária, têm como resultado imediato a formação de acampamentos e, com frequência, de assentamentos⁶³. São nesses aglomerados que se constituem os espaços de socialização entre pessoas com as histórias de vida mais diversas, mas que compartilham a privação de condições básicas para a sobrevivência. Nesse espaços onde se compartilham as intensidades de uma vida em coletivo, gradativamente vão se construindo, lado a lado com os processos de conscientização, novas relações interpessoais marcadas por laços de solidariedade, desconstrução de papéis sociais, desenvolvimento prático de habilidades de convivência e

⁶² Conforme o caput do Art. 184, da CF/88: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei” (Brasil, 1988/2000).

⁶³ A fase de acampamento é quando as terras que não cumprem sua função social ainda não foram divididas e distribuídas como efeito das negociações entre Estado e proprietário. Feita a divisão e garantido o direito de uso e posse, as áreas ocupadas tornam-se assentamento, pré-requisito essencial para que se inicie o pleito por crédito para construção de habitação e engajamento na produção agrícola.

posicionamento político frente as injustiças, sem as quais o coletivo tende a não prosperar em sua luta.

A própria realidade de privação, comum às maiorias populares para as quais Martín-Baró orienta seu projeto ético-político, cria, dialeticamente, as condições para que as virtudes populares amadureçam e viabilizem a sobrevivência dos oprimidos. As conquistas graduais – sejam elas produzidas por mudanças objetivas ou nas práticas cotidianas da vida em coletividade – vão demonstrando o quão importantes são essas virtudes para que o horizonte de libertação se mantenha firme. Para além do cotidiano, há espaços festivos, processos de formação política, encontros nacionais, estaduais, regionais e locais do MST, encontros da juventude, de mulheres e crianças camponesas (os “sem terrinhas”), etc. Todos são eventos em que as virtudes populares ganham destaque e são passadas de geração para geração como um dos pilares estruturantes da identidade dos sem-terra.

O conjunto de ações empreendido pelo MST – afinado com as tarefas propostas por Martín-Baró para a Psicologia que se volta na direção dos mais pobres – constitui um exemplo importante para a Psicologia Rural brasileira, quando orientada para o fortalecimento da luta anticapitalista e favorável à reforma agrária brasileira. Ratificamos, portanto, a importância da Psicologia Rural estreitar os seus laços com esse movimento de luta pela terra, e contribuir, a partir das suas especificidades, para os processos de mudança no campo, fundamentais na garantia da vida, saúde e dignidade das maiorias populares camponesas.

5.8 Atenção e cuidados em saúde mental nos cenários de conflito por terra

Segundo Martín-Baró (1984, p. 251), o olhar lançado sobre a saúde mental de um povo deve alicerçar-se no contexto histórico em que esse povo “elabora e efetiva a sua existência na rede de relações sociais”. Essa perspectiva permite que seja feita uma avaliação que considere os impactos dos eventos sociais sobre os quadros de adoecimento e que parte de novas coordenadas de análise sobre a efetividade das intervenções.

Contra uma concepção reducionista hegemônica que compreende a saúde mental a partir dos traços individuais, o autor afirma:

Se a especificidade dos seres humanos reside menos em um aparato para a vida (i. é, em seu organismo) e mais no caráter da vida que é constituída historicamente, a saúde mental deixa de ser um problema terminal e converte-se em um problema fundante. Não se trata de um funcionamento satisfatório do indivíduo; trata-se de um caráter básico das relações humanas que define as possibilidades de humanização disponíveis para os

membros de cada sociedade e grupo. Em termos mais diretos, a saúde mental é muito mais uma dimensão das relações entre as pessoas e grupos do que um estado individual, ainda que esta dimensão se enraíze de maneira diferente no organismo de cada um dos indivíduos envolvidos nas relações. (Martín-Baró, 1984, p. 253).

Ao assumir essa perspectiva, o autor não pretende incorrer em um reducionismo social – erro tão grave quanto o reducionismo individual. Trata-se de, considerando o indivíduo enquanto ser social, indicar a real possibilidade de enxergar a saúde ou os transtornos mentais como materialização das relações históricas em uma pessoa ou grupo.

Ao problematizar as concepções hegemônicas no cenário de guerra civil vivenciado em El Salvador, Martín-Baró (1984, p.255) problematiza alguns traços psíquicos considerando a realidade experienciada por camponesas e camponeses salvadorenhos que se encontravam desalojados pelo conflito armado e sob ameaças constantes dos esquadrões da morte e operativos militares. Um conflito marcado pela violência diária, oriunda “da essência de uma ordem social imperante, uma ordem classista, isto é, da coerção parcial que resulta dos interesses que a determinam” (Martín-Baró, 1982, p.238).

O autor nos mostra como a experiência de vulnerabilidade social, perigo e terror dos salvadorenhos deixavam marcas profundas no psiquismo das pessoas, produzindo um trauma psicossocial⁶⁴ (Martín-Baró, 1988) – principalmente das crianças, pondo em questão os critérios de normalidade a partir de uma determinada dinâmica sociopolítica. Ações que poderiam ser interpretadas como traços de delírio paranóide – “estavam constantemente alerta, multiplicavam-se as instâncias de vigilância, não confiavam em qualquer pessoa desconhecida, suspeitavam de todos que se aproximavam deles, examinavam os gestos e as palavras em busca de prováveis perigos” (p. 325) – faziam todo sentido quando observadas as circunstâncias de perigo e iminência de ataques, fazendo da “hiperdesconfiança” o comportamento mais adequado na situação vital em que se encontravam. O que é considerado normal ou patológico, portanto, não deve prescindir de um olhar atento para o cenário onde o questionamento é colocado.

⁶⁴ Ao debruçar-se sobre as condições concretas de vida da população latino-americana, Martín-Baró (1988) desenvolveu uma compreensão material, histórica e crítica sobre saúde mental. Segundo o autor, o trauma psíquico espelha uma relação peculiar com determinada realidade material, sendo ele, portanto, psicossocial. Considerando, por exemplo, o cenário de violência, polarização social e mentira institucional que marcou a guerra civil salvadorenha, Martín-Baró (1988) destaca as relações existentes entre esses aspectos da realidade e as sequelas deixadas pelo conflito no psiquismo de crianças, jovens e adultos.

O fato é que se as especificidades da saúde mental de um povo estão associadas às relações interpessoais e grupais que se estabelecem em determinado recorte histórico, é possível que a entendamos atentando também para os acontecimentos que interferem substancialmente na vida deste povo, como crises ambientais, socioeconômicas e conflitos de classe (Martín-Baró, 1984), expressos, por exemplo, na luta por terra no Brasil.

Para além da violência física direta – segundo o Relatório Conflitos no Campo – Brasil 2017, produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018), o número de assassinatos de camponeses e camponesas em conflitos por terra cresceu 17%, em 2017. As violências decorrentes de ameaças, das expropriações fundadas em grilagens, das privações no acesso aos serviços públicos, das relações trabalhistas precarizadas, da baixa renda, etc., têm um impacto inegável sobre a saúde mental das maiorias populares camponesas, acarretando diversos transtornos, mesmo quando se encontram organizadas em movimentos de luta popular⁶⁵.

A manutenção desse cenário adoecedor é possibilitado por diferentes forças. Uma delas, segundo Martín-Baró (1982), é a de justificação da violência no campo ideológico. Além da mídia burguesa, que não cessa esforços em criminalizar os movimentos populares e construir uma opinião pública contrária às mobilizações, o direito burguês, empenhado em blindar a propriedade privada, contribui para a polarização da opinião pública. Os dois aparatos alimentam a imagem de que aqueles que ameaçam os privilégios históricos dos grandes proprietários de terras são um risco para a harmonia social e, por isso, merecedores da retaliação particular ou da repressão implacável do Estado.

A polarização no nível das ideias espelha uma realidade concreta cuja disparidade põe em polos opostos e, fundamentalmente, antagônicos, a opulência do latifúndio e a miséria das maiorias populares camponesas. A contradição entre os interesses de um povo explorado e faminto e os interesses de uma minoria privilegiada e violenta na defesa dos seus interesses, não pode ser negada. No entanto, a questão para a qual chamamos a atenção é o modo como a distorção ideológica qualifica de forma tendenciosa polos em conflito: aqueles que historicamente lutam pela possibilidade de uma vida digna aparecem como o polo daninho que deteriora o tecido social, enquanto aqueles que garantem a existência de uma sociedade esfacelada pela desigualdade são apontados como polo que harmoniza a esfera social.

⁶⁵ Estudos realizados com o objetivo analisar nexos existentes entre ambiente e saúde, assim como rastrear a incidência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) – quadros sintomáticos sem patologia orgânica associada (transtorno de ansiedade generalizado (TAG), depressão, somatizações, insônia, et.) – têm apontado para associações entre esses quadros e as condições de vida e trabalho da população camponesa (Faria et. al, 1999; Silva et. al, 2016; Ronzani et. al, 2016; Belarmino et. al, 2016).

Essa polarização ideológica é analisada por Martín-Baró (1982, 1987e, 1988, 1985b) em diferentes textos, por ter sido essa uma estratégia central na justificação da violência exercida pelas forças estatais sobre os insurgentes, durante a guerra civil em El Salvador. Não obstante seus efeitos, o autor destaca também o resultado dos esforços desideologizadores para descortinar os falseamentos da classe dominante:

A nova consciência dos grupos oprimidos decompôs o discurso formal elaborado pelos grupos dominantes e as formas tradicionais de definir a verdade e ver a realidade salvadorenha, tanto no nível formal dos valores sociais e da legislação imperante quanto no nível informal, que não é de importância menor, da interação cotidiana. Esse discurso, essa definição, esses valores apareceram em todo o seu caráter ideológico, apareceram como esquemas que correspondem aos interesses da classe dominante e não de toda coletividade. (Martín-Baró, 1982, p. 242).

É importante, portanto, que, frente à existência dessas forças superestruturais, a Psicologia Rural dedique alguma energia para as ações de desideologização dos conflitos que compõem a luta por reforma agrária no Brasil, esvaziando as justificativas que sustentam a ação truculenta e sanguinária do Estado e dos grandes proprietários de terra. De acordo com Martín-Baró,

Ao psicólogo social cabe ajudar a dismantelar o discurso ideológico que oculta e justifica a violência. Trata-se de desmascarar os interesses de classe que estabelecem a desigualdade social e as atitudes discriminatórias e de explicitar os mecanismos e as racionalizações pelas quais a opressão e a repressão se legitimam e perpetuam. (Martín-Baró, 1982, p. 247).

No entanto, mesmo considerando a atuação no nível ideológico como uma tarefa essencial, há um nível mais imediato da vida para o qual a Psicologia Rural deve dedicar-se para manter a luta acesa. É importante garantir que os que lutam caminhem sobre os próprios pés. Isto significa que, a partir dos saberes específicos em Psicologia, é necessário prestar cuidados em saúde mental para populações violentadas e adoecidas pelas opressões estruturais e cotidianas. Como afirma Martín-Baró:

Há, é claro, tarefas imediatas. Atender as necessidades sentidas no processo de enfrentamento. Atender a angústia, o pânico, o *stress* coletivo que pendem sobre o povo (...). Ajudá-lo a enfrentar a situação de repressão selvagem, de desumanização social e tirar proveito disso para o seu crescimento humano e social. (Martín-Baró, 1980, p. 28).

Para tanto, é fundamental que os psicólogos e as psicólogas atuantes no campo brasileiro, aprofundem seus conhecimentos em métodos terapêuticos capazes de atender às demandas de cuidado que emergem nas zonas de conflito e desintegração social. Contudo, a

preocupação com a prestação de cuidados específicos não deve se sobrepor à busca necessária por modos de compreensão e intervenção que partam da “perspectiva do povo e suas organizações representativas”. Do contrário, “colocar uma ciência fundamentada em termos individualistas e viciados a serviço da comunidade, só resultaria na reintrodução ou manutenção das necessidades e vivências do homem ‘capitalista’” (Martín-Baró, 1980, p. 28).

Por fim, é importante ressaltar aquilo que atravessa os escritos de Martín-Baró em seu compromisso com os oprimidos da América Latina: a imprescindibilidade de não perder de vista uma prática orientada para a transformação social. Quando não atrelado a esse esforço, o cuidado clínico – seja ele individualizado ou em grupo – estará limitado, até quando promovido pelo mais bem intencionado e preparado dos profissionais, à estabilização dos sofrimentos, contribuindo para a manutenção de estruturas opressoras. Vimos nesse trabalho que o desenvolvimento do modo de produção capitalista gera efeitos danosos sobre a vida das maiorias populares oprimidas. Sendo assim, não é coerente que uma área do conhecimento orientada para processos de cuidado da vida humana deixe de fora das suas estratégias de cuidado um enfrentamento anticapitalista.

Nos cuidados pensados especificamente para a população camponesa no Brasil, assumir um posicionamento anticapitalista e de fortalecimento da construção da Reforma Agrária são tarefas essenciais para a Psicologia Rural – partindo do pressuposto de que esta esteja de fato em cuidar efetivamente da população do campo. Tais tarefas podem ser desenvolvidas de inúmeras maneiras. Algumas delas são: desenvolver pesquisas e processos educativos que, partindo de um mergulho na realidade do campo brasileiro, revelem fatos escamoteados pela ideologia da classe dominante e, assim, instrumentalize os processos de luta camponesa; fortalecer as organizações de luta popular favoráveis à Reforma Agrária no Brasil; e, de modo concomitante às ações de desideologização da realidade, atuar no nível assistencial cuidando de camponeses e camponesas expostos às violências estruturais e cotidianas no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se interfaces entre a Psicologia da Libertação e a Psicologia Rural, com o objetivo de estimular uma práxis em Psicologia no campo brasileiro atenta às especificidades estruturais desse território e seus desdobramentos sobre as condições de vida e saúde das populações camponesas. Para tanto, foi realizada uma digressão sobre a história do desenvolvimento do campo que indicou tanto a importância de um estudo atento sobre as implicações do modo de produção capitalista sobre as condições de vida e níveis de saúde no contexto rural, quanto similaridades entre seus efeitos opressores estruturais no mundo camponês salvadorenho – abordado pela Psicologia da Libertação – e o mundo camponês brasileiro, sobre o qual nos debruçamos.

Diferente da produção mercantil simples⁶⁶ – gestada ainda no modo de produção escravista e desenvolvida, principalmente, a partir do século XIII –, no modo de produção capitalista, homens e mulheres implicadas diretamente na produção dos utensílios necessários para a manutenção da vida, não são proprietários dos meios de produção utilizados no trabalho (Netto & Braz, 2006). Vimos como essa separação entre produtores diretos e meios de produção foi operada por meio de violências brutais e sistemáticas protagonizadas por elites econômicas que, via cercamentos e expulsões sucessivas de milhares de camponeses e camponesas de suas terras, garantiram as condições básicas para o desenvolvimento da acumulação capitalista e a formação de uma massa de economicamente miseráveis, disposta a ocupar postos de trabalho precarizados na emergente indústria capitalista (Lenin, 1982; Kautsky, 1972; Prado Jr., 1960, 1970, 1976, 1979).

Como destaca Marx (1994), esse violento processo, a acumulação primitiva de capital, não foi um fenômeno acidental. Observada nos diferentes cenários onde o modo de produção capitalista se desenvolveu (Lenin, 1982; Kautsky, 1972), a acumulação primitiva foi realizada

⁶⁶ Trata-se do processo de produção de mercadorias em que os trabalhadores e trabalhadoras são donos dos meios de produção e, originalmente, não se estabelece sobre relações de exploração. Além disso, a produção se dá, basicamente, regida pelas demandas de um mercado local. Com a extensão e diversificação do comércio, a partir do século XIII, os comerciantes deixaram gradativamente seu papel na produção direta de mercadorias e assumiram um lugar intermediário na relação entre produtores diretos e consumidores, limitando-se à compra de mercadorias baratas e sua posterior venda a altos preços – base do capital comercial. O enriquecimento advindo dessa prática, possibilitou que a acumulação de capital se desse não mais pela simples compra e venda de mercadorias a altos preços, mas, pela exploração da força de trabalho de homens e mulheres mais pobres. Ricos artesãos, por exemplo, enriqueceram a partir da exploração de aprendizes, limitando a sua participação à comercialização das mercadorias por aqueles produzidas. Isto é, os donos dos meios de produção (ricos artesãos), ao explorarem seus trabalhadores e trabalhadoras, possuíam apenas a sua força de trabalho (aprendizes), garantiam seus lucros e desenvolvimento germinal da produção mercantil capitalista. É importante destacar que, embora tenha tido um papel significativo na construção dos fundamentos capitalistas, foi o processo de acumulação primitiva observada no final do século XV até meados do século XVIII o fenômeno que deu margens sólidas para o desenvolvimento do novo modo de produção (Netto & Braz, 2006).

com o propósito de garantir uma formação social dividida entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles para quem, após expulsões e expropriações dos seus meios produtivos, restou apenas submeter a própria força vital (força de trabalho) à exploração capitalista com o fim de garantir a sobrevivência. A cisão teve como fim construir condições adequadas para exploração das massas e enriquecimento progressivo da classe dominante (Marx, 1994).

Em análise do desenvolvimento do campo brasileiro, vimos o modo como esses processos de separação foram se desenvolvendo desde o período colonial. Populações foram exterminadas por sua oposição às invasões portuguesas, suas terras comunais foram fracionadas e distribuídas em grandes parcelas entre portugueses com o objetivo de atender às demandas do mercado europeu e expandir as divisas do lucro burguês. A invasão portuguesa, o genocídio indígena, o fatiamento do território pela Coroa, a escravização de trabalhadores e trabalhadoras africanas, o recente estabelecimento legal de linhas de crédito para investimentos no latifúndio, o esgarçamento das restrições de responsabilidade ambiental, a morosidade nos processos de desapropriação para reforma agrária e os massacres em prol da maior concentração de terras. Tudo isso mostra como, no Brasil, os mais distintos recursos são sistematicamente usados para garantir privilégios e o enriquecimento progressivo de pequenos grupos em detrimento de uma maioria despossuída dos meios de produção no campo. Esta maioria, quando não é morta nos inúmeros conflitos em busca da possibilidade de produzir e reproduzir a vida, têm amargado precárias condições de vida (Andrade, 1979; Farias, 2014; Prado Jr., 1960, 1979; Stedile, 2011).

A partir da segunda metade do século XX, autores da epidemiologia crítica latino-americana e outros pesquisadores da saúde (Albuquerque & Silva, 2014; Breilh, 2010; Breilh & Granda, 1983; Costa, Dimenstein & Leite, 2014; Dimenstein et al, 2016; Fleury-Teixeira & Bronzo, 2010) deram destaque ao modo como essas precárias condições de vida exercem impacto direto sobre as condições de saúde de indivíduos e populações, trazendo para o debate aspectos que antes eram marginalizados nas discussões sobre adoecimento, morte e promoção de saúde.

A concentração de riquezas, meios produtivos e consequente desigualdade social e outras condições estruturantes do capitalismo foram apontadas como determinantes sociais da saúde, pois exploração e empobrecimento sistemático das maiorias populares necessariamente produz adoecimento. Sua superação está na construção de modelos de sociedade em que a exploração do homem pelo homem e a concentração de riquezas não são estruturantes no convívio social.

Na Carta de Ottawa, documento formulado na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, publicada em novembro de 1986, e que ainda nos serve como referência para pensarmos saúde na atualidade lê-se: “As condições e os recursos fundamentais para a saúde são: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade. O incremento nas condições de saúde requer uma base sólida nestes pré-requisitos básicos.” (Carta de Ottawa, 1986). Como desdobramento, podemos mencionar ainda a Lei nº 8.080 (Lei Orgânica do SUS), onde está registrado que: “a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços essenciais” (Brasil, 1990).

Entre os elementos que compõem o conjunto de determinantes sociais da saúde, o acesso à terra tem sido entendido como um dos fatores de peso (Brasil, 2013; Delgado, 2012), pois, está associada à possibilidade de garantir a subsistência e o desenvolvimento pessoal de camponeses e camponesas. No limite, isto significa reconhecer que a restrição no acesso à terra restringe também o alcance de maiores níveis de saúde e limita as possibilidades de produção e reprodução da vida humana.

Temos, portanto, algumas considerações a fazer. A primeira delas é que: qualquer engajamento profissional com o objetivo de promover cuidados à vida humana, não pode eximir-se de uma contestação ao modo de produção capitalista enquanto modelo de desenvolvimento econômico que degrada a vida. A concentração de terras no Brasil é resultado direto da acumulação capitalista e, portanto, constitui um dos elementos determinantes das condições de vida e saúde camponesa. Logo, a discussão sobre a promoção de cuidados em saúde no campo brasileiro, passa, necessariamente, por um olhar atento às mazelas geradas pelo capitalismo e a histórica concentração fundiária, devendo pautar tanto a democratização do acesso à terra quanto a garantia real aos direitos civis, culturais, políticos e sociais de camponeses e camponesas.

A segunda consideração diz respeito, especificamente, à atuação de profissionais de Psicologia na atenção e cuidados às populações camponesas. Se partimos do pressuposto de que as condições materiais de vida relacionam-se diretamente com as condições de saúde humana (Albuquerque & Silva, 2014), e que, a concentração de terras no Brasil tem legado às maiorias populares que habitam o campo condições precárias de vida e saúde, a práxis em Psicologia Rural deve assumir como eixo estruturante as ações que contribuem nos processos

de transformação social, não prescindindo de um posicionamento anticapitalista e que some forças aos processos de construção da reforma agrária brasileira.

A defesa de uma práxis contestatória e transformadora da realidade está presente de forma transversal na obra de Ignacio Martín-Baró. Para o autor: “tem validade a afirmação de que a preocupação do cientista social não deve centrar-se tanto em explicar o mundo, mas em transformá-lo⁶⁷” (Martín-Baró, 2011b, p. 183). Assim, a prática em Psicologia, historicamente inclinada para o atendimento das demandas da sociedade capitalista, deve voltar-se para as condições concretas de existência das maiorias populares empobrecidas e cotidianamente oprimidas, e se engajar na elaboração de teorias e práticas que respondam de fato aos seus problemas. Do contrário, o fazer em Psicologia continuará atendendo, ainda que indiretamente, à manutenção de uma realidade socialmente desigual e opressora.

Nesse sentido, as críticas, considerações teóricas e orientações práticas reunidas no projeto ético-político de Martín-Baró, a Psicologia da Libertação, são de suma importância para a construção de uma Psicologia Rural de fato interessada em contribuir para a resolução dos problemas e angústias vivenciadas pelas maiorias populares camponesas. Em alusão ao entendimento de Landini (2015, p. 24)⁶⁸, para quem a Psicologia da Libertação deve atentar-se para os problemas vivenciados nos “ambientes rurais”, é adequado afirmar que se a Psicologia Rural quer realmente trabalhar com os setores populares que habitam o campo brasileiro, prezando por uma práxis transformadora e emancipatória frente aos cenários de opressão, adoecimento e morte, ela deve também atentar-se aos problemas estruturais que perpassam o campo, assim como, observar o quehacer proposto por Martín-Baró, cuja intervenção prevê um olhar cuidadoso às peculiaridades estruturantes da sociabilidade capitalista.

⁶⁷ Nesse trecho, o autor faz alusão à XI Tese sobre Feuerbach, escrita por Marx (2009).

⁶⁸ “Así, queda claro que si la psicología comunitaria o la psicología de la liberación quieren realmente trabajar con los sectores excluidos, entonces tienen que prestar particular atención a las problemáticas propias de los ámbitos rurales” (Landini, 2015, p.24).

Referências Bibliográficas

- Albuquerque, G.S.C., Silva, M.J.S. (2014). Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965.
- Brasil (1986). Ministério da Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde. In: *Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília: MS.
- Alcantara Filho, J. L. A. & Fontes, R. M. O. (2009). A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v.4, nº7, Jul-Dez.
- Andrade, M. C. de. (1979). *Agricultura & Capitalismo*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Belarmino, V. H., Silva, M., Dimenstein, M., Leite, J., Macedo, J. P., Danta, C., Torquato, J., Silva, E. (2016). Condições de vida no meio rural: iniquidades sociais e saúde mental. In: Dimenstein, M., & Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). *Condições de vida e Saúde Mental em contextos rurais* (pp. 195-220). São Paulo: Intermeios.
- Boechat, F. M. (2017). A Psicologia Brasileira nos Ciclos Democrático-Nacional e Democrático-Popular. In: Hur, D. & Lacerda Jr., F (2017) (orgs.) *Psicologia: Ciência e Profissão – Psicologia e Democracia*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília/DF, Brasil.
- Bottomore, T. (2001). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Brasil (1990). Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Lei Orgânica da Saúde*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: MS.
- Brasil. (2000). Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas.

Brasil. (2013). *Política Nacional de Saúde integral das Populações do Campo e da Floresta*. Brasília: Ministério da Saúde.

Breilh, J. (2010). Lastres ‘S’ de ladeterminación de la vida 10 tesishacia una visión crítica de ladeterminación social de la vida y lasalud (pp. 87-125). In: Nogueira, R.P. (Org.) (2010). *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes.

Bruneau, T.C. (1985). Church and Politics in Brazil: the Genesis of Change. *Journal of Latin-American Studies* (pp. 286). Cambridge University Press.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). (2018). Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Conflitos no Campo – Brasil 2017*. Goiânia: CPT Nacional.

Camurça, C.E.S., Ximenes, V.M. (2016). Novos cenários da pobreza e da seca na zona rural nordestina: suas implicações na saúde mental. In: Dimenstein, M., & Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). (2016). *Condições de vida e Saúde Mental em contetos rurais* (pp.175-194). São Paulo: Intermeios.

Caldart, R. (2011). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular.

Cario, S., &Buzanelo, E. (1986). Notas sobre a teoria Marxista da renda da terra. *Revista de Ciências Humanas*, 5(8), 32-47. doi :<http://dx.doi.org/10.5007/23542>.

Carneiro, F. F. (Org.) (2015). *Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular.

Carta de Ottawa. In: 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa, Canadá; 1986 [acesso em 17 de nov., 2011]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf

Castilho, A. (2017). Frente Parlamentar da Agropecuária compôs 50% dos votos do impeachment e 51% dos votos para manter Temer. *De olho nos ruralistas: Observatório do Agronegócio no Brasil*. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/25/frente-parlamentar->

da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer/. Acesso em: 15 de março, 2019.

Centro de Documentação Tomás Balduino (CEDOC) – Comissão Pastoral da Terra (CPT). (2017). *Assassinatos Conflitos no Campo 2017*. Goiânia: CPT.

Concílio Vaticano II. (1985). *Gaudium et Spes (Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo actual)*. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html

Costa, M. C.S.G., Dimenstein, D. B., & Leite, J.F. (2014). *Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas*. Estudos de Psicologia. 19(2), 145-154, doi:10.1590/S1413-294X2014000200007. Natal.

Cristina, G., Vasquez, F. (2009). *A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas*. Psicologia, Ciência e Profissão, v.29, p.856-867.

Delgado, G. C. (2012). *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século, (1965- 2012)*. Porto Alegre: UFRGS.

Delgado, G. (2012). *Questão Agrária e Saúde*. Rio de Janeiro: CEBES.

Dimenstein, M., Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). (2016). *Condições de vida e Saúde Mental em contetos rurais*. São Paulo: Intermeios.

Dimenstein, M. et al. (2016). Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais. In: Dimenstein, M., & Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). (2016). *Condições de vida e Saúde Mental em contetos rurais* (pp. 95-118).. São Paulo: Intermeios.

Dobles, I. (2011). Psicologia da Libertação. Condições de Possibilidade. In: Guzzo, R.S. Lacerda Jr., F. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 165-179). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.

- Eidam, V. (2015). *Questão Agrária: um diálogo entre clássicos e a luta camponesa contemporânea*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Emiliano da Silva, L., Freire, F.H.M.A, Pereira, R.H.M. (2016). Diferenciais de mortalidade por escolaridade da população adulta brasileira, em 2010. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 32(4):e00019815, abr.
- Engels, F. (1896). Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em Homem. In: Antunes, R. (2004). *A dialética do trabalho - Escritos de Marx e Engels*. Expressão Popular: São Paulo.
- Faria, N. M. X., Facchini, L.A., Fassa, A. C. G., Tomasi, E. (1999). Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil). *Revista de Saúde Pública*, 16(1), 115-128.
- Ferraro, B. (2011). A Teologia da Libertação: ligação de fé – vida e opção pelos pobres. In: Guzzo, R.S. Lacerda Jr., F. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 41-48). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Fernandes, B. M. (2016). A importância da reforma agrária para o desenvolvimento do Brasil. In: Dimenstein, M.; Leite, J.; Macedo, J. P.; Dantas, C. (Orgs.) (2016). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Intermeios; Brasília: Cnpq; Natal: UFRN; Teresina: UFPI; Fapepi.
- Fernandes B. M. (2001). *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. Revista de Cultura Vozes.
- Fleury-Teixeira, P. T. F. (1999). A Individualidade Humana na Obra Marxiana de 1843 a 1848. *Ad Hominem*, São Paulo, v. 01, p. 175 - 246.
- Fleury-Teixeira, P., Bronzo, C. (2010). Determinação social da saúde e política (pp. 37-59). In: Nogueira, R.P. (Org.) (2010). *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: Cebes.

- Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA). (2009). *Dar a lapoblación rural pobre de la República Bolivariana de Venezuela la oportunidad de salir de lapobreza*. Roma: FIDA.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Friogotto, G. (Org.). (2017). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Gaborit, M. (2011a). A realidade interpretante e o projeto de uma psicologia da libertação. *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 9-14). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Gaborit, M. (2011b). Memória histórica: reverter a história a partir das vítimas. *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 245-276). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Germer, C. (1990). Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 1990. In: Stedile, J. P. (Org.). (2013). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, v.6, p. 309-340.
- Girardi, E.P. (2008). *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira*. 349f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

- Gruda, M. P. P. (2016). Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 514-526.
- Guareschi, P. A. (2011). Pressupostos Epistemológicos Implícitos no Conceito de Libertação. In: GUZZO, R.S.L; JÚNIOR, F.L (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2011. p.49-63.
- Gutiérrez, G. (1981). *A força histórica dos pobres*. Petrópolis: Vozes.
- Graziano da Silva, J. (1984). *O que é questão agrária?* São Paulo: Brasiliense.
- Graziano da Silva, J. (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.
- Graziano da Silva, J. (1988). O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. p.137-143. In: Stédile, J. P. (Org.) (2013). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular.
- Grzybowski, C. (1991). Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: Stédile, J. P. (org.) (2013). *A questão Agrária no Brasil: o debate na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular.
- Hardy, F. (1981). *El Salvador: As trilhas do desespero*. São Paulo: Global.
- Heinrich, M. (2016). *A edição de Engels do Livro 3 de O capital e o manuscrito original de Marx*. Revista Crítica Marxista.
- Ianni, O. (1971). A formação do proletariado rural no Brasil. In: Stélide (Org.) (2012). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980*. v.2, p. 127-146. São Paulo: Expressão Popular.

- Ibáñez, L. de la C. (2011). A Psicologia Social de Martín-Baró ou o Imperativo da Crítica. In: Guzzo, R.S.L.; Lacerda Jr.F.(Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 121-151). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Iokoi, Z., Vecchi, L. Miranda, L. P. Fouto, R., Frazão, F. Machado, R., Pastore, V. D. (2015). *Cangaço Insurgentes do Nordeste. Origens no século XIX*. Manuscrito disponível em: [http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/Canga%C3%A7o.%20Insurgentes%20do%20Nordeste.%20Origens%20no%20S%C3%A9culo%20XIX%20\(joined\).pdf](http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/Canga%C3%A7o.%20Insurgentes%20do%20Nordeste.%20Origens%20no%20S%C3%A9culo%20XIX%20(joined).pdf).
- Jiménez-Domínguez, B. (2011). A articulação crítica entre Psicologia Ambiental, Política e Comunitária na Obra de Ignacio Martín-Baró. In: Guzzo, R.S.L.; Lacerda Jr.F.(Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 153-164). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Kaplan, G. A. (1996). People and places: constratingperspectives on the association between social class and heath. *International Journal of Heath Sevices: Planning, Administration, Evaluation*, 26, 507-519. Doi: 10.2190/4CUU-7B3G-G4XR-0K0B.
- Kautsky, K. (1972). *A Questão Agrária*. (J. Antunes, Trans.). Porto: Portucalense. (Trabalho original publicado em 1899).
- Lacerda Jr., F. & Guzzo, R.S.L. (2007). *MST e consciência de classe: estudo a partir da trajetória de vida de um militante*. *Revista Psicologia Política*.
- Lacerda Jr., F. & Guzzo, R.S.L. (2011). Sobre o sentido e a necessidade do resgate crítico da obra de Martín-Baró. In: Guzzo, R.S.L.; Lacerda Jr.F. *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 15-37). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Lacerda Jr., F. (Org.) (2017). *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Landini, F. (2015). La noción de psicología rural y sus desafíos en el contexto latinoamericano. In: Landini, F. (Org.). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 21-34). Ed: CLACSO y Universidad de la Cuenca del Plata.

Lara-Martínez, R. (2009). El Salvador, Pulgarcito de América (1946) de Julio Enrique Ávila. Crónica de un hallazgo. Boletín AFEHC, nº42. Disponível em: http://afehc-historia-centroamericana.org/index.php?action=fi_aff&id;=2259

Leite, J.F. & Dimenstein, M. (Orgs.). (2013). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: Ed UFRN.

Leite, J. F.; Silva, M.; Dimenstein, M.; Macedo, J.P.; Dantas, C.; Torquato, J.; Silva, E.; Belarmino, V.H.; Neto, M. C. (2016). Condições de vida no meio rural: iniquidades sociais e saúde mental. In: Dimenstein, M., & Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). *Condições de vida e Saúde Mental em contextos rurais* (pp. 195-220). São Paulo: Intermeios.

Leite, J.F., Dimenstein, M., Ximenes, V. M. (2016). Criminalização dos movimentos sociais do campo: algumas reflexões a partir do MST. In: Domenico Unger Hur; Fernando Lacerda Júnior. (Org.). *Psicologia, política e movimentos sociais* (p. 93-105). 1ed. V.1. Petrópolis: Vozes.

Leite, J. F., Dimenstein, M., Dantas, C. M. B. (2017). Práticas Discursivas sobre a Luta pela Terra na Transição Democrática Brasileira. In: In: Hur, D.& Lacerda Jr., F (2017) (orgs.) *Psicologia: Ciência e Profissão – Psicologia e Democracia*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília/DF, Brasil.

Lenin, V.I. (1982). *O Desenvolvimento do Capitalismo da Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria* (J.P. Netto, Trans.). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1899).

Lenin, V. I. (2007). *Estado e Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

Leite, J., Macedo, J., Dimenstein, M., & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: Leite, J., & Dimenstein, M. *Psicologia e contextos rurais*. Natal: Ed UFRN, 2013. p. 27-55.

Long, N. (2015). Acercando las fronteras entre la antropología y la psicología para comprender las dinámicas de desarrollo rural. In: Landini, F. (Org.). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp47-60). Ed: CLACSO y Universidad de la Cuenca del Plata.

Lowy, M. (1991). *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez.

Macedo, J.P. (2016). Padrão de consumo de álcool em assentamentos nordestinos. In: Dimenstein, M., & Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). (2016). *Condições de vida e Saúde Mental em contetos rurais* (pp. 297-330). São Paulo: Intermeios.

Mainwaring, S. (1989). *A Igreja e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense.

Martín-Baró, I. (1973). *Psicología del campesino salvadoreño*. ECA 28, 297-298 476-495.

Martín-Baró, I. (1980). O psicólogo no processo revolucionário. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 25-29). Petrópolis, RJ: Vozes.

Martín-Baró, I. (1982). Um psicólogo social frente à guerra civil em El Salvador. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (233-250). Petrópolis, RJ: Vozes.

Martín-Baró, I. (1983a). Votar em El Salvador: Psicologia Social da desordem política. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (162-172). Petrópolis, RJ: Vozes.

Martín-Baró, I. (1983b). *Acción e ideologia. Psicologia Social desde Centroamérica II*. San Salvador: UCA Editores.

Martín-Baró, I. (1984). Guerra e saúde mental. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 251-270). Petrópolis, RJ: Vozes.

Martín-Baró, I. (1985a). A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 55-65). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Martín-Baró, I. (1985b). Conflito social e ideologia científica: do Chile a El Salvador. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 30-54). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1987a). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 173-203). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1987b). O desafio popular à Psicologia Social na América Latina. In: Lacerda Jr., F. (Org.). *Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos psicossociais* (pp. 66-88). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1987c). Pesquisa e mudança social. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 89-98). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1987d). Os grupos com história. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 204-230). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1987e). A violência na América Central. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 286-311). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1988). A violência política e a guerra como causas do trauma psicossocial em El Salvador. In: Lacerda Jr. (Org.). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 312-332). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martín-Baró, I. (1989a). *La opinión pública salvadoreña (1987-1988)*. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1989b). *Los medios de comunicación masiva y la opinión pública em El Salvador de 1979 a 1989*. Departamento de Psicología y Educación. San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1989c). *Sistema, grupo y poder: Psicología social desde Centroamérica (II)*. San Salvador: UCA Editores.

Martín-Baró, I. (1996). O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, v.2(1), pp.7-27.

Martín-Baró, I. (2011a) Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: Guzzo, R.S.L; Lacerda Jr., F. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 199-219). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.

Martín-Baró, I. (2011b). Para uma Psicologia da Libertação. In: Guzzo, R.S.L; Lacerda Jr., F.L (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp.181-197). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.

Martins, J. de S. (1997). A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: Stédile, J. P. (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes.

Marx, K. (1986). *O capital: Crítica da economia política*. Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe; 2. ed. São Paulo: Nova Cultural.

Marx, K. (1994). *O capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular.

Marx, K. (2008). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular.

Marx, K. (2011). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.

Massoca, P. (org.) (1981). *El Salvador – A ofensiva final*. São Paulo: Editora Quilombo.

Mazui, G. (2019). Após transferir demarcações para Agricultura, Bolsonaro diz que vai 'integrar' índios e quilombolas. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/bolsonaro-diz-que-vai-integrar-indios-equilombolas.ghtml>
Acesso em: 12/01/2019.

- Mello, J. A inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. *Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, n.23. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015.
- Mendonça, S. R. de., Stedile, J. P. (Org.).(2010). *A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990*. V.5. São Paulo: Expressão Popular.
- Messias, E. (2003) Income inequality, illiteracy rate, and life expectancy in Brazil. *Am J Public Health*, 93:1294-6.
- Migliaro, A. (2015). Psicología rural: pensar lo que se hace y saber lo que se piensa. In: Landini, F. (Org.). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 239-250). Ed: CLACSO y Universidad de la Cuenca del Plata.
- Miralha, W. (2006). *Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje*. Revista NERA – Ano 9, N. 8; ISSN 1806-6755.
- Montero, M. (2011). Ser, Fazer e Parecer: crítica e libertação na América Latina. In: Guzzo, R.S.L; Lacerda Jr.F.(Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 87-100). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.
- Montgomery, T. S., Wade, C. (2006). *A Revolução Salvadorenha: da revolução à reforma*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Morais, C. S. de. (1997). História das Ligas Camponesas do Brasil. In: Stedile, J. P. (Org.). (2012). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, v.4, p.21-76.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2010). *MST: Lutas e Conquistas*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST.
- Nascimento, V.A.S., Rotolo, L.M., Knierim, G.S., Andrade, D., Santos, M. J. dos., Aciole, D.C.A.M. (2015). *A Formação de Psicólogas (os) para a Atuação nos Contextos Rurais: a experiência da Residência Multiprofissional em Saúde do Campo*. Revista Gestão e Políticas Públicas. vol. 5(1): 44-68.

- Netto, J.P. (1979). Introdução p. VII-XXI. Em: Lenin, V.I. (1982). *O Desenvolvimento do Capitalismo da Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural.
- Netto, J. P. & Braz, M. (2006). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Neto, J.P. (n.d). *Nota sobre o marxismo na América Latina*. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/O-marxismo-na-America-Latina-JP-Netto.pdf>
- Nogueira, H. (2007). Territórios de Privação Múltipla na Área Metropolitana de Lisboa. In: P. Santana (Ed.), *A cidade e a saúde* (pp. 133-141). Coimbra: Edições Almedina.
- Oliveira, A. U. de. (1989). O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: Stedile, J. P. (Org.). (2013). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, v.6, p. 55-80.
- Oliveira, A. U. de.; Stédile, J. P.; Agrária, Fórum Nacional de Reforma. (2005). *A Natureza do Agronegócio no Brasil*. Brasília: Secretaria Operativa.
- Oliveira, A. U. de. (2003). Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: Stedile, J. P. (Org.). (2013). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, v.7, p. 103-172.
- Oliveira, F. R. C. (2010). O Concílio Vaticano II, o MOBON e as comunidades rurais: um estudo sobre a práxis comunicativa entre missionários e grupos católicos leigos. *Religião & Sociedade*, 30(2), (pp.38-58). <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872010000200003>
- Oliveira, L. B., & Guzzo, R. S. L. (2013). A vida e a obra de Ignácio Martín-Baró: o paradigma da libertação. In: *Anais do XVIII Encontro de Iniciação Científica, da Pontifícia Universidade Católica, Campinas, SP*.

Osório, J.M.F. (2011). Ética e Construção Social da Libertação Latino-americana. In: Guzzo, R.S.L; Lacerda Jr.F. *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 65-84). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.

Organização das Nações Unidas (ONU) (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Oxfam Brasil. (2016). *Terrenos e desigualdade - Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural*. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural>. Acesso: 03/11/2017.

Pérez, E.R., Turra, C.M. (2008). Desigualdade social na mortalidade no Brasil: diferenciais por escolaridade entre mulheres adultas. In: Anais do Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1750/1710> (acessado em 08/ago/2018).

Pires, M. F. C. (1997). O materialismo histórico-dialético e a educação. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.1, n.1.

Prado Jr., C. (1960). A questão agrária e a revolução brasileira. In: Stedile, J.P. (Org.). (2011). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular.

Prado Jr., C. (1970). *História Econômica do Brasil*. São Paulo Brasiliense.

Quitana, C.S. (2015). Psicología en ambiente rural: proceso de desarrollo y características. In: Landini, F. (Org.). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 47-60). Ed: CLACSO y Universidad de la Cuenca del Plata.

Ricardo, D. (1821). *On the Principles of Political Economy and Taxation*. 3a ed., Londres.

Rodrigues, F. C. (2017). Educação e luta pela terra no Brasil: a formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Revista: Educação & Sociedade, Campinas* (pp.27-44), v.38, nº138, jan-mar.

- Ronzani, T. M., Antunes da Costa, P. H., Paiva, F. S. (2016). Fatores associados ao uso de álcool em assentamentos rurais. In: Dimenstein, M., & Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). (2016). *Condições de vida e Saúde Mental em contetos rurais* (pp. 297-330). São Paulo: Intermeios.
- Rotolo, L. M. (2017). *A participação dos movimentos sociais do campo na construção das políticas públicas de saúde*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife, 2017.
- Ronzani, T.M., Antune da Costa, P.H., Paiva, F.A. (2016). Fatores associados ao uso de álcool em assentamentos. In: Dimenstein, M., & Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). (2016). *Condições de vida e Saúde Mental em contetos rurais* (pp. 281-296). São Paulo: Intermeios.
- Sampaio Jr., P. A. (2011). Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: Lenin, V. I. *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP.
- Sampaio Jr., P.A. (2013). Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: Stédile (org.). *A questão agrária no Brasil - Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*, v.8, p. 189-240.
- Sampaio, P. de. A. (2002). A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: Stedile, J.P. (Org.). (2013). *A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. V. 8, p. 85-102 São Paulo: Expressão Popular.
- Santos, S.M., Noronha, C.P. (2001). Padrões espaciais de mortalidade e diferenciais sócio-econômicos na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 17:1099-110.
- Santos, R. O. C. (2011). “O declínio da reforma agrária”. Boletim Data Luta, no.45, Presidente Prudente, NERA, setembro. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_9_2011.pdf (acesso em 11/11/2017).

Sauer, S. (2013). Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. Em: Stedile, J.P. (Org.). (2013). *A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. V. 8, p. 167-188 São Paulo: Expressão Popular.

Sauer, S. (2016). Luta pela terra e reforma agrária: a construção de espaços de cidadania no Brasil. In: Dimenstein, M., & Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). (2016). *Condições de vida e Saúde Mental em contetos rurais*. São Paulo (46-69): Intermeios.

Sauer, S. (2010). *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular.

Silva, L.M.V, Paim, J.S, Costa, M.C.N. (1999). Desigualdades na mortalidade, espaço e estratos sociais. *Revista de Saúde Pública*, 33:187-97

Silva, M. V, de O. (2009). Psicologia, subjetividade e Relações raciais no Brasil. In: Bock, A.M.B (Org.) *Psicologia e o compromisso Social*. São Paulo: Cortez, p.93-110.

Silva, J. L. L. (2012). Marxismo e Trabalho: história e constituição central da categoria. In: *VIII Seminário do Trabalho: trabalho, educação e políticas sociais no século XXI*. Marília. Anais do VIII Seminário do Trabalho: trabalho, educação e políticas sociais no século XXI, 2012.

Silva, L. M. O. (2012). *Lenin: a questão agrária na Rússia*. *Revista Crítica Marxista*, n.35, p.111-129.

Silva, E., Dimenstein, M., Leite, J., Macedo, J.P., Dantas, C., Torquato, J., Belarmino, V. H., Silva, M., Neto, M. C., Dousa, A.P. (2016). Saúde mental, condições de vida e gênero: transtornos mentais comuns em assentamentos rurais. In: Dimenstein, M., & Dantas, C., Leite, J., Macedo, J. (Orgs.). *Condições de vida e Saúde Mental em contetos rurais* (247-278). São Paulo: Intermeios.

Souza, L. A.G. (1982). *Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História*. Petrópolis: Vozes.

Stedile, J.P. (Org.). (2013). *A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular.

Stedile, J.P. (2011). Introdução. Em: Stedile, J.P. (Org.). (2011). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular.

Teixeira, G. (2011). Os indícios do agravamento da concentração da terra no Brasil no período recente. In: Stedile, J. P. (Org.). (2013). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, v.7, p. 89-102.

Universidade de Brasília (UNB) (2001). Centro de Estudos de Saúde Pública, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Saúde dos Trabalhadores Rurais de Assentamentos e Acampamentos da Reforma Agrária*. Brasília: Ministério da Saúde.

Universidade Federal da Fronteira Sul (2015). Instituto de Educação Josué de Castro. *A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente – História do MST*. Veranópolis: UFFS.

Vinhas, M. (1968). Problemas agrário-camponeses do Brasil. In: Stedile, J.P. (Org.). (2011). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular.

Wolff, E. A. (2011). Uma Psicologia para América Latina. In: Guzzo, R.S.L; Lacerda Jr., F. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp.101-120). Campinas, São Paulo: Editora Alínea.

Wright, P. (1977). Contribuição ao aprofundamento da análise das relações de produção na agricultura brasileira. In: Stedile (Org.) (2012). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980*. v.2, p. 107-126. São Paulo: Expressão Popular.

Zamora, C. (2015). Relaciones entre psicología comunitaria y ruralidad. In: Landini, F. (Org.). *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 163-168). Ed: CLACSO y Universidad de la Cuenca del Plata.